

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC - SP

WALENTINA NOGUEIRA RODRIGUES SOARES

Transfobia, violência e educação: identidades e expressões

de gênero no ambiente escolar

MESTRADO EM EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE

SÃO PAULO

2024

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC - SP

WALENTINA NOGUEIRA RODRIGUES SOARES

**Transfobia, violência e educação: identidades e expressões
de gênero no ambiente escolar**

MESTRADO EM EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE

Dissertação de mestrado apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Antônio Giovinazzo Jr.

SÃO PAULO

2024

Banca Examinadora

DEDICATÓRIA

Dedico esta investigação a todas as ancestrais, mulheres transexuais e travestis que foram mortas, e as com vida, e que são, hoje, o maior alvo da violência de gênero e intolerância transfóbica. Estendo esta dedicatória a uma grande amiga, mulher intersexo, que faleceu em decorrência da ausência de informação e cuidados de saúde, e a todas as vítimas de violência e algum tipo de preconceito e discriminação vivido no ambiente escolar e familiar.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 88887.645338/2021-00

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-Brasil (CAPES) – Finance Code Código de financiamento 88887.645338/2021-00

AGRADECIMENTOS

A todas as minhas ancestralidades, espirituais e familiares. À mamãe, senhora Francisca Nogueira Soares Rodrigues, 75 anos, socialmente conhecida como dona Dália Soares, tão bela quanto a rosa e o seu significado, a delicadeza. Uma referência de mulher, elegante, audaciosa e grandiosa, que desde cedo aprendeu a lidar com as intempéries do seu tempo, e como boa mãe que é, luta e dedica a vida inteira a cuidar minuciosamente do progresso da sua prole. Seu filho e suas filhas tornaram-se pessoas importantes e influentes socialmente, alcançaram lugares e posições inimagináveis para alguém que pertence a um grupo social inferiorizado, étnico e de classe não abastada. Sem dúvida, deixaram contribuições nas áreas da educação, política e das humanidades. Dona Dália, respeitosa por natureza, a sua gentileza e seus ensinamentos me propiciaram condições favoráveis e entusiasmo para vencer obstáculos e me tornar a mulher que sou. Por todo o exposto, Viva as Dálias! A papai, Valdemar Rodrigues dos Santos (*in memoriam*), um homem sábio e íntegro; Aos meus irmãos, Francisco Dariomar Rodrigues Soares e Leocádia Rodrigues Soares; Aos meus sobrinhos, Francisco Hercules Alencar Soares, Marina Maria Soares de Azevedo, Valdemar Rodrigues dos Santos Neto, Maria Mariana Soares Gomes, Marlon Soares Gomes e Marília Soares Gomes. Amores. A David, Amor.

Ao Prof. Dr. Carlos Antônio Giovinazzo Júnior, meu orientador, por toda a sabedoria, generosidade, disponibilidade e paciência. Demonstrou respeito e compreensão ao longo da nossa jornada colaborativa, acreditando e despertando as minhas potencialidades, incentivando-me a manter o foco e a buscar por um resultado de qualidade no meu trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior - CAPES, por ter financiado este projeto de investigação por meio de bolsa.

Agradeço à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política e Sociedade, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em nome da Professora Leda Maria de Oliveira Rodrigues, pela oportunidade de realizar este trabalho de investigação; aos professores do EHPS, em nome do inestimável professor José Geraldo Silveira Bueno, pelo acolhimento; agradeço à Elisabete Adania, a "Betinha", por sua atenção, dedicação e cuidado no exercício da função de Assistente da Coordenação no EHPS.

Aos meus irmãos em vida, amigos e amigas.

RESUMO

Nesta pesquisa, investiga-se uma específica forma de violência, a transfobia: ação direcionada, correspondente ou decorrente do preconceito, sofrida pela população de mulheres transexuais, travestis, homens trans e demais pessoas de identidade trans, com ênfase nas diferentes formas pelas quais acontece, opera e é tratada no espaço escolar e na educação. Objetiva-se analisar as especificidades no que tange o tratamento dado às identidades de gênero femininas, expressas na experiência das mulheres transexuais e travestis, que constituem, hoje, a categoria mais afetada pelos assassinatos e demais formas de violência, de modo a destacar fatores e aspectos que as distinguem do preconceito generalizado (a homofobia) direcionado a toda população LGBTI+. Dessa maneira, pergunta-se: como a transfobia é tratada e analisada na produção acadêmica, considerando o modo como tal produção retrata a existência desse fenômeno na escola e na educação? Trata-se de pesquisa qualitativa, de caráter analítico descritivo que utiliza fontes bibliográfica e documental como sustentação das análises. Para alcançar o objetivo proposto, foram selecionados quatro artigos científicos sobre transfobia e educação, selecionados no portal de periódicos da CAPES, os quais foram analisados com base na elaboração de fichamento de leitura, nos moldes definidos por Severino, seguindo cinco critérios estabelecidos: identidade e relação com a transfobia; conceituação da transfobia; relação entre transfobia e educação; enfrentamento da transfobia; relação entre aspectos específicos e genéricos da violência de gênero, da LGBTIfobia e da transfobia. Como referencial teórico, foram adotadas as contribuições dos autores da teoria crítica da sociedade, expressas nos trabalhos de Marcuse, Horkheimer e Adorno; para análise da violência e do preconceito recorreu-se a Crochík; em relação a gênero foram utilizadas as autoras Scott e Butler.

Palavras-chave: transfobia; violência de gênero; mulheres transexuais; travestis; ambiente escolar; produção acadêmica.

ABSTRACT

This research investigates a specific form of violence, transphobia: a targeted action, corresponding to or resulting from prejudice, suffered by the population of transsexual women, transvestites, trans men and other people with a trans identity, with an emphasis on the different ways in which it occurs, operates and is dealt with in the school and education space. The objective is to analyze the specificities regarding the treatment given to female gender identities, expressed in the experience of transsexual and transvestite women, who today constitute the category most affected by murders and violence, in order to highlight factors and aspects that distinguish them from generalized prejudice (homophobia) directed at the entire LGBTI+ population. The question is therefore: how is transphobia treated and analyzed in academic production, considering how this production portrays the existence of this phenomenon (transphobia) in schools and education? This is a qualitative, descriptive analytical study that uses bibliographic and documentary sources to support its analysis. In order to achieve the proposed objective, four scientific articles on transphobia and education were selected from the CAPES journal portal, which were analyzed based on the preparation of a reading summary, along the lines defined by Severino, following five established criteria: identity and relationship with transphobia; conceptualization of transphobia; relationship between transphobia and education; confronting transphobia; relationship between specific and generic aspects of gender violence, LGBTIphobia and transphobia. As a theoretical reference, the contributions of the authors of the critical theory of society were adopted, expressed in the works of Marcuse, Horkheimer and Adorno; for the analysis of violence and prejudice we turned to Crochík; in relation to gender we turned to the authors Scott and Butler.

Keywords: transphobia; gender violence; transgender women; transvestites; school environment.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABETH	Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura
ABRAI	Associação Brasileira de Intersexo
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
APOGLBT	Associação da Parada do Orgulho LGBT
ASTRAL	Associação Nacional de Travestis e Liberados
CAFe	Comunidade Acadêmica Federada
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDEC	Centro de Estudos de Cultura
CF	Constituição Federal
CIEJA	Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
DF	Distrito Federal
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EF	Ensino Fundamental
EM	Ensino Médio
EMEFM	Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio
ENTILAIDS	Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que Atuam na Luta e Prevenção à AIDS (síndrome da imunodeficiência Adquirida)
FONATRANS	Fórum Nacional de Travestis e Transexuais
FPTT	Fórum Paulista de Travestis e Transexuais
IFAL	Instituto Federal de Alagoas – Santana do Ipanema
IFCE	Instituto Federal do Ceará – Tianguá
LGBTI+	Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, intersexo
PNDCDH	Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos
PNEDH	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
NAAPA	Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem
RENATA	Rede Nacional de Travestis
RENTRAL	Rede Nacional de Travestis e Liberados
SCIELO	Biblioteca Eletrônica Científica Online
STF	Supremo Tribunal Federal
T	Mulheres transexuais, travestis, homens trans e demais identidades trans
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIT	Universidade Tiradentes – Sergipe

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação entre descritores e ocorrência nos artigos encontrados no portal de Periódicos CAPES (2012-2022)	69
Tabela 2 - Quantidade de artigos científicos encontrados em cada descritor	72
Tabela 3 - Quantidade de trabalhos encontrados na Plataforma Scielo, por ano	73
Tabela 4 - Quantidade de trabalhos encontrados na Plataforma CAPES, por ano	73

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Estatística da coleção de periódicos – Scielo	78
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Histórico da organização, articulação política e as alianças de 1992-2023	76
Quadro 2 - Relação dos artigos, classificação e Qualis dos periódicos selecionados	81

SUMÁRIO

Introdução	15
Capítulo 1 - Transfobia, Violência, Educação: as generalidades e o resultado do tratamento prescritivo e indistinto da violência transfóbica no ambiente escolar.....	33
Capítulo 2 – Referencial Teórico – Uma articulação dialética das concepções históricas (políticas e teóricas) aos conflitos: um repertório simbólico e conceitual em transformação, como estratégias para questões complexas do objeto pesquisado	55
Capítulo 3 - Caminhos metodológicos	63
3.1 Do contexto a definição do tema como problema de pesquisa	63
3.2 Objetivo geral	64
3.3 Objetivos específicos	64
3.4 Procedimentos de pesquisa.....	65
3.5 Procedimentos de análise	79
Capítulo 4 - Escolha e análise dos artigos selecionados.....	81
4.1 Identidade de gênero de pesquisadores e pesquisadoras e relação com a transfobia	83
4.2 Conceituação da transfobia	86
4.3 Relação entre transfobia e educação	87
4.4 Enfrentamento da transfobia	113
4.5 Relação entre aspectos específicos e genéricos da violência de gênero: LGBTIfobia e transfobia.....	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
REFERÊNCIAS.....	140

Esu pa éy  ni  n  pelu ok n okuta

Or  eni n  um'ni j'oba

“A violência, seja qual for a maneira como ela se manifesta,   sempre uma derrota”.

Jean-Paul Sartre

Introdução

Segundo a pesquisadora Jaqueline Gomes de Jesus (2012, p. 29), a transfobia é o “preconceito e/ou discriminação em função da identidade de gênero de pessoas transexuais ou travestis”. Assim, pode ser compreendida como uma forma de violência peculiar que não se aplica ou se enquadra a qualquer um(a), mas refere-se especificamente à discriminação contra as populações das mulheres transexuais, travestis, homens trans e demais pessoas de identidade trans.

Desde 2010, integro a carreira e o quadro permanente de profissionais em educação, ocupante do cargo de professor de ensino fundamental II e médio, nas áreas de língua e linguagem. Antes disso (2004-2010), atuei como professora da Educação Básica em Escola pública do Estado de São Paulo e, como tal, jamais tive a oportunidade como regente de sala de aula regular de acolher e ou compartilhar experiências com a população alvo desta investigação, enquanto alunas.

Todavia, é relevante destacar que em dois momentos da minha trajetória, em 2018, em duas escolas municipais de São Paulo, fui comunicada pela gestão que havia recebido uma potencial matrícula, em que uma criança, por meio de sua mãe, requisitava o tratamento de nome social. Um detalhe é que era a mesma criança nas duas escolas, porém, essa não chegou a frequentar nenhuma das instituições educacionais. Na época, eu ainda não me interessava por essa temática, mas é claro que esses fatos me chamaram a atenção, e embora não tenha me apropriado desse dado (uma criança com demanda incomum) em específico, a matrícula, segundo o diretor, era de uma criança registrada com prenome feminino, reivindicando o tratamento nominal oposto.

Não se pretende fazer nenhum tipo de ilação, mas há sinais de que a movimentação dessa criança e sua responsável tem relação com a busca por uma escola ideal, ambiente inclusivo, que mesmo dentro de um contexto complexo de enfrentamento às violências generalizadas, seja capaz de promover o mínimo de acolhimento, a escuta, o cuidado e o acompanhamento dos casos notificados, conforme destacado pelo material do NAAPA – Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem, por meio da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (2020). Uma dúvida que me acompanha por todo esse tempo é que procedimento foi adotado nessa situação e em muitas outras similares.

Nas últimas décadas, grupos sociais conservadores fundamentalistas organizados têm encampado lutas com o objetivo de enfraquecer, reduzir e/ou eliminar com seu poder estruturado

aqueles que proponham insurgência e transgressão à incisiva referência única e padronizada de vida heteronormativa e de dominação cishegemônica. Lembremo-nos de que em agosto de 2015, por meio da Câmara de vereadores, a cidade de São Paulo foi palco e modelo para o resto do país sobre a supressão do termo *gênero* do plano municipal e de diversos documentos e diretrizes educacionais. Enfim, à retórica pela manutenção dessa "tradição" carece impor limites e evidenciar que é negada a emancipação a essa considerada massa inculta e inválida pelos defensores da matriz de dominação (Louro, 1995).

Se partirmos da concepção (motriz, doutrinária e ordinária) naturalizada, que define sexualidade associada a um tempo pré-estabelecido da vida, tido como natural, e que homogeneiza a humanidade conforme algumas características biológicas aparentes, alcançaremos a compreensão complexa e complicada da relação antagônica dos genitais humanos, considerados como objetos de correspondência rígida da identidade de gênero e da orientação sexual (Bento, 2014). Concretamente, tudo que diverge do padrão dominante e dominador é concebido por esse núcleo social hegemônico, cisonormativo, como atitudes comportamentais pervertidas, desregradas e dissolutas (Bretas, 2011). E o próprio poder do capital se articula em movimentos sistemáticos que estabelece esse estado de regras, com vista a manter a regulação e o controle da sexualidade do outro (Foucault, 1976). Trata-se da combinação de vários elementos, o que produz uma sociedade hierarquizada, excludente e, principalmente, violenta para aqueles que estão na base da pirâmide social e econômica.

Dessa maneira, faz-se necessário analisar as especificidades contidas nas relações socioculturais e educacionais, intimamente relacionadas a esse processo, considerando-se a ação e/ou omissão como forma de delinear as peculiaridades e condições em que são concebidas as atitudes de transfobia, tratada muitas vezes como homofobia ou inclusiva no termo LGBTIfobia. Como formas específicas de preconceito e violência não se contrapõem, mas são distintas tanto do ponto de vista conceitual quanto do alvo dessa ação, e que na prática – e na maioria das vezes – assumem na sua constituição a mesma configuração generalizadora.

Sobre a utilização de determinados termos, é pertinente afirmar que são estratégias de articulação para definir questões relativas à produção intelectual e a presença dessas mulheres na história, o que permite e integra o emprego de determinados padrões discursivos relacionados aos dilemas sociais e a questões históricas e culturais dessas categorias de mulheres sem praticar anacronismos. Dessa forma, cabe esclarecer que se trata de uma reflexão acerca da ordem lógica dos termos “mulheres transexuais e travestis” utilizados neste estudo e em outros, e evidentemente pode-se concluir que não se trata de mais um exercício de imposição de um

padrão específico a essas múltiplas categorias plurais, nem há o anseio em estabelecer quem é mais ou menos mulher.

Com efeito, a escolha não tem a ver com a hierarquia ou atributos como a feminilidade, mas se relaciona com a realidade histórica revelada durante a execução desta pesquisa de mestrado, e a possibilidade em estabelecer critérios nas formas e aspectos de nomeá-las, considerando, pois, que aquelas que se sentem confortáveis pelo acolhimento à mulheridade possam também se sentir contempladas por este reconhecimento na disposição dos termos, e como tal, receber tratamento conforme esse entendimento. Ao descrevê-las sem rótulos negativos ou inconformidades, evita-se o conflito e as contradições com quem não se reconheça nessa forma de enquadramento.

Quando se faz essa afirmação, procura-se deixar evidente que existe um tratamento genérico discursivo que não atenta para essas observações, considerando ainda que poderá haver pessoas entre essas populações que não se identificam como tal. De qualquer modo, ao se tratar de dados estatísticos, quando houver um número e este for identificado, relativo à participação negativa e ou reconhecimento do ser mulher ou da mulheridade por parte de uma T (Mulheres transexuais, travestis, e demais identidades trans), o mesmo demonstra que há uma multiplicidade de percepção e de representatividade, e ao invés de utilizar o termo mulheres travestis, é preciso considerar esse quadro e a multiplicidade dessas identidades, conforme especificado e descrito nas análises feitas nesta dissertação. Não há consenso sobre a disposição da nomenclatura, mas há o consenso que o ser travesti é ato político.

Uma outra consideração que orienta esta dissertação é relativa à sigla, a qual é consenso entre os autores o seu dissenso. Optou-se em adotar a forma a qual consideramos ser mais representativa: LGBTI+ (Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, intersexo) por acreditar ser esta a maneira mais adequada na perspectiva da comunicação e identificação dessa população. As identidades rígidas, expressas por cada uma das letras dentro do movimento, sem esvaziar ou anular outras, permitem a existência de expressões não rígidas, representadas pelo sinal (+), que podem ser identificadas e alcançadas positivamente, politicamente, valorizadas as definições e ou indefinições por meio da autopercepção e autoidentificação e da fluidez, como uma incorporação simbólica e infinita de identidades outras, indefinidas, não nomeadas.

Nessa perspectiva, a comunicação torna-se mais abrangente com a incorporação das letras não nomeadas na sigla, que como dito, vão além das representadas por meio das identidades rígidas, têm sentido e significado ainda mais inclusivo e amplo na sua forma de representar. Porém, não fosse o problema da extensa sigla (LGBTQIAPNB+), oriunda das representatividades por indefinições e inconformidades, não se sabe se já se estabeleceram como

definidas essas letras, posto que sempre há uma ou outra identidade que não se acomoda às formas clássicas fixadas, conforme será tratado mais adiante.

Nesta pesquisa, também, será utilizada a letra T, parte constitutiva da sigla LGBTI+, para identificar às populações das mulheres transexuais, travestis, homens trans e demais identidades trans. Nomear essas populações plurais tem como objetivo buscar ao máximo apresentá-las em suas especificidades, como forma de permitir valorização e visibilidade a essas categorias múltiplas e ao trabalho dos movimentos sociais.

Assim, abdicou-se da utilização do termo genérico “pessoas trans” compreendido pela abreviação do termo *transgênero*¹, ou como representativo de toda a categoria, visto que a transexualidade e a travestilidade possuem cultura e referências próprias do ser e de viver a identidade de gênero feminino no território brasileiro, expressas nas formas de organização e insurgências. Apesar disso, há invisibilidades históricas que demarcam as posições diversas de fenômenos distintos, pautados em reivindicações específicas em sua origem, formulação e constituição de conceitos e terminologias. É importante destacar o reconhecimento em relação as identidades e expressões culturais múltiplas, não linear e heterogêneas.

Verifica-se, então, que em relação à transgeneridade, o termo e os conceitos são formulados, organizados e influenciados a partir de cultura também específica (euramericana), considerando-a também, na ampla diversidade de categorias, mas nem sempre com a apropriação por quem se define (autodeterminação) transgênero – quer dizer, considerando a autoidentificação uma expressão e um movimento que emite valor de funcionalidade, que vai além da orientação sexual e identidade de gênero. Cumpre destacar que o movimento transgênero trouxe contribuições e avanços significativos para superação dos discursos patológicos acerca da transexualidade e da travestilidade e não se pretende negar esse fato. No que se refere a sua origem, não é a intenção demarcar os limites geográficos. O foco é pensar o enfrentamento acerca das violências e a superação dos discursos universalizantes dessa identidade comum na atualidade.

No dicionário Houaiss (2015) a palavra transgênero aparece como adj. s.m. – que ou quem não se identifica com as noções convencionais de homem e mulher, combinando ou alterando essas identidades (p. 930). No Dicio (dicionário on-line de português) “a definição do

¹ Conceito abrangente que abarca grupos (não homogêneos) diversificados, que têm em comum (movimentos) a não identificação com papéis e expectativa biológica a determinação de nascitura. Ou seja, designa as pessoas que não se identificam com esse gênero determinado, e essa relação se dá em graduação diferenciada em relação às pessoas cisgênero. “Denominamos as pessoas não-cisgênero, as que não são identificam com o gênero que lhes foi determinado, como transgênero ou trans” (Jesus, 2012, p. 10).

transgênero também engloba ‘os transexuais’, que não só mudaram o gênero físico, ou seja, a aparência corporal, como o sexo por meio de operação médica”. Não engloba o intersexo e nem a travesti. A etimologia da palavra transgênero (trans + gênero "além de" – “sexo gênero”), segundo o Dicio, expressa “cujo gênero masculino ou feminino é incompatível com o modo como a pessoa se identifica, geralmente as pessoas transgêneros se identificam com o gênero oposto ao seu sexo de nascença; e opõe-se a cisgênero” – cis + gênero – “do lado de cá”. De acordo com as informações contidas nesse dicionário, o transgênero é aquele indivíduo que não se identifica mentalmente com seu sexo de nascença: “os transgêneros geralmente afirmam terem nascido no corpo errado”. Para esse dicionário, fica a ideia do caráter inconcluso de um corpo específico na indefinição do gênero, destacando-se as expressões empregadas e os exemplos de transgênero, o que é equivalente a assumir a posição de gênero com características e traços da masculinidade. Nesse aspecto, há evidências tratar-se da construção de noções complexas e margens discursivas indefinidas. Essa situação está relacionada com os significados e sentidos das questões dicotômicas de gênero pautadas no sexo e nas generalidades.

Tal constatação requer mais atenção, pois esses discursos são decorrentes da ausência de critérios (semânticos e morfológicos) epistêmicos enquanto ação discursiva de quem os atribui em pesquisas essa relação, posto que a validação condicionada a aspectos e significados imprecisos que abrigam outros diálogos e o próprio preconceito tem a violência transfóbica como consequência severa e imediata. Os resultados desta dissertação em tela demonstram o tempo todo o quão é difícil e, acima disso, problemático, a utilização usual de conceitos (nomenclaturas) debaixo de termo "guarda-chuva". Torna-se arriscada a simplificação de uma identidade à outra como expressão que designa pessoas distintas e indistintas, suficientemente porque quem fica de fora das suas arestas, toma chuva. Nesse sentido, a discussão é acerca especificamente das informações – ou melhor, a ausência delas – sobre as características (perfis) integrais em relação aos dados e às estatísticas – indicadores sociodemográficas e educacionais, por exemplo, da população de mulheres transexuais e travestis.

Presumivelmente o termo transgênero (além do gênero) tornou-se sinônimo de *queer*² em síntese, à medida que *queer* significa alguém que não se identifica ou limita-se aos padrões de orientações sexuais dominantes, de gênero (masculino ou feminino) ou até mesmo uma identidade de gênero rígida; ressignificar ou transpor o termo com essa abrangência genérica e

² *Queer* (esquisito, estranho, ridículo) é outro termo guarda-chuva que tem origem inglesa, o qual inclui de modo amplo toda uma variação de inconformidades de gênero em diferentes culturas, difundida como prática de vida de pessoas pertencentes à categoria de homossexuais. De todo modo, reconhece-se a efetividade do viés teórico dos estudos *queer* e a importância na desconstrução da ideia de legitimidade heterossexual e as práticas e comportamentos sociais ilegítimos e patológicos.

indefinida em diferentes ocasiões e contextos sociais diversos, sem critérios explícitos, à construção estratégica discursiva (acadêmica ou não) com articulação inevitável à equivalência da travestilidade e da transexualidade (não obstante o quadro histórico e confuso de definições), é complexo.

Na concepção das pessoas transgênero, o gênero ou a identidade de gênero é neutro, fluido ou em trânsito, ou até mesmo pertencente a um terceiro gênero (postulado por algumas teorias), a depender do espaço e da autodeterminação. Questiona-se: se e como esses aspectos pontuados contemplam de fato a população das mulheres transexuais e travestis em demasia? Ou será que essa noção simboliza apenas e tão somente uma questão de disputa de campo, que há preocupações e insurgências não nomeadas por parte de quem pesquisa essas populações em foco, que representa um alargamento ainda maior da diversidade sexual e humana?

Nota-se, portanto, a necessidade de repensar no que se refere a profusão dos discursos científicos que nomeia e busca legitimidade a uma categoria ampla, sem compreender se ou como esses discursos corroboram para desconstruir e desmistificar a cisheteronormatividade enquanto natureza ou desvio dela em relação à diversidade sexual humana. Sabe-se que de algum modo ela contribui permanentemente para a produção da reputação duvidosa, dos estigmas sociais e tabus, e dos processos de invisibilidades dessas mulheres e suas vivências que merecem um destino satisfatório.

Nessa linha, inevitavelmente, o conjunto desses elementos justifica a ausência delas do ambiente escolar, uma vez que todos esses fatores reunidos as tornam a população mais suscetível e marginalizada, da maneira como são percebidas nesses espaços e das formas como se afetam sexual e afetivamente. Portanto, acredita-se, não haver prejuízo para nenhuma outra categoria (identidade) analítica, nos discursos acadêmicos, tratar-se de um grupo da população, por exemplo, as mulheres transexuais e travestis que reivindicam e manifestam suas identidades de gênero feminino e mulheridade de maneira bastante diversa, mais ou menos rígidas em relação aos padrões dominantes (Jesus, 2012).

Considerando as especificidades, há uma complexidade em apresentá-las em uma estrutura universalista, genérica. É necessário pensar nas consequências, a disputa por reconhecimento social e legal, as reivindicações relacionadas à nomenclatura própria – reconhecida nas normas jurídicas –, o enfrentamento do preconceito, o acesso a bens e saúde (por exemplo, o atendimento pré e pós-redesignação, sem patologias clínicas), o desafio das questões política, educacional e religiosa. Nesse sentido, é importante destacar que não há, aqui, contraposição e negação a esse movimento globalizado, mais amplo, entretanto, intenta-se

compreender o sentido e o significado da passagem do contexto global ao local, para entender as contribuições e as possíveis expansões de cada movimento (fenômeno) no cenário brasileiro.

Como dito, o que possibilita o reconhecimento e abrangência das identidades outras não nomeadas nos movimentos LGBTI é o acréscimo do sinal (+). Sua expansão representa expressões não limitadas que, por sua vez, podem contribuir para a reflexão acerca da sexualidade e das múltiplas vivências na esfera individual e coletiva, bem como o enfrentamento de teses alicerçadas na ideia das “anormalidades” dirigidas a toda população LGBTI+.

Seja como for, parte da invisibilidade da pluralidade da letra T também se reflete historicamente em como o conceito de transfobia foi apagado, confundido e suprimido pelo conceito de homofobia, o que diz respeito à discriminação com base na orientação sexual de homossexuais, gays ou lésbicas. Ambos os termos se encontram englobados em um termo maior, denominado LGBTIfobia³, que tem sido mobilizado para representar um tipo de violência universalizada atribuída indistintamente a toda população LGBTI+.

Quando observamos o uso da sigla e a ausência ou a multiplicação de padrões diversos na disposição das letras em alguns estudos que tratam dessa temática, como é o caso das fontes desta pesquisa, é possível compreender que essa verificação é sobre como os processos de invisibilidade das identidades T e I podem acontecer, em especial I. Se não há a menção direta relativa à forma de valorização dessa pluralidade, não se reconhece a necessidade de discutir a importância do ingresso efetivo da categoria intersexos⁴, por exemplo, estratégica no debate, como parte integrante da sigla supramencionada e da luta pela superação da contradição histórica.

O Ministério dos Direitos Humanos por exemplo, lançou em 2003, por meio do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - PNEDH (2003), o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos – PNDCDH, com o objetivo de implementar um conjunto de ações (políticas públicas), incluindo ações formativas. No documento lançado em 2018 há o esclarecimento sobre a “Educação dos profissionais do Sistema de Justiça e Segurança Administrativa e Penitenciária”, o qual deixa claro que

A educação em direitos humanos constitui um instrumento estratégico no interior das políticas de segurança e de justiça para respaldar a consonância

³ O termo LGBTIfobia pode ser definido como a discriminação e a violência destinada a população de lésbicas, gays, bissexuais, mulheres transexuais, travestis, homens trans, pessoas intersexo, entre outras identidades trans.

⁴ Termo usado para se referir a pessoas que nascem com características sexuais e biológicas, incluindo alterações hormonais e genitais, padrões cromossômicos, glândulas, testículos e ovário não correspondentes a visão fixada de gênero, conforme afirma Jesus (2012), cujo corpo varia entre o padrão de masculino e feminino.

entre uma cultura de promoção e defesa dos direitos humanos e os princípios democráticos (BRASIL, 2018, p.33).

O documento foi construído por comissões e apresenta um conjunto de concepções e princípios norteadores na perspectiva do fortalecimento do Estado Democrático de Direito. No que se refere às nomeações articuladas, destaca-se o trecho com a contribuição que interessa a esta pesquisa, para assim garantir a legitimidade da afirmação que sugere que a não disposição (nomeação) representativa significa o não reconhecimento político e jurídico de identidades alvo da violação de direitos e violências, inclusive dentro das casas de detenção.

Fomentar ações educativas que estimulem e incentivem o envolvimento de profissionais dos sistemas com questões de diversidade e exclusão social, tais como: luta antimanicomial, combate ao trabalho escravo e ao trabalho infantil, defesa de direitos de grupos sociais discriminados, como mulheres, povos indígenas, gays, lésbicas, transgêneros, transexuais e bissexuais (LGBT), negros(as), pessoas com deficiência, idosos(as), adolescentes em conflito com a lei, ciganos, refugiados, asilados, entre outros (BRASIL, 2018, p. 36-37).

Na prática, essa indefinição e a ausência disposta na sigla provoca obliteração das identidades intersexos, de uma forma que a invisibilidade tem alcançado o próprio sistema de justiça e segurança pública brasileira, assim como outras esferas. Nesse sentido, em nosso horizonte de pesquisa está a crítica; e nosso objetivo é mostrar a importância da visibilidade dessas identidades (T e I), com suas respectivas especificidades no que concerne às reivindicações políticas e jurídicas das pessoas LGBTI+, vistas por esta pesquisadora fundamentalmente como um leque de possibilidades e com a intenção de ampliar as discussões, os sentidos e os simbolismos da diversidade sexual, da concepção e dos conceitos que abrangem a transexualidade, a travestilidade, e a intersexualidade. É preciso compreender também que a população brasileira encarcerada apresenta característica distintiva da diferença sexual, e isso muda tudo.

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, atualmente existem 711.463 pessoas que se encontram em regime de encarceramento (mais ou menos rígido) privadas da liberdade. Para o CNJ, esse é um dado que faz do Brasil a terceira maior população encarcerada do mundo, ficando atrás apenas de países como os Estados Unidos e a China. Nessa direção, a Secretaria Nacional de Políticas Penais revela os dados estatísticos obtidos em pesquisa de janeiro a junho de 2023, que a população masculina representa um total de 616.930 e a feminina representa 27.375 pessoas. Diante desse cenário e das circunstâncias expostas sob os aspectos do gênero, ergue-se a importância não apenas de identificar em que agrupamento se encontram,

do ponto de vista estatístico, o percentual das populações T e I nas unidades prisionais brasileiras, mas saber também como são tratadas essas pessoas.⁵

Segundo a estimativa do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), em relatório publicado em 2017, os especialistas apontam que cerca de 0,5 a 1,7% da população mundial nasce com traços intersexos. No Brasil, segundo a estimativa da Associação Brasileira de Intersexo (ABRAI), existem aproximadamente cerca de 200 mil pessoas intersexo. É importante destacar que existe uma diversidade de situações, o que implica dizer que esse percentual pode ser ainda maior em casos de subnotificação, o que reforça e amplia ainda mais a importância da discussão acerca das características sexuais inatas, das corporalidades, ampliando assim a discussão acerca da diversidade biológica humana e de gênero.

Dessa maneira, e de acordo com Mauro Cabral, que é pesquisador e ativista intersexual, muitos sujeitos que se identificam como transexuais têm histórias intersexuais ou genitália ambígua como origem. Para além desse fato, as variações genéticas nessa população, por exemplo, os indivíduos (46 XY) intersexo, podem apresentar características sexuais secundárias femininas. Para esse referido autor, o conceito chave para entender a intersexualidade é a variedade, pois o corpo intersexo não encerra um corpo único, mas um conjunto amplo de corporalidades possíveis (Cabral; Benzur, 2016, p. 284).

O fato é que parte dessa população também é objeto alvo da transfobia. O objetivo deste trabalho não é desenvolver essa discussão em torno de suas pautas (demandas e interesses), mas de contribuir na promoção de uma espécie de insurreição a fim de livrar as pessoas intersexo da invisibilidade, dos tabus e da visão médica (associação com patologias e de anomalias), a qual considera que seus caracteres sexuais, presentes na nascitura, são definidos e relacionados pelos defensores dos padrões dominantes.

Assim como as outras categorias politicamente organizadas (LGBT) foram patologizadas no passado recente, a categoria de pessoas intersexos, plurais por definição, com ou sem traços predominantes visíveis e inerentes às suas interseções, sofre violência e violações. Essas alusões são determinantes para desconstrução e desmistificação da ideia hegemônica de que há uma normalidade (e uma anormalidade) binária heterocêntrica desde o nascimento, pois os elementos definidores da formação discursiva e dos diagnósticos e transtornos passam principalmente por questões relativas ao sexo, como aspectos biológico (binário) e as formas

⁵ Informações extraída de Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN) [s. d.]. Disponível em: <https://shre.inkx/rHqa>.

como foram predeterminados e catalogados sexualmente. Portanto, defende-se a incorporação imediata – no sentido mais literal e pleno da palavra – na tentativa de construir e consolidar alianças e referência a uma organização sólida para nos referirmos às populações LGBTI+ plurais, principalmente nos estudos acadêmicos.

A crítica fundamental endereça-se à representação limitada acerca da diversidade e a farsa democrática de que somos iguais, portanto, o tratamento não poderia ser distintivo; isso privilegia e promove a hierarquização, as desigualdades, a aparência de ausência de conflitos, sem critérios para valorizar a pluralidade. Após esse diagnóstico, a relevância em apresentar tais discussões em torno desta defesa consiste em agarrar-se ao fio condutor da crítica: quando formula-se a tese do existencial cromossômico (XX e XY), de que todos nascem homens ou mulheres, isso não é suficiente. Os que fogem a essa determinação binária pertenceriam à categoria dos falíveis e problemáticos; as noções teóricas que embasam essas teses tradicionais que nos ensinaram a naturalizar o gênero e os papéis sociais também precisam ser combatidas.

A realidade pode ser muito diferente daquilo que foi normalizado e naturalizado, tomando-a como espelho da essência projetada; ora, é necessário salientar constantemente que há formas outras de vida não "ameaçadoras", a não ser para a própria norma estabelecida, promotora de hierarquias e privilégios. Por isso, a compulsão por submetê-las aos caprichos dos detentores do poder, subordinando-as aos ditames médicos, jurídicos, econômicos, normativos e a suas próprias concepções morais e religiosas.

No entanto, as mulheres transexuais e as travestis têm demonstrado que são capazes de realizar-se como ser humano integral, de romper com a tal farsa da lógica binária, de mostrarem-se contra a conformidade desse sistema, que cria e estabelece regras próprias para si e códigos aos não semelhantes, reproduzindo a sociedade desigual, ainda que a aparência seja democrática e, inúmeras vezes, nem disfarça essas contradições.

Por essa razão é necessário desconstruir e reconstruir essa história, fazendo com que o não dito e o não escrito definam o que se recusa como igual: pessoas com identidades outras e múltiplas, submetidas a uma política de rejeição, de assujeitamento, de mortes em suas mais diferentes esferas e níveis de variações.

De qualquer modo, a generalização que iguala algumas formas de violências específicas acaba por ocupar um lugar de fronteira e de abstrações, o que contribui muitas vezes para a desinformação, dada a ausência da compreensão no que concerne às dimensões e aos limites que constituem os grupos e pessoas vítimas de determinada forma de violência. Em outros termos: o preconceito e a violência sofridos, por exemplo, por homens gays ou mulheres lésbicas são de

nível, intensidade e teor distinto do que sofrem mulheres transexuais e travestis. Esse fato precisa ser evidenciado nas políticas educacionais e sociais e na pesquisa científica.

A invisibilidade da violência transfóbica resulta na negação das particularidades e das características próprias e traços específicos das populações T, o que expressa a indiferença estrutural: de um lado, da academia, por seu tratamento genérico prescritivo e, do outro, do Estado, pelo menosprezo. Dessa maneira, trata-se de um pacto de silêncio dirigido pelas instituições, o poder público e a própria sociedade, o que revela estruturas ideológicas e um total descaso, ineficiente ao combate dessa forma de violência, inclusive e principalmente dentro da escola.

É necessário considerar os índices expressivos dessa violência, a transfobia, bem como as sabidas subnotificações, associados à escassez de indicadores oficiais públicos e a ausência de informações dos processos de escolarização, relacionados às condições econômicas, socioculturais e subjetivas/psicológicas dessa população. Congênere a esse fenômeno, as informalidades incorporadas às clandestinidades e os mecanismos de socialização e sobrevivência propiciam e produzem a marginalidade discriminatória e indiscriminadamente a praticamente toda população de mulheres transexuais, travestis, homens trans e demais pessoas de identidade trans. Em síntese, não há informações concretas que correspondem à realidade vivida por essas pessoas, principalmente na escola, posto que não existe um acompanhamento dos números a esse respeito.

Quanto à referência deste aspecto (acompanhamento), faz-se necessário deixar claro que se trata dos protocolos formais, que desde a matrícula até o distanciamento definitivo da escola não há pistas que demarcam uma camada de violações e violências. Há, por exemplo, falta de informações em relação à população de mulheres transexuais e travestis no período da adolescência e juventude, que são vítimas dessas práticas violentas. Talvez seja interessante pensar: hoje, se um pesquisador for a uma das redes de apoio (Conselho Tutelar) da criança e do adolescente ou às próprias instituições de ensino público, ele encontrará registros específicos sobre esse processo de distanciamentos e as rupturas dos sistemas institucionais em relação a essas adolescentes? Afinal, antes de serem expulsas de casa, sofrem várias formas de violências intrafamiliar (física, psicológica, sexual) estrutural já na infância.

Há o material do Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem – NAAPA intitulado “Conhecer para proteger: enfrentando a violência contra bebês, crianças e adolescentes” (2020), publicado pela Secretaria Municipal de São Paulo, que define a violência psicológica, esclarecendo que é um conjunto de sinais de atenção que podem ser percebido na vítima, e faz a indicação de procedimentos a serem adotados em caso de suspeitas ou

identificação, e pela primeira vez aparece no corpo do documento o termo identidade de gênero (p.33), porém não há indicativo a quem estejam se referindo especificamente. Ao final, o texto reconhece o que é importante saber sobre as consequências da violência psicológica. Para concluir, abre aspas, que o desrespeito às diversidades culturais, religiosa, étnica e racial, assim como outras formas de discriminação produzem sofrimento, fecha aspas. O material expõe, ainda, que

Vale ressaltar que ao realizar a denúncia ao Conselho Tutelar sobre a suspeita de situação envolvendo a violência psicológica, é importante descrever os aspectos observáveis que motivaram a denúncia, uma vez que esse procedimento subsidiará a ação do conselheiro (São Paulo, 2020, p. 28).

É consenso entre as pesquisas que tratam dessas temáticas, como é o caso das fontes de nossa análise, que os primeiros sinais de violência psicológica vivida pela população alvo desta investigação, e não somente esta, acontece dentro de casa e se estende ao ambiente da escola. Entretanto, esse documento não nomeia quem são ou qual é o perfil alvo das vítimas desse tipo de violência. De modo genérico, trata da violência envolvendo bebês, crianças e adolescentes. Ressalta-se a importância de reconhecer que dificilmente uma criança, uma jovem ou mesmo adolescente encontrará parcerias ou rede de apoio para denunciar ser vítima de violência, porque concretamente há falhas e uma superestrutura que as impede de buscar por uma rede de apoio. É o caso das T nesse período da vida.

Um ponto observado no referido documento versa sobre as violências detectadas por educadores da rede, especialmente sobre como lidar com situações que envolvem estratégias e o acolhimento desde os primeiros sinais de suspeita ou até a constatação das violências, de fatos que expressam a dimensão da vulnerabilidade dos sujeitos dentro e fora das unidades. Em especial, trata a função social da escola e sua potencial capacidade de articulação e de enfrentamento às violências, e o objetivo da garantia dos direitos e da plena dignidade dos bebês, crianças e adolescentes, enquanto sujeitos de direito.

Apesar do foco (bebês, crianças e adolescentes) manifesto no documento, ele reconhece na sua descrição a amplitude na oferta e no atendimento da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, que alcança jovens, adultos e idosos na Educação de Jovens e Adultos – EJA. Não foram mencionadas as Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Médio (EMEFMs), que são nove escolas no total. Também não foram citados os dezesseis Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos (CIEJAs). Todavia, segundo as orientações, “este documento também pode poderá inspirar o cuidado desse público, se exposto a situações de violências”

Diante do exposto, o que facilita a descontinuidade do fenômeno transfóbico, posto que as violações e as violências multifacetadas são as lacunas deixadas de um passado sem luz, no qual a omissão das instituições de ensino e a rede de apoio em geral não identificam, qualificam ou tipificam as violências e as vítimas. Isso significa dizer que não criam mecanismos para dificultar e impedir o abismo, ao qual encontram-se submersas essas populações. E um ponto fundamental a ser considerado é: por que as instituições não acionam as instâncias superiores, como os Tribunais de Justiça, a Vara da família e da infância?

Se, em tese, os direitos negados (permanecer no ambiente escolar) aos adolescentes e jovens sob a proteção (tutela) da família e aos cuidados da escola (Estado), se esse processo se inicia no final da infância para a adolescência, é urgente e relevante pensar se essa invisibilização ainda acontece e por que acontece, sobretudo, por que há camadas de violências e inferiorização que só fortalecem as más práticas e o processo de desumanização das vítimas, o que pode resultar em assassinatos. Por exemplo, no texto introdutório do Dossiê ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais (2022, p.11), há um dado que denuncia a violência brutal e o perfil da vítima: “já nos primeiros dias do ano a sociedade foi surpreendida com um caso de assassinato violento, contendo requintes de crueldade e uso excessivo da força contra uma jovem trans de 13 anos”.

Em se tratando da escolaridade e a relação com a identidade de gênero, de acordo com o CEDEC – Centro de Estudos de Cultura (2021), observa-se que as categorias homens trans (64%) e pessoas não binárias (64%) correspondem aos maiores índices de conclusão do ensino médio em relação às “mulheres trans” (48%) e as travestis (39%). Sobre esses dados, a pesquisa conclui “que a sociedade brasileira pautada em geral em valores “machistas” rejeita pessoas com diferentes identidades de gênero e sua permanência na escola, durante a puberdade, leva-as a vivenciar o *bullying* e de ridicularização, motivando-as à evasão” (CEDEC, 2021, p. 23).

Em relação à idade, segundo os dados de amostra do CEDEC, um estudo denominado “1º Mapeamento de pessoas trans na cidade de São Paulo”, sobre a faixa etária enquanto recorte de idade e a saída do ambiente familiar em razão dos conflitos promovidos pela identidade de gênero, o estudo indica que 15 anos ou menos é a idade provável que essas populações deixaram de morar com os pais/parentes. As categorias analisadas e enquadradas nessa pesquisa são: travestis (37%), mulher trans (31%), homem trans (17%), e não binária (14%). Já em relação aos motivos, a causa da expulsão compreende as travestis (24%), mulher trans (16%), homem trans (09%), e não binária (13%) respectivamente. Segundo o relatório, o número de *pessoas trans* que vivem sozinhas alcança 31% do total, já em relação a população de *mulheres trans e travestis* os dados são idênticos e correspondem a 36% do total (CEDEC, 2021, p. 26-27).

Portanto, é necessário refletir sobre os registros, o acompanhamento, os dados de assassinatos, e entender a mobilização preventiva para evitar que a violência brutal de uma recém ingressante na juventude, pela lógica do direito à educação e a faixa etária equivalente, deveria estar matriculada e cursando os últimos anos do ensino fundamental, etapa que compõe a educação básica. Um fenômeno que por si só se caracteriza por sua natureza omissiva como uma violência institucional e o abandono parental (abandono de incapaz) por parte das famílias e responsáveis, considerando a idade e os aspectos históricos que evidenciam a camada de violência estrutural, resultado da negação transfóbica e da desumanização dessas adolescentes e jovens que ao longo do seu desenvolvimento na vida se tornam mulheres transexuais e travestis adultas.

Esse é um fator relevante a ser observado, porque essa situação existe, é constatada, mas não é discutida. Por isso, essa população permanece sendo empurrada para a marginalidade, vive a discriminação, a violência brutal e o risco constante à sobrevivência. Ademais, os grupos sociais que afirmam advogar em favor de instituições como família, religião e escola – e por que não mencionar certas tendências no interior do feminismo, que supostamente defendem as liberdades individuais e coletivas –, contraditoriamente, o fazem a partir da consideração de uma diversidade esvaziada de conceito e sentido, manifestando características conservadoras e até higienistas.

O caráter ultrapassado e reacionário desses movimentos, que insistem nos valores patriarcais, burgueses, racistas e heteronormativos, tem reforçado os preconceitos e, em decorrência disso, contribuído significativamente não só para o aumento dos índices e indicadores de violência, mas para criar as barreiras que dificultam e se colocam em desfavor das populações das mulheres transexuais e travestis, contribuindo para os históricos processos de exclusão social e segregação, colocando-as em situação marginal, precária e de desumanidade em diversos espaços, incluindo o ambiente escolar.

Conforme Andrade (2012) ressalta, sempre há a pergunta se de fato acontece a ausência de acompanhamento e a negação da condição de sujeitos de direito das adolescentes e jovens que se distanciam da escola. O ponto crucial para responder a esse questionamento é: essa população em específico é atravessada por camadas de inferiorização que a impede até mesmo de existir enquanto seres humanos. Não existem quando são crianças, adolescentes e jovens, e sua história começa a ser contada a partir da fase adulta, talvez um pouco antes, distante dos ambientes familiar e escolar.

E no que tange tal contexto, é relevante afirmar que as populações de mulheres transexuais e travestis permanecem invisibilizadas, com interdições percebidas, descritas e

nomeadas com negação de atributos peculiares, que simbolizam uma espécie de silenciamento a pretensa concepção homogeneizadora, baseada na conformação biogênero, conforme analisado por Andrade (2012, p. 31)

Este pensamento ficou explícito nesta pesquisa quando um diretor, ao receber a ficha para preenchimento do levantamento do número de travestis na escola, encaminhou um e-mail com a pergunta: “O aluno que é de um sexo pode vir para a escola trajando roupas do sexo oposto?”. Neste caso, fica subjetivamente identificada a negação da travesti na escola. Tal questão induz à ideia de que a escola é para os modelos hegemonicamente estabelecidos socialmente de homem ou mulher, descartando assim qualquer possibilidade de diferença, além de desconsiderar a educação como direito de todos e todas sem distinção de qualquer natureza, conforme o artigo 205 da Constituição Federal, apresentado na introdução deste trabalho.

A fim de compreender mais sobre a violência no ambiente escolar, foi realizada a análise do documento denominado já citado “Conhecer para proteger: enfrentamento a violência contra bebês, crianças e adolescentes”, produzido pelo Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem (NAAPA), em parcerias com diversos agentes, entre esses, supervisores escolares. Trata-se de uma espécie de manual que abrange orientações acerca das violências e violações praticadas contra bebês, crianças e adolescentes oficialmente matriculados nas unidades educacionais da rede municipal de ensino de São Paulo – a qual é considerada uma das maiores redes de ensino público da América Latina. O documento tem o propósito de realizar a promoção de uma educação inclusiva, equitativa, integral e humanizada. O núcleo NAAPA é um órgão da Secretaria Municipal de Educação, responsável por apoiar e prestar atendimento às unidades de ensino no que se refere a criação e potencialização de condições favoráveis ao enfrentamento de problemas e questões relativas ao processo de ensino e aprendizagem e a escolarização, que junto aos demais serviços compõem a rede de proteção social à infância, acompanham as garantias do público-alvo da violência e vulnerabilidade social.

Dessa maneira, o presente documento tem por finalidade subsidiar e alcançar as necessidades apontadas pelos profissionais em educação da rede, no que tange às situações de suspeita e ou constatações das violências que acometem bebês, crianças e adolescentes, em circunstâncias complexas e diversas que envolvem esse fenômeno, em que muitas vezes as violências e as violações cometidas acontecem com frequência e intensidade, em muitos casos, simultaneamente, conforme está mencionado:

Defendemos um currículo que cuide dos sujeitos de modo a garantir dignidade para todos; que construa conhecimento apropriado a idade, para que estejam atentos e prevenidos em relação a perigos potenciais; que desenvolva respeito ao outro; que oriente os sujeitos para que saibam conhecer e se proteger das várias formas de violência (São Paulo, 2020, p. 10).

O próprio documento recomenda, para fins do enfrentamento às violências, a necessidade de orientações articuladas aos currículos, por meio de um conjunto de ações praticadas por todos os seus profissionais dentro das unidades, com orientação da rede de apoio (institucional) e proteção, parceira da escola, que igualmente deve estar comprometida com o enfrentamento e a prevenção das violências, a garantia dos direitos, como é a educação, a permanência e o desenvolvimento pleno dos sujeitos.

Nesse lastro, inclui-se prioritariamente o papel da escola e dos profissionais envolvidos, em especial em educação, que em sua essência são responsáveis imediatos na adoção de protocolos, acompanhamentos e os cuidados preventivos para garantir os direitos fundamentais dos bebês, crianças e adolescentes expostos a situações de violência, como é o abandono, independentemente da orientação sexual, da sua expressão ou identidade de gênero.

Nesse aspecto, evidencia-se que não há no texto desse documento a disposição sobre o sistema de garantia dos direitos em relação a violência sofridas e relativas a questões de gênero e ou identidade de gênero, assim como não há as considerações sobre o perfil que indica o agressor, as razões e o ambiente doméstico onde são cometidas as violências – inclusive sexuais – sobre essa população em específico. Posto que parte significativa da população de mulheres transexuais e travestis relatam ser vítimas de abusos sexuais, da violência psicológica, do estupro de vulnerável em razão da idade e majoritariamente são alvo da expulsão do seio familiar, é impossível não questionar qual o alcance e a responsabilidade dessa rede apoio e proteção.

Há no documento um trecho que ressalta a importância da atenção aos sinais indicativos que podem representar a presença de formas de violências diversas na vida dessas crianças, em que a maioria dos casos se dá no ambiente doméstico e familiar. Por essa razão, é interessante ressaltar que o enfrentamento às violências deve partir de uma concepção muito mais abrangente do que venham a ser caracterizados seus tipos, as vítimas e o contexto intra e extrafamiliar, e conforme proposto no material, estabelece-se como um instrumento de enfrentamento à lógica de exclusão de um modelo de educação e de sociedade que inviabiliza e invisibiliza determinados grupos de sujeitos.

Este documento tipifica cada uma das violências contra bebê, criança e adolescente para ajudar a apurar o olhar sobre o fenômeno, que deve ser compreendido de forma ampla, dentro de contextos complexos, nos quais, geralmente mais de um tipo de violência ocorre simultaneamente (São Paulo, 2020, p.11).

Portanto, esse documento se propõe a tipificar cada uma das violências, tendo no horizonte apontada a especialidade na escuta sobre como lidar com esse fenômeno, que se apresenta em diferentes situações e que impactam negativamente na aprendizagem e no próprio desenvolvimento de cada indivíduo afetado, inclusive nas relações e na afetividade. No que concerne às formas de enfrentamento às violências e violações, as ações envolvem estratégias e acolhimento, desde os primeiros sinais de suspeita até a constatação das violências, com vista a promover a garantia dos direitos e a plena da dignidade desses sujeitos.

A respeito da transfobia, de acordo com os dossiês publicados pela ANTRA, entre 2017 e 2021, o Brasil lidera o *ranking* internacional. A cada 48 horas, uma mulher transexual ou travesti é assassinada no Brasil, sendo que cerca de 70% das vítimas têm entre 16 e 29 anos, o que contribui para que a expectativa de vida da população trans no Brasil

seja a menor do mundo, em torno de apenas 35 anos, sendo as mulheres transexuais e travestis negras aquelas que enfrentam os piores processos de precarização de suas vidas e têm menor escolaridade, assim como menor acesso à saúde, incluindo a saúde mental, sexual e reprodutiva (Benevides, 2023, p. 103).

No dossiê de 2022, a ANTRA traz dados estimativos de que “13 anos” é a idade média em que as mulheres transexuais e travestis são expulsas de casa pelos pais – e que cerca de apenas 0,02% estão na universidade” (Benevides, 2022, p. 45). De acordo com o Grupo Cultural AfroReggae, no “Projeto Além do Arco íris” (2013), cerca de 61,8 % das travestis têm no máximo o ensino fundamental e 78,9 % não terminaram o ensino médio. Assim, é possível afirmar que as mulheres transexuais e travestis são as principais vítimas de todo tipo de violência relacionada à identidade de gênero e à orientação sexual no ambiente educacional, pois, devido à ‘exclusão’, têm menor escolaridade e maior dificuldade de acesso à universidade” (Benevides, 2023, p. 42).

Considerando todos esses dados, esta pesquisa tem como objetivo investigar como a transfobia é tratada e analisada na produção acadêmica e o modo como tal produção retrata a existência desse fenômeno (transfobia) na escola e na educação. Para isso e por óbvio, delimita-se a transfobia e, conseqüentemente, as populações de mulheres transexuais e travestis, visto

que, segundo os dados apresentados acima, são as mais impactadas por este tipo de violência, inclusive também são maioria nos casos de violência fatal, com requintes de crueldade, o que gera medo, maior restrição de circulação pelos espaços públicos, reduzindo sua experiência social e cultural, sua cidadania, sua autonomia e dignidade, o que pode ter continuidade até após morte, com os processos de difamação.

A relevância de desenvolver esta proposta de pesquisa é, antes de tudo, analisar as especificidades contidas no desenvolvimento e na formulação de tais preconceitos e violências, compreendendo o que permeia esse processo, assim como em que condição peculiar se configura cada forma de violência, na elaboração e/ou constituição genérica ou não das expressões e identidades de gênero feminino dessa população pertencente a uma categoria social estigmatizada, marginalizada e inferiorizada, que são as mulheres transexuais e travestis e sua relação com universo da educação.

Quanto às suas especificidades e condições de vida, encontram-se marcadas pela violência, e isso têm alcançado um expressivo nível de complexidade e de abstração, o que é interessante, mas também problemático, pois muitas vezes desconsidera-se ou se dá pouca atenção ao fato de que as formas de violência são distintas entre si, inclusive quanto ao impacto e às implicações para as vítimas. Sob um contexto sócio-histórico-cultural marcado pela violência social, que na escola pode encontrar também a possibilidade de cristalização, encontrar um possível diagnóstico de como a transfobia é abordada na educação faz-se necessário e urgente. É preciso falar da ausência dessa população no ambiente escolar, o que será tratado no capítulo um.

Com relação ao referencial teórico, a pesquisa utilizou as contribuições teóricas da Teoria Crítica e da Sociedade, no que diz respeito à construção social da violência, entre outros autores que trabalham diretamente com a violência de gênero, especificamente a transfobia. Esse processo será mais bem detalhado no capítulo dois.

O capítulo três trata dos caminhos metodológicos, contextualizando o tema e esclarecendo os objetivos, procedimentos de pesquisa, e todo o processo de seleção das fontes para sua análise.

Com vista a alcançar o objetivo proposto, foi necessário construir uma pesquisa qualitativa de carácter analítico descritivo, que se utiliza de procedimento para a coleta de dados para a análise em quatro artigos científicos sobre transfobia e educação, encontrados nas plataformas oficiais de trabalhos acadêmicos, processo que será especificado no capítulo quarto.

Capítulo 1 - Transfobia, Violência, Educação: as generalidades e o resultado do tratamento prescritivo e indistinto da violência transfóbica no ambiente escolar

Esta pesquisa pressupõe a existência de uma espécie de dispositivo automático em determinadas formas de violência, dada a localização sem identificação concreta do objeto-alvo da ação que, segundo a ótica do agressor em relação à vítima, projeta a necessidade reprodutiva do *padrão* socialmente aceito. Tal dispositivo corresponde à projeção da subjetividade do agressor, mas também reproduz a aversão social por tudo o que remete ao feminino e, principalmente, por tudo que possa levar a identificação com um vago e abstrato padrão feminino. Portanto, são distorções que ampliam a projeção mental imaginativa, que toma o objeto-alvo da violência como representação daquilo que o agressor quer reprimir em si e nos outros. Embora possa ser interpretada como uma violência contra os supostos pilares da civilização ou contra aqueles que ameaçam tais pilares – o que torna a própria ação introjetada em violência generaliza – alguns grupos de pessoas são as mais visadas, mesmo que todos e qualquer um possa se tornar vítima em potencial da violência social universalizada (Scott, 1995; Crochík, 1996; 2005).

Isso quer dizer que a violência relacionada à identidade de gênero e à orientação sexual especifica a tendência social da agressão contra o mais fraco. Trata-se de distorções e projeções mentais com conteúdo social, mas que se encontram com as tendências subjetivas do indivíduo agressor, que se sente ameaçado pela pluralidade e diversidade de modos de ser e viver de outras pessoas, justamente porque colocam-no em xeque. Vítima de violência, o agressor também age violentamente, o que leva à identificação com os poderosos e com os padrões que os sustentam (Crochík, 1996; 2005). É dessa forma que a violência genérica, mesmo atingindo indistintos objetos-alvo, é direcionada para aqueles que evidenciam que a suposta segurança, fragilmente garantida, não passa de uma ilusão. Posto isso, a reunião de diversos fatores corrobora para a ampliação na invisibilidade das opressões e violências que são praticadas contra as populações das mulheres transexuais, travestis, homens trans e demais pessoas de identidade trans, uma vez que distintas identidades estão abrigadas sob a formulação genérica LGBTfobia, como se não houvesse diferenças significativas nas consequências da violência sofrida por distintos grupos.

Enfim, o que se deseja explorar é se não há estímulo às violências em relação a gênero⁶, quando intrinsecamente associado a inúmeras expressões e identidades de gênero feminino,

⁶ O termo gênero tem caráter polissêmico e, assim, não há uma definição fixa que determine uma limitação conceitual. Há teóricos que tratam esse termo associado a masculinidades e feminilidades, por se concentrarem dentro de uma estrutura corpórea, assim sendo, estaria intimamente relacionado a corpo (genitália), em que resumidamente, gênero é idealizado em meio a um processo de genitalização rígida, quando o próprio corpo e suas

concebidas em uma relação conflituosa já na sua constituição e que concentra discussões nebulosas e polarizadas de grupos com interesses difusos, os quais tendem explicações fisiológicas, por seu caráter naturalizante e “tradicional”, desconsiderando o caráter histórico, social e cultural que produziu o masculino e o feminino (Louro, 1995). Em outros termos, em que medida o conceito de gênero, consagrado atualmente, dá conta das distintas formas que o masculino e feminino podem assumir? Com isso, não se despreza a importância de o conceito ser uma fundamental ferramenta na luta contra o machismo e o patriarcado estrutural e institucionalizado nas sociedades ocidentais. Acerca disso, Bento (2011) esclarece:

Nascemos e somos apresentados a uma única possibilidade de construirmos sentidos identitários para nossas sexualidades e gêneros. Há um controle minucioso na produção da heterossexualidade. E, como as práticas sexuais se dão na esfera do privado, será através do gênero que se tentará controlar e produzir a heterossexualidade (Bento, 2011, p. 552).

Diversos têm sido os fatores que se apresentam como genéricos e prescritivos em relação aos problemas, aqui relatados, e a algumas temáticas que estão inseridas nesse contexto, paradoxalmente, ancoradas na ideia de aceitação, como é o caso da diversidade e do reconhecimento à diferença (Louro, 1995).

No escopo desta pesquisa, não se contesta a percepção educacional da diversidade aliada ao conceito genérico de gênero como característica fundamental da humanidade. Esse binômio corresponde àquilo que é direcionado a todos nós, pois, como humanidade, almejamos a diversidade para alcançarmos a singularidade. Isso significa dizer que a diversidade, segundo Louro (2003) precisa ser compreendida dentro de uma concepção mais abrangente, tendo em vista sua interseção com as questões políticas e pedagógicas.

Estudos como os de Giordano e Crochík (2015) têm revelado que a escola tende a lidar com esses processos como aparato higienista de homogeneização. Somente depois são tratadas as particularidades, pois a *diversidade emergente*⁷ ou *ampla diversidade*, dotada de temporalidade e especificidades, não tenha encontrado o caminho para uma abordagem mais

medidas sofrem alteração/mudanças contínuas naturais, hormonais ou construída (Bento, 2014). Portanto, considera-se que a ênfase na genitália não é suficiente para manter a definição de gênero específico masculino ou feminino, baseado apenas na corporeidade.

⁷ Nomeia-se como *diversidade emergente ou ampla diversidade* aquela não enquadrada à regra geral e na estrutura de inclusão escolar, que se manifesta através de um conjunto de fatores que são importantes, mas ficam aquém do que pode ser aprofundado em termos de diferenças e diversidades de experiências de corpos e de modos de viver. Embora as questões da deficiência, da origem étnica, de gênero e orientação sexual sejam tratadas, detecta-se apenas visões relativas a essas definições, com anulação da diferença em relação às corporalidades das identidades femininas de gêneros, expressas pelas populações de mulheres transexuais e travestis, entre identidades outras trans, ainda ausentes do ambiente escolar.

razoável nas práticas escolares e na ação docente. Portanto, é objetivo desta pesquisa confrontar o modo como a temática é tratada na educação, dada a representação limitada, com a anulação parcial ou total das distinções no âmbito das diferenças nesse ambiente que constitui cada um e todos.

Essa anulação da diferença está presente também em pesquisas de áreas distintas do conhecimento, como ciências da saúde, ciências sociais, na esfera jurídica, dos direitos humanos, civis e sociais. Dessa forma, esse apagamento da diferença, da amplitude das especificidades que envolvem as questões relativas às violências contra as populações de mulheres transexuais e travestis também se manifesta nas produções científicas, colocando-se tudo sob o conceito guarda-chuva, como é o caso da LGBTIfobia.

Isso tem contribuído para a eficácia e a manutenção dessa generalização. O tratamento, comparações e relativizações necessárias às distinções existentes na relação entre o grupo e o indivíduo, por mais que se reconheça os aspectos da diferença, não apresentam as reais condições em que são ou estão manifestadas as peculiaridades dessa diferença, o que condiciona as formas específicas de violências a serem tratadas genericamente. Esse tipo de apagamento se dá por meio de abstrações, que reiteram o caráter humano da discussão, o que é algo fundamental. Todavia, o debate parece continuar envolto em preconceito, conforme Giordano e Crochík (2015) descrevem. Em outras palavras, a ideia de uma diversidade genérica e a defesa das diferenças sem que sejam especificadas não contribuem, como seria necessário, para a visibilidade das mulheres transexuais e travestis, pois equivalem a todas as formas de violência social presentes na escola.

A invisibilidade das identidades e expressões de gênero feminino das mulheres transexuais e travestis, entre outros dissensos, refuta compreensões controversas, difusas ou confusas, sobretudo o que de fato corresponda ou deva ser designado para representar a especificidades dessa população, favorecendo a violência e a transfobia dirigidas contra as mulheres transexuais, travestis, homens trans e demais pessoas de identidade trans. Nesse sentido, a transfobia ganha espaço porque se ignora a existência de peculiaridades, tanto na percepção quanto nas dimensões e nos limites conceituais que as constituem, posto que, para que sejam entendidas, carecem de ser distinguidas, por exemplo, das homossexualidades.

Assim, entende-se a necessidade de problematização das condições específicas de formação das identidades múltiplas, do contexto das reivindicações, bem como as dimensões que dão conta de compreender as populações das mulheres transexuais e travestis, a partir do que está implicado na noção de integração social e de aceitação.

1.1 A ausência enfática de consenso e de critérios na contextualização: um mecanismo complexo de imprecisão que justifica o entendimento de termos e conceitos

É necessário definir a transfobia como forma de violência a partir da experiência, considerando que esta tarefa carece de estudos, como forma de apreender o que permeia esse processo relativo às violências e a condição peculiar de vida; tem-se em vista que esse fenômeno têm alcançado um alto nível de complexidade e de abstrações sem resolução, sob um contexto sócio-histórico-cultural marcado pela violência sexual e social, que no ambiente escolar pode encontrar também a possibilidade de cristalização.

A LGBTIfobia faz parte de um conjunto de violências que têm sido atribuídas indistintamente a toda população LGBTI+. Esses termos têm sido mobilizados academicamente para a contextualização dessas específicas formas de violências ocasionadas no convívio e nas relações sociais do cotidiano, de formação e trabalho, incluindo o ambiente escolar (Calixto e França, 2016).

Nesses estudos, assim como na prática das escolas, o tratamento dado à homofobia ocupa um lugar privilegiado, tomando as vítimas sob a ótica tradicional, como objetos regulados e, muitas vezes, não como sujeitos de direitos. Dessa maneira, a ação desqualificada desconsidera tais vítimas que, enquadradas numa ideia de universalidade, contrapõem-se à ideia de aceitação da diversidade nesse espaço, uma que não elimina a possibilidade de pré-julgamento ou a formulação generalizada das homossexualidades (Louro, 1995).

Esse aspecto universalista representa a ausência enfática de critérios e de consenso, tanto por parte de quem pesquisa como do indivíduo ou coletivo objeto pesquisado, o que contribui em parte para a desinformação e a ignorância, dada a ausência de compreensão definida e da relação com outras maneiras de existência, o que cristaliza os limites conceituais que constituem determinadas e específicas formas de violência e circunscreve a própria diversidade humana ilimitada na sua formação estrutural (Crochík, 1996).

A diversidade requer cada vez mais correspondência com o universo multicultural e com as formas ilimitadas de subjetividade; muitos têm sido os mecanismos desenvolvidos e a disposição para efetivar tal objetivo, posto que ainda há a necessidade de acionar ferramentas de negociação para a tentativa de ampliar a compreensão sobre concepções rígidas e limitadas acerca da pluralidade cultural contida na diversidade e vice-versa (Louro, 1995).

De qualquer modo, a definição de identidade de gênero, ação política e psicologicamente orientada e de acordo com aquilo que se vive e experimenta, pode ser dispositivo poderoso na harmonização do indivíduo com suas identidades, uma vez que pode espelhar a experiência

essencialmente original do corpo vivo e da consciência, expressa nas especificidades e peculiaridades que se articulam na construção fisiológica correspondente a seu papel social de gênero, sem disfarces ou fantasias, manifestadas expressamente e de acordo com o que essencialmente são ou se constituíram na e pela experiência (Louro, 1995; 2003).

De outra parte, pressupõe-se a existência da transfobia como uma espécie de dispositivo automático, dada a localização sem identificação concreta do objeto-alvo da ação. Por conta da invisibilidade e da exclusão, ainda não há um conhecimento mais aprofundado acerca das pessoas transexuais e de suas vidas, de seus desejos, de suas expectativas, de suas inclinações e de sua experiência social, invariavelmente marcadas pelo preconceito e pela violência.

Alguns dos questionamentos que norteiam esta pesquisadora, mesmo não sendo objeto alvo da investigação, dizem respeito ao que corresponderia, de fato, no âmbito da defesa da diversidade e da diferença, a esse padrão ou padrões relacionados à identidade de gênero e/ou orientação sexual: Quais os aspectos e pré-requisitos que possam ser/estar enquadrados e evidenciados em cada um e em todos os seres humanos? Que abstrações seriam possíveis e aceitáveis na formulação constitutiva do padrão mental que generaliza a violência na noção de LGBTIfobia? Como pode ser medido? Pela genitália (sexo) já não é mais possível. Não existem estudos, teorias e dados que comprovem a tese de uma *mulher universal*, objetivamente porque ela não existe, em nenhum lugar do planeta.

Na concepção de Butler (2021), há um problema político na noção de que o termo *mulheres* denota uma identidade comum. A existência de cada mulher é permeada por sua mulheridade, multiculturalidade, determinada sob forma de opressão e da luta contra ela. As mulheres – independentemente de serem negras, brancas, cisgêneras ou transgêneras, transexuais e travestis – sofrem determinadas opressões que não podem ser comparadas a milhões de outras mulheres, com intersecções outras (raça, etnia, classe social, território etc.). Ora, é nítido que muitas mulheres detêm e alcançam privilégios inimagináveis quando comparadas às mulheres indígenas, quilombolas, negras de pele retintas e não retintas, do campo, pobres, transexuais e travestis. Não interessa enfatizar ou explorar a diferenciação sob níveis e graduações da feminilidade – se são ou estão mais ou menos expostas e sujeitadas. Interessa refletir sobre os sentidos e o alargamento das noções feministas tradicionais, daquilo que é historicamente importante para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto às atividades públicas e políticas das mulheres e das feminilidades de todos os matizes (Scott, 1995).

Desse modo e voltando a Butler (2021), temos um significante estável a comandar o consentimento daquelas a quem se pretende descrever e representar, nomeando-as *mulheres*

(mesmo no plural), mas a definição não deixa de ser também um termo problemático, um ponto de contestação, uma causa de ansiedade.

A presunção política de ter de haver uma base universal para o feminismo, a ser encontrada numa identidade supostamente existente em diferentes culturas, acompanha frequentemente a ideia de que a opressão das mulheres possui uma forma singular, discernível na estrutura universal ou hegemônica da dominação patriarcal ou masculina (Butler, 2021, p. 21).

A esse respeito, há estudos que tratam a forma como mulheres são influenciadas e moldadas por suas experiências desde a infância, aliás antes dela. Portanto, constata-se que gênero é de fato uma construção sócio-histórica e cultural, ainda que muitas sociedades, com sua visão limitada, criaram a identificação reduzida a apenas aspectos e caracteres sexuais. Esse conjunto de fórmulas explicita como essas definições estão organizadas socialmente, no entanto, importa considerar a dimensão subjetiva, isto é, como tudo isso afeta, é percebido e experimentado por mulheres cisgêneros e transexuais e travestis, para além dos aspectos de similitude, incluindo as formas como o feminino é vivido por cada uma. É evidente que determinados aspectos relacionados às questões das corporalidade e a sexualidade estão diretamente vinculados com a origem étnica, racial, social e econômica, necessitando serem examinados tanto no plano local quanto no internacional.

A sociedade patriarcal, com normatividade cisgênero e capitalista, possui uma estrutura que se apropria de termos e significados para definir e determinar a referência e o uso de um conceito fechado em si, de maneira que se cria a aparência que se está promovendo a incorporação na norma de toda a diversidade e todas as diferenças possíveis. Considerando que os conceitos – ainda que referidos à realidade objetiva – são abstrações que visam tornar inteligível aquilo que é complexo, eles têm o poder de promover essa suposta referência original, mas contestável, que a todo tempo e o tempo todo se propõe a codificar, nomear os sentidos das coisas e classificá-las aos moldes do interesse de quem controle a linguagem e a comunicação. Tudo isso não deixa de ser ambíguo, como afirma Scott (1995), pois no campo do movimento das mulheres, tais conceitos são formulados para orientar a luta pela emancipação, mas, muitas vezes, não incorporam todas as formas de opressão. Para a autora, esta é uma luta difícil, porque as palavras, como as ideias e as coisas que elas pretendem significar, têm uma história que remete ao passado, ao presente e ao futuro que se quer construir.

A reciprocidade cisgênero ou o pacto da cisgeneridade, que exclui outras mulheridades, com a oposição ao masculino como forma de denunciar o patriarcado por parte de muitos movimentos feministas, produz e reproduz essa cadeia de hierarquização de categorias e

classificações em relação umas às outras, a partir de critérios normativos, expressos em símbolos e signos sexistas. Para Scott (1995), a palavra "gênero", segundo a ótica feminista norte-americana, indica a rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como "sexo" ou "diferença sexual". O gênero enfatiza, igualmente, aspectos normativos da feminilidade. Tendo seu valor no combate ao machismo, definindo as possibilidades de ser mulher desde essa ótica, pergunta-se se é possível incluir outras formas sem recorrer a estereótipos de gênero, mesmo com a perspectiva crítica em relação ao conceito.

É comum encontrar uma pessoa autoidentificada como feminista defender a ideia de que a mulher se define por sua genitália e por suas características biológicas. Há nessa atitude uma racionalidade, mas essa definição não contempla a experiência real das mulheres na vida social e, também, no âmbito subjetivo. É possível alguém acreditar ser capaz de definir a existência do outro tendo por base apenas a própria experiência individual contaminada por convencionalismos de todo tipo?

As ponderações feitas no parágrafo anterior permitem a afirmação de que o conceito de mulher, portanto, segundo certa visão da teoria feminista, sequer dá conta de desvelar e reconhecer privilégios erguidos na direção de negligenciar as mulheres não pertencentes às camadas médias das sociedades urbanizadas, em especial as trabalhadoras, que continuam invisibilizadas, mesmo sendo chefes de famílias e não submetidas ao pátrio poder do homem, uma vez que possuem certa independência financeira. Isso não quer dizer que não vivam dificuldades, já que não detém os privilégios típicos da população mais abastada frente a uma estrutura que as impede de acessar certos ambientes formais de trabalho. Além disso, sofrem consequências reais das violências e violações a que estão mais sujeitas, o que tem se revelado em práticas excludentes, higienistas, racistas, transfóbicas, anti(trans)feministas, antifeministas, na contramão dos avanços e conquistas contemporâneas do movimento.

Em certa medida, não é só negligência ou desconsideração: ao desqualificar outras formas de ser feminina, atropelam feito máquina em plena operação, de forma incisiva e violenta, a população de mulheres transexuais, travestis e intersexo, sem perceber que o pretendido fim do patriarcado e do machismo também pode contar com essa população nessa luta. Tornar enfática a defesa do determinismo biológico em relação ao gênero impede a compreensão da extensão bastante complexa dos mecanismos de dominação relacionados ao gênero, além de eliminar ou desqualificar outras categorias e/ou classes de mulheres, impondo barreiras que dificultam o autoconhecimento e a autoidentificação das mulheres transexuais e travestis.

O fato é que a maior parte das populações de mulheres transexuais e travestis permanece em condições de invisibilidade, no trabalho informal, precário ou marginal, submetidas à ausência de dados estatísticos e demográficos expressivos e reveladores das condições concretas de vida, das vulnerabilidades; naturalmente, também são privadas das informações e da formação que poderiam emancipá-las. O mesmo se pode dizer em relação ao acesso às políticas de estado, claro, quando essas existem (Calixto e França, 2016).

Nessa conjuntura, estão submetidas a cruéis formas de violências e muitas das situações vividas por essa população nem chega ao conhecimento público, pois, além da subnotificação, há o processo sistemático de ocultamento. Essa situação precária e dramática nos impõe a busca por explicações e por respostas no sentido de que essas vidas deixem de ser experiências humanas forjadas na violência e na estigmatização. Faz-se necessário refletir sobre as reais condições e/ou possíveis contradições, como forma de refutar compreensões difusas ou confusas acerca da subjetividade produzida nas condições econômicas e sociais hodiernas (Calixto e França, 2016).

Por essa razão, entende-se a necessidade de problematização dos limites das concepções generalizadas desse universo identitário, que se constitui pelas formas específicas e distintas de relação com as formas de violência a que cada indivíduo está submetido. Talvez se deva falar em configuração similar, mas não igual. A única forma possível de combate a essa situação é a compreensão de que circunstâncias e condições estão envolvidas ou se desenvolvem na constituição das identidades. Considerando as semelhanças e diferenças na diferença⁸, inclusive, entre universos distintos e dentro desse universo, em particular, como um fenômeno social emergente, retratar as peculiaridades da vida da população das mulheres transexuais, travestis, homens trans e demais pessoas de identidade trans é fundamental. O tratamento homogeneizador e “igualitário” expresso na sigla LGBTI+ pode, em determinadas situações, realimentar a heteronormatividade e a concepção binária de gênero. Sobre isso, pode-se citar Bento (2014):

⁸ Se analisarmos as relações de poder e as formas como se estruturam em processos hierarquizantes e de subalternização, o conceito de diferença toma corpo (forma) em retóricas sociais marcadas pelas diferenças de ordem socioeconômica, cultural, política institucional e educacional. Portanto, considerando como específicas algumas características de humanidade, percebidas e concebidas nas relações sociointeracionais afetivas (que afetam reciprocamente os envolvidos), pode-se dizer que o trabalho no ambiente da escola pública pode reforçar os estigmas e estereótipos ou combatê-los. Assim, evidenciar na investigação empírica os limites e possibilidades da escola, baseando-se nas experiências das mulheres transexuais e travestis, pode fornecer elementos para a compreensão de como se constitui “a situação do indivíduo que está inabilitado para aceitação social plena” (Goffman, 2002, p. 4) de si e dos outros.

É um equívoco falar em “diferença ou diversidade no ambiente escolar” como se houvesse o lado da igualdade, onde habitam os/as que agem naturalmente de acordo com os valores hegemônicos e os outros, ou diferentes. Quando, de fato, a diferença é anterior, é constitutiva dessa suposta igualdade. Portanto, não se trata de “saber conviver”, mas considerar que a humanidade se organiza e se estrutura na e pela diferença. Se tivermos essa premissa evidente, talvez possamos inverter a lógica: não se trata de identificar “o estranho” como “o diferente”, mas de pensar que estranho é ser igual e na intensa e reiterada violência despendida para se produzir o hegemônico transfigurado em uma igualdade natural. Quando compreendemos a produção das identidades de gênero marcada por uma profunda violência, passamos a entender a homofobia enquanto uma prática e um valor que atravessa e organiza as relações sociais, distribui poder e regula comportamentos, inclusive no espaço escolar (Bento, 2011, p. 556).

Pensando nessa perspectiva, pode-se considerar as contradições: de um lado, a hipótese de que é necessário produzir um lugar de integração social e aceitação e, do outro, os índices expressivos de violência e crimes (com as correspondentes subnotificações de casos), a ausência de informações, os processos de escolarização interrompida, a evasão escolar, as condições objetivas de vida com seus reflexos na subjetividade, a informalidade e clandestinidade prevalentes nos mecanismos de socialização, propiciando um vida cheia de privações de todo tipo. Para Louro (2003), tudo isso contribui para a negação das particularidades e características próprias das inúmeras formas de violência, que consideravelmente são fatores responsáveis e de influência na formação dos indivíduos que vivem rotineiramente com esse espectro. Isso posto, para entender esse movimento no que tange a vida da população aqui considerada, parece fundamental a reflexão acerca dos estereótipos negativos associados aos estigmas correlacionados ao modo como a identidade e expressão gênero feminino são aceitos ou não como contidos na “normalidade”. Enfim, não reconhecer que o normal é não termos padrões normativos de gênero e sexualidade contribui com a violência generalizada, que pode levar à transmisoginia, ao transfeminicídio e ao travesticídio⁹.

1.2 A banalização e a conversão de específicas formas de violência em *bullying*: a persistência e o recrudescimento da transfobia no contexto escolar

Considerando-se uma das hipóteses dos problemas decorrentes do tratamento indiscriminado da violência LGBTIfóbica, igualando homofobia e transfobia, bem como as

⁹ De modo geral, o transfeminicídio e o travesticídio podem ser considerados como uma forma extrema de misoginia, ou seja, ódio e repulsa a população das mulheres transexuais e travestis ou contra tudo que esteja ligado ao gênero feminino.

concepções que circunscrevem esse fenômeno (violência de gênero) e as experiências coletivas e individuais, entende-se que a violência contra as populações das mulheres transexuais e travestis (identidade de gênero feminino) possui nuances e similaridades que a distingue do acometimento homofóbico¹⁰, sofrido por gays e lésbicas (orientação sexual). Da perspectiva escolar, identifica-se uma espécie de conversão dessa violência em *bullying*. Ao lado disso, é fundamental o empenho para desconstruir esses sentidos, responsáveis por possibilitar caracterizações banais e normalizadas.

No *bullying*, a descarga da própria humilhação sobre o mais frágil se levada à reflexão pode indicar a sua inutilidade e que cabe lutar contra o que humilha e não reproduzir em outro o que se sofreu; se o pensamento estereotipado ou mesmo mais “sofisticado” que justifica a agressão contra grupos específicos se apresenta no preconceito, então a possibilidade de se diferenciar os membros de um mesmo grupo, como a si mesmo dos outros pode reestabelecer a experiência que se contrapõe a ele (Crochík, 2015, p. 53).

Assim, a banalização dessas formas de violência (a homofobia e a transfobia) em processos sociais e no contexto educacional é um crime. Seja como for, e diante dessa concepção, portanto, temos no horizonte a necessidade de descontinuidade desses processos que os tornam similares e equivalentes.

A transfobia possui especificidades que oferecem representações que vão além das definições interpretadas como *bullying*, estereótipos de gênero e características físicas constituídas. Ao mesmo tempo, é importante destacar que as vítimas desse tipo de violência não estão restritas apenas aos espaços privados, justamente porque a mesma coisa acontece nas escolas; por isso, merecem ser investigadas e evidenciadas, justamente por sofrerem violência em espaços públicos e que, em tese, deveriam estar mais protegidas. De qualquer modo, entre outros fatores, suas características próprias, que demarcam as identidades de gênero feminino, bem como as redes de socialização possíveis em um ambiente hostil, em função do preconceito, da discriminação e da marginalização, tornam essa população mais suscetível àquilo que inferioriza as pessoas consideradas desviantes e/ou mais frágeis.

Notadamente, porém, há insurgências e resistências, pois, em boa medida, a fraqueza está apenas na mente daqueles que promovem a violência. Por todo o exposto, faz-se necessário estudos empíricos como forma de encontrar as peculiaridades das mulheres transexuais e

¹⁰ O acometimento homofóbico tem sido interpretado como *bullying* na escola. Temos os atos recorrentes, a difamação, as injúrias verbais ou gestos e mímicas obscenas, mais óbvias; temos também as formas mais sutis e mais disfarçadas, como insinuações, ironias e sarcasmo, ausência de cordialidade e a antipatia no convívio social. Há casos em que a vítima tem dificuldades de comprovar se é uma coisa ou outra; objetivamente, sua reputação ou compostura foram violentadas (por agressões físicas e/ou crimes de ódio).

travestis, bem como da ação preconceituosa e violenta de que são vítimas. Parece haver um determinante de natureza biológica que nega a identidade feminina, ainda que com traços, símbolos e signos próprios. Nesse sentido, a violência contra as mulheres transexuais, travestis, homens trans e demais pessoas de identidade trans tende a negar singularidade a todo um grupo de pessoas que não pode ser enquadrado no modelo histórico de normalidade e de diversidade socialmente aceita.

Em hipótese, parece existir um paradoxo entre a aceitação por ocorrer a inserção em certos meios sociais e nas mídias e a persistência do preconceito e o recrudescimento da violência. Os estudos têm revelado os altos índices de violência transfóbica, isso sem considerar a subnotificação e/ou a não caracterização das ações como atos decorrentes de preconceito e transfobia, dada as dificuldades comprobatórias. Por essa razão, é relevante examinar no material coletado (artigos científicos) como essas violências são expressas e descritas, assim como é apresentado o contexto de realidade das populações em questão, considerando os critérios adotados para registrar informações (fichas de leitura) e analisá-las, com base nos objetivos definidos nesta pesquisa.

1.3 As especificidades estruturantes e a relação histórica e conceitual que aprofunda as manifestações de violência aos níveis estruturais da transfobia

A LGBTIfobia tem sido o termo utilizado academicamente, nas mídias e redes sociais, para representar um tipo de violência universalizada de intolerância, fazendo parte de um conjunto de violências cometidas contra a população LGBTI+, entre elas a homofobia. Talvez esse fator seja responsável pela invisibilidade das outras letras que compõem a sigla e a transfobia. A sigla LGBTI+ é mencionada no rol das manifestações de racismo¹¹ pelo STF, entendida como um tipo de racismo social, o que demonstra certo avanço do ponto de vista histórico e das lutas do movimento LGBTI+, mas revela-se insuficiente como dispositivo do controle, inibição e coibição de determinadas práticas de violência contra essas populações, ainda que assuma o caráter de pacto social.

O conceito de racismo compreendido em sua dimensão social, projeta-se para além de aspectos estritamente biológicos ou fenotípicos, pois resulta, enquanto manifestação de poder, de uma construção de índole histórico-cultural motivada pelo objetivo de justificar a desigualdade e destinada ao

¹¹ Segundo o STF, o racismo como conceito social não se refere apenas ao preconceito e discriminação em relação a raça, mas trata-se da inferiorização de um grupo em relação a outro.

controle ideológico, a dominação política, a subjugação social e a negação da alteridade, da integridade e da humanidade daqueles que, por integrarem grupo vulnerável (LGBTI+) e por não pertencerem ao estamento que detém posição de hegemonia em uma dada estrutura social, são considerados estranhos, diferentes, degradados à condição de marginais do ordenamento jurídico, exposto, em consequência de odiosa inferiorização e de perversa estigmatização, a uma injusta e lesiva situação de exclusão do sistema geral de proteção do direito (BRASIL-STF, 2019, p. 6).

Um dos conceitos trabalhados pelos autores da teoria crítica da sociedade é a barbárie, que pode ser compreendida como projeto de aniquilação dos corpos e das subjetividades por meio da violência. Quando é necessário existir uma lei para impedir a violência sobre determinadas populações, como a população LGBTI+, isso já por si só denuncia a existência da barbárie. Nesse contexto, a transfobia se solidifica em solo brasileiro como uma das mais cruéis em relação a essa população, em todas as esferas sociais, inclusive no ambiente escolar.

Enquanto a sociedade gerar a barbárie a partir de si mesma, a escola tem apenas condições mínimas de resistir a isto. Mas se a barbárie, a terrível sombra sobre a nossa existência, é justamente o contrário da formação cultural, então a desbarbarização das pessoas individualmente é muito importante. A desbarbarização da humanidade é o pressuposto imediato da sobrevivência. Este deve ser o objetivo da escola, por mais restritos que sejam seu alcance e suas possibilidades. E para isto ela precisa libertar-se dos tabus, sob cuja pressão se reproduz a barbárie (Adorno, 1995, p. 117).

Desbarbarizar é pensar na necessidade de trazer para a educação sua parcela de responsabilidade no combate à transfobia de diversas formas, entre elas o que se escreve e produz sobre ela. Existem alguns conceitos que hoje não encontram consenso e, assim, como no passado, necessitam ser revisados, pois não estão ajustados e/ou permitem o diálogo que leve ao entendimento. Quando acionados, atribui-se um conceito genérico para aquilo que é distinto, sem que o consenso tenha sido alcançado. É o caso, por exemplo, da homofobia, do homicídio contra a população LGBTI+, da união homoafetiva e do próprio significado de travesti, pois no próprio dicionário (Michaelis), o termo é incompatível em relação ao objeto alvo de sua denominação. Conceitualmente o termo representa uma pessoa que se vestia para falsear/fantasiar/disfarçar, transformar, tornar irreconhecível, falsificar: travestir a verdade, em desarmonia com o conteúdo social que o termo assumiu historicamente. Hoje, diferentemente do passado, é possível e desejável ter em conta o contexto e a forma como foi construído o sujeito político – a travesti. O objetivo deste questionamento não é a mudança do termo em si, mas problematizar concepções equivocadas ou inadequadas, especialmente em relação ao seu significado como consta no dicionário *Michaelis: Dicionário Escolar - Língua Portuguesa*:

tra.ves.ti (fr travestiti) s.m. 1. disfarce teatral em que traja o artista com roupas do outro sexo. 2. homossexual que se veste com roupas do sexo oposto e muitas vezes utiliza hormônios e outros meios para modificar seu corpo (Michaelis, 2008, p. 869).

Outro exemplo que segue neste mesmo caminho consta no *Dicionário escolar da Academia Brasileira de Letras: Língua Portuguesa*:

tra.ves.ti (tra.ves.ti) s.m. e.f. 1. Homossexual que usa roupas do sexo oposto; transformista. 2. Artista que, num espetáculo, veste-se com roupas do sexo oposto; transformista (Bechara, 2011, p. 1252)

De acordo com os significados trazidos por ambos os dicionários, é perceptível a definição da palavra Travesti como um disfarce, uma performance artística, algo que esteja meramente relacionado à questão estética ou que visaria ocultar como é a “realidade”; também define se tratar de pessoas homossexuais; por fim, associam a palavra à transformista, relacionada a arte *drag queen*. O problema contido nessas definições é que elas são extremamente incompatíveis com a historicidade e seu conjunto de fatores, que reunidos produzem elementos de distinção e diversidade, o que impõe a tarefa de encontrar a melhor forma de apresentar significados à palavra travesti. Ao longo do tempo, o termo adquiriu outros significados, a partir do momento que se tornou uma identidade de gênero latino-americana, requerida por pessoas que lutaram pelos seus direitos políticos e reivindicaram sua feminilidade. Assim, não se trata de um disfarce, nem de uma arte; e nem mesmo de uma dicotomia ou meramente uma questão estética, mas de uma identidade de gênero construída e constituída.

No entanto, a identidade travesti foi invisibilizada e marginalizada durante décadas, e segue sendo desrespeitada de muitas maneiras diante da transfobia e da estereotipia, o que se pode observar nas definições trazidas pelos dicionários em 2008 e 2011, já citadas, na própria mídia televisiva, digital, em jornais e revistas. Não se trata somente de insurgência da denominada categoria política das travestis ou da luta pelos direitos políticos adquiridos, mas do desejo de livrá-las dos estigmas e estereótipos negativos que lhes são imputados, da influência ligada à ideia da marginalidade, que é determinante do corpo e da corporalidade em sua relação com a linguagem. Esses são elementos estruturantes da construção da subjetividade feminina, e essas questões estão relacionadas com a realidade e o seu cotidiano, principalmente por meio das violências e violações de direitos.

As formas de opressão são dispositivos requeridos pela sociedade capitalista, com centralidade focada na família nuclear para oprimir a mulher e o universo considerado feminino, composto por identidades, expressões e papéis de gênero feminino com restrições e limitações. De outra parte, é importante mencionar as conquistas. Na medida em que o discurso hegemônico cisheteronormativo em relação a sexo, gênero, identidade de gênero, desejos e práticas sexuais passam a ser reanalisados, as expressões da sexualidade passam a receber uma moderna e adequada leitura, diferente do passado estático, inflexível e patológico.

Então, considerando as áreas do conhecimento, como é o caso da psicologia social e da psicanálise, é importante discutir que estudos se apresentam como normatizadores da sexualidade humana, os quais procuram restaurar o modelo tradicional com base na *diferença sexual*, reiterando a cisheteronormatividade da dominação masculina, assim como é igualmente importante e necessário salientar que há estudos na direção oposta, pois por outro lado, quando a psicanálise promove a escuta das dinâmicas pulsionais e dos movimentos identificatórios, que subjazem ancestralmente às identidades transexuais e travestis, sem nomeá-las como desviantes, as transexualidades e travestilidades passam a ser melhor entendidas como mais uma manifestação da identidade humana.

Enfim, o que se pretende destacar é o fato de que as construções patológicas acerca da transexualidade e travestilidade, realizadas inclusive com o auxílio das ciências, alimentam o comportamento transfóbico. É evidente que certas posições adotadas por algumas vertentes dessas e de outras áreas do conhecimento foram pautadas pela cisgeneridade.

Diante do exposto, a ciência tem contribuído para eficiência e manutenção da engrenagem (transfóbica) da hegemonia da sociedade cisnormativa. O tratamento dado a essa violência (transfobia) como objetivo de pesquisa e fenômeno social é secundário ou é apresentado apenas como um elemento complementar atribuído ao objeto alvo dessa ação. Na prática, essas distinções corroboram para a prática de transfobia estruturada, sendo esse um reflexo das generalizações que condicionam a pouca ênfase dada a formas específicas de violência, que ocupam um lugar de fronteira e de indefinições, imprimindo abstrações que concorrem para os dissensos e compreensões difusas. Notadamente, há insurgências e situações a serem mais bem designadas, distinguidas, reformuladas e definidas. A variedade humana e as distintas identidades apresentam elementos difusos indecifráveis, como é o caso dessas específicas formas de violência (homofobia e transfobia).

Os índices que retratam a situação de violência sofrida pelo público LGTBI+ são assustadores e alarmantes e, nesse escopo, é fundamental entender como isso atinge a população de mulheres transexuais e travestis, extremamente marginalizadas. Igualmente é fundamental

lançar luz sobre a luta e resistência dessas pessoas e analisar como se levantam contra essas e tantas outras formas de opressão, de apagamentos e invisibilidade, pois é isso que as torna pessoas ativas e livres das amarras que as mantêm presas a certos papéis sociais determinados por outros. Nesse sentido, lutam por igualdade, condições dignas, justiça social, pelo direito de falarem e serem ouvidas como todos os seres humanos plenos, inclusive reconhecendo sua capacidade de produzir conhecimento.

Considera-se importante trazer a reflexão acerca da união estável e do reconhecimento da identidade de gênero, bem como o tratamento dado às populações que manifestam suas identidades e expressões de gênero divergente do esperado socialmente das respectivas orientações sexuais (homossexualidades).

O STF ADPF 132/RJ e a ADI 4.277/DF - Reconhece a união homoafetiva como entidade familiar. Entre outros direitos.

[...] O caput do art. 226 confere à família, base da sociedade, especial proteção do Estado. Ênfase constitucional à instituição da família. Família em seu coloquial ou proverbial significado de núcleo doméstico, pouco importando se formal ou informalmente constituída, ou se integrada por casais heteroafetivos ou por pares homoafetivos.

[...] o Plenário do Supremo Tribunal Federal, em recentíssimo julgamento, ao apreciar a ADPF 132/RJ e a ADI 4.277/DF, ambas de relatoria do eminente ministro Ayres Britto, reconheceu, como entidade familiar, a união entre pessoas do mesmo sexo, desde que atendidos os mesmos requisitos exigidos para a constituição da união estável entre homem e mulher, além de também haver proclamado, com idêntica eficácia vinculante, que os mesmos direitos e deveres dos companheiros nas uniões estáveis heteroafetivas estendem-se aos companheiros na união estável entre pessoas do mesmo sexo. [...] Ao decidir a questão, o Pleno desta Suprema Corte proclamou que ninguém, absolutamente ninguém, pode ser privado de direitos nem sofrer quaisquer restrições de ordem jurídica por motivo de sua orientação sexual. Isso significa que também os homossexuais têm o direito de receber a igual proteção das leis e do sistema político jurídico instituído pela Constituição da República, mostrando-se arbitrário e inaceitável qualquer estatuto que puna, que exclua, que discrimine, que fomente a intolerância, que estimule o desrespeito e que desiguale as pessoas em razão de sua orientação sexual. [...] Esta Suprema Corte, ao proferir referido julgamento, viabilizou a plena realização dos valores da liberdade, da igualdade e da não discriminação, que representam fundamentos essenciais à configuração de uma sociedade verdadeiramente democrática, tornando efetivo, assim, o princípio da igualdade, assegurando respeito à liberdade pessoal e à autonomia individual, conferindo primazia à dignidade da pessoa humana, rompendo paradigmas históricos, culturais e sociais e removendo obstáculos que, até então, inviabilizavam a busca da felicidade por parte de homossexuais vítimas de tratamento discriminatório (BRASIL-STF, 2020, p. 9-12).

E no caso das populações de mulheres transexuais heterossexuais redesignadas, na relação afetiva com seu parceiro, há o reconhecimento jurídico como um casal ou é enquadrado

como par afetivo? Considera-se fundamental analisar em que medida ocorre o reconhecimento de sua mulheridade, bem como a maneira pela qual os estudos e pesquisas tratam a questão e a dificuldade de emancipação dessas populações, como definiu e alertou Adorno (1995, p. 182): “o problema propriamente dito da emancipação hoje é se e como a gente – e quem é ‘a gente’, eis uma grande questão a mais – pode enfrentá-lo”. O autor também afirma:

Se atualmente ainda podemos afirmar que vivemos numa época de esclarecimento, isto tornou-se muito questionável em face da pressão inimaginável exercida sobre as pessoas, seja simplesmente pela própria organização do mundo, seja num sentido mais amplo, pelo controle planejado até mesmo de toda realidade interior pela indústria cultural (ADORNO, 1995, p. 181).

Percebe-se, no entanto, que há uma longa trajetória. É fato que a ausência de emancipação causada pela cisheteronormatividade e seus fundamentalismos, presentes nas ações do Estado, das instituições e da sociedade em geral também constituem impedimentos à autonomia e liberdade. As áreas do conhecimento e/ou de prática social (educação, saúde e direito) não têm se revelado suficientes como antídoto a essas questões, pelo contrário. A título de exemplo, pode-se citar os laudos psiquiátricos obrigatórios para “o processo transexualizador” e a alteração de prenome; para este fim, só havia “autorização” com a anuência de um juiz de direito. Para retificar o nome, a pessoa necessitava dessa decisão de um terceiro, com autoridade para definir se a requerente estaria apta ou não para se reconhecer com outra identidade. Ainda existem cartórios brasileiros que criam barreiras para a denominada mudança de nome, que é comumente praticada por pessoas heterossexuais casadas, quando recebem o sobrenome, geralmente a esposa adicionando o do marido.

O gênero e a sexualidade são experiências humanas fluídas e extremamente complexas. A homossexualidade, as travestilidades e as transexualidades são expressões modernas do ponto de vista da linguagem e do reconhecimento, o que, por si só, já é uma conquista importante. No entanto, tais experiências possuem séculos ou milênios de existência e foi necessário muita luta, resistência e transgressão para serem identificadas como legítimas e, portanto, conquistarem a cidadania. De outro lado, a cisgeneridade e a heterossexualidade foram naturalizadas e normalizadas como essência universal do ser humano, o que leva à sua imposição desde o nascimento, em todos os corpos, dificultando e estabelecendo barreiras para o reconhecimento e a emancipação de identidades e sexualidades que estejam fora da norma padrão.

A discussão aqui desenvolvida apresenta-se como uma possibilidade de realizar alguns apontamentos em torno da problemática das transexualidades e travestilidades, especialmente

em relação a alguns dos pressupostos e da ótica psicanalítica, que busca acolher a pessoa em sua singularidade. Algumas mulheres transexuais e travestis mantêm-se numa constante busca pelo desejo de modificar o gênero e sexo “biológico”, obstinadas pela aspiração de serem vistas, entendidas e reconhecidas como mulher que são. Para tanto, se submetem a acompanhamentos especializados ou não, cirúrgicos e estéticos, e optam pela hormonoterapia¹², sendo essa a forma mais precisa de combater e inibir algumas das características que consideram indesejáveis.

Não há estudos epistemológicos específicos, contundentes para identificar, definir ou reduzir os efeitos deletérios à saúde dessas populações. Não há, também, dados estatísticos (IBGE) oficiais que mensurem essa população e suas demandas no Brasil. Segundo Costa *et al.* (2020), em termos de incidência populacional para o quadro da transexualidade, há estimativas de que para cada cem mil nascimentos, aproximadamente 4,6 venham a ser transexuais, com maior incidência às populações de mulheres transexuais em relação aos homens trans. Considerando esse quadro, questiona-se onde e como são acompanhadas essa população carentes dos serviços básicos de saúde?

É importante ressaltar que, em relação aos ambulatórios que fornecem acompanhamentos especializados, segundo dados do IBGE (2023), dos mais 5.570 municípios, em apenas treze estados há 21 ambulatórios no total habilitados para prestar serviços especializados à "população trans". O primeiro ambulatório destinado à atenção de saúde integral à população de mulheres transexuais, travestis, homens trans e demais pessoas de identidades trans, foi implementado no ano de 2009, em São Paulo, na gestão do então governador José Serra. Esse equipamento foi denominado Centro de Referência e Treinamento - CRT (DST/AIDS), e o foco do trabalho multidisciplinar era o processo transexualizador do Sistema Único de Saúde - SUS.

Sobre as modificações corporais, de gênero e sexo, ainda hoje, existe a negação transfóbica preconceituosa de que mulheres transexuais e travestis não são mulheres e que, portanto, pertenceriam ao gênero masculino, ou até mesmo a um terceiro gênero. Quando se pensa o perfil das mulheres transexuais e travestis negras e femininas, que são maioria, há quem se lembre das grosseiras leituras a respeito dessas mulheres entre as décadas de 1970 e 90, fatidicamente compreendidas e representadas como *uma anormalidade*, pois *degradavam* seus corpos com aplicações de silicone industrial, à época com ausência de informações, que mal

¹² É uma forma de tratamento/acompanhamento, também conhecida como terapia de reposição hormonal – hormônios sexuais, utilizados no processo de (feminilização ou masculinização) hormonização, que tem por finalidade suprir, ajustar e promover o bem-estar (emocional, físico e mental) de acordo com a identidade de gênero – feminina ou masculina.

tinham conhecimento dos seus precários direitos, posto que não existiam nem acesso a procedimentos de qualquer natureza e de acompanhamento médico hormonal qualificado, especialmente no sistema de saúde pública.

Por essas entre tantas outras razões, é irrefutável a reformulação e a necessidade de ajustamento das dimensões e dos limites conceituais que imprimem forma às especificidades dessas identidades e expressões de gênero, principalmente em relação às violências e violações sofridas pelas mulheres transexuais e travestis. De qualquer modo, quando olhamos para a população LGBTI+, ainda que apresentem similaridades, existem peculiaridades que evidenciam a diversidade. Assim, é preciso considerar as diferenças existentes entre transexualidade, travestilidade e homossexualidade. Posto isso, e diferentemente da homossexualidade, que se refere à orientação sexual, uma mulher transexual ou travesti vive e se apresenta conforme sua identidade de gênero real, sem disfarce e conforme sua experiência social e com seu próprio corpo.

O termo “passibilidade”¹³ tem sido usado e debatido entre as populações das mulheres transexuais e das travestis, nos movimentos sociais e na própria academia. Da mesma maneira,

¹³ Antes da difusão desse conceito no campo das disputas políticas da organização dos movimentos sociais e acadêmicos, nos movimentos “T” paulistas, o termo “passável” foi popularmente utilizado e, por isso, talvez seja necessário entender o contexto. Existiam duas frentes amplas de denominadas (autodeclaradas) mulheres transexuais e travestis. No que tange a posição hierárquica, a luta desses movimentos por afirmação das travestis, mas também da mulher transexual, pois não havia a compreensão tácita, conceitual de que ambas são mulheres. Não eram reuniões simples, os conflitos eram constantes, as crises internas, inclusive relativas às nomenclaturas, tomavam contornos insolúveis, especialmente com as pautas não convergentes. O exemplo disso é o levante daquelas que buscavam o reconhecimento pleno de tratamento (pronomes e nome). Para algumas este aspecto era encarado como uma forma de distanciamento da unidade política travestis. É importante ressaltar que desde sempre, essa identidade é caracterizada por uma multiplicidade de autopercepção. Para as travestis com posições mais definidas por essa identidade menos rígido, requerer o direito de usar o nome e gênero feminino por parte desse grupo de agremiadas insurgentes, representava para elas, ocasionalmente não insurgentes sob esse aspecto, a ideia de “querer ser ou passar-se por mulher”. Com efeito, isso significa querer ser o que não se é ou querer ser cisgênero. Esse debate parece ainda não superado na organização política “T”, pois ele ainda é observado, embora muitos outros aspectos comuns une o movimento. De qualquer modo, os elementos que marcam as diferenças geram inconformidades, tensões e conflitos. A simples maneira de se vestir, se portar e se apresentar também eram e são colocados sobre a mesa. Geralmente, o tratamento (cumprimentos informais) recebido por parte das mulheres que se manifestaram com traços e características descritas como incomuns, por escárnio, brincadeiras, empatia ou até mesmo fatores desconhecidos e indefinidos é “e, aí, amapô”. Expor essas divergências não significa desvalorizar as conquistas, nem representa as dificuldades de reconhecer o contexto de violência transfóbica das que não detêm ou alcançar o privilégio de “passar”. A maioria encontra-se submetida ao processo de sujeição e inaceitação. A problemática concentra-se em reconhecer que existe a necessidade, para muitas, da identidade encontrar-se com a “aparência hegemônica”, que isso é eficiente para livrá-las de parte do preconceito. Acredita-se na diferença como fonte da multiplicidade da identidade plural das travestis; podendo ser diversa nos modos de ser e viver o gênero, assim como é a multiplicidade da identidade humana. A propósito, há uma certa preocupação acerca do sentido e do significado, por uma suposta cooptação e apropriação de um termo que surge e que toma uma dimensão bastante explorada do ponto de vista das discussões acadêmicas e de movimentos sociais, o termo “mulher trans”. Assim, como uma espécie de apropriação indébita, suprime-se a especificidade das mulheres transexuais e travestis. Acerca disso, é interessante ressaltar que essa apropriação indiscriminada aponta para o enfraquecimento, apagamento e/ou o esvaziamento das identidades políticas mulheres transexuais e travestis, uma vez que se encontram na invisibilidade provocada na dinâmica de interação, de sociabilidade e de tentativa de unidade de pauta. Em muitos estudos, a abordagem generalizada que remeteria à uma identidade única, contribui

acontece com as populações pretas e negras em relação ao “colorismo”. É natural que algumas pessoas dessas populações, assim como de outras de modo geral, procurem desenvolver maneiras de proteção e autodefesa; todos os organismos vivos possuem essa característica.

Essa habilidade não é e nem seria diferente com as pessoas que sofrem preconceito e discriminação e possuem o desejo de adequação social. Ocorre, inicialmente, para livrar-se das manifestações nuançadas de preconceitos. Assim, atingir a passabilidade é uma forma de pessoas LGBTI+ – travestis, mulheres transexuais e outras pessoas de identidade trans – manterem-se longe da mira dos algozes.

Deve-se questionar a *glamourização* do colorismo e da passibilidade, pois é bem fácil detectar algo relacionado à reprodução do preconceito, pelo simples fato de anular o pertencimento racial e a identidade de gênero, tentando camuflá-las pela aproximação com os padrões estéticos dominantes na sociedade da heteronormatividade e da branquitude. Para ilustrar o aqui destacado, pode-se citar algumas falas que muitas mulheres transexuais e travestis ouvem: “é tão linda que você nem parece...”; “jamais imaginei que você fosse transexual ou travesti”. Ora, isso é o mesmo que dizer que uma mulher transexual ou uma travesti não podem ser lindas por ser quem são, independentemente da aparência mais ou menos próxima dos padrões estéticos dominantes e excludentes da diferença e da diversidade.

Nem todas as mulheres transexuais e as travestis conseguem ter essa tal *passabilidade*, e isso não deveria ser uma vulnerabilidade, pois há, aqui, um problema social. Mesmo com todas as conquistas em favor do reconhecimento das diferenças, ainda persiste uma tendência homogeneizadora, que fortalece aqueles que não suportam ver o outro e não se enxergar. Seja como for, o fato de algumas mulheres transexuais e travestis negras, não retintas, conseguirem “passar” por mulheres “cisgêneras brancas” jamais deve ser considerado uma conquista (nem mesmo para elas). Cada vez mais o movimento social organizado das mulheres transexuais e das travestis brasileiras comprova que seus corpos podem ter e ser percebidos de diversas e diferentes formas, sendo valorizadas como qualquer outra mulher.

Toma-se a formulação de Marcuse (1975, p. 14): “hesito em empregar a palavra – liberdade – porque é precisamente em nome da liberdade que os crimes contra a humanidade são praticados”. Também: “se o indivíduo não tem a capacidade nem a possibilidade de ser por

para um cenário que confunde e ofusca o protagonismo político, o enfrentamento histórico, os anos de luta e de construção de pautas imprescindíveis nas discussões em torno da desmistificação da normatividade do gênero (homem e mulher), bem como a importante contribuição dessa população para o debate sobre a sexualidade humana, assim como para os movimentos sociais LGBTI+ nas construções de pautas que buscam garantir o direito coletivo e as conquistas que representam os avanços para toda esta população.

si mesmo, os termos da psicologia convertem-se nos termos das forças da sociedade que definem a psique” (Marcuse, 1975, p. 25). Como falar de libertação, emancipação das populações de mulheres transexuais e travestis, que majoritariamente vivem na situação de pobreza ou pobreza extrema, submissas, e que cedo ou tarde, para exercer sua força de trabalho marginal, clandestina e oculta na prostituição, se convertem “voluntariamente” à servidão? A suposta liberdade de “viver como se quer” é normalizada, como se a falta de opções levasse a escolhas livres; embora se saiba, é importante repetir: os condicionantes e impedimentos sociais levam muitas a encontrar na prostituição sua única fonte de subsistência.

Para alcançar a desejada libertação dessas desigualdades, discriminações e estigmas sociais, é necessário pensar numa mudança estrutural, na qual a condição social das travestis e mulheres transexuais possa alcançar um outro patamar de humanidade, de possibilidades e direito à saúde, trabalho, educação, moradia, alimentação, entre outros fatores necessários à dignidade humana. Paralelamente a isso, é necessário que por meio da consciência política as populações das mulheres transexuais e travestis reconheçam que muitas dessas “normas sociais” são construções históricas, perpetradas e perpetuadas de geração em geração. Apenas, então, com a transformação estrutural e a consciência política, elas terão a liberdade de escapar dessa condição compulsória de vulnerabilidade e determinar seu próprio destino.

A distinção das subjetividades e identidades, considerando a população LGBTI+, pode exercer influência na elaboração de ações de combate à violência sofrida pois, assim, leva-se em conta o contexto social real e as formas de preconceito, discriminação negativa e violência correspondentes às experiências vividas, particularmente a transfobia, que atinge as mulheres transexuais e travestis, homem trans e demais pessoas de identidade trans.

A transfobia pode ser definida como uma forma de violência peculiar e de preconceito, que não se aplica ou se enquadra a qualquer pessoa, pois se refere especificamente à discriminação contra as populações das mulheres transexuais, travestis, homens trans e demais pessoas de identidade trans. Essa violência se expressa na constante desumanização a que essas pessoas e suas identidades estão submetidas, em todos os problemas estruturais e sociais que as tornam marginalizadas, com consequências terríveis, conforme indicam as estatísticas oficiais, seja nos assassinatos e mortes, na violência física, verbal e psicológica, no desrespeito a identidade de gênero e tantos outros problemas que as acometem.

A população mundial é majoritariamente cisheteronormativa e as transgressões à norma padrão são reprimidas de diferentes maneiras, conforme o tipo de subversão e de pessoas que ousam transgredir. Visivelmente existe uma linha tênue que divide ou distingue a transfobia da homofobia e vice-versa. Se é assim, então, é essencial lançar luz sobre as evidências das

diferenças, distinções e variações, seja em relação às identidades envolvidas, seja em relação às violências cometidas contra os grupos, especialmente os mais vulneráveis. Os índices expressivos de violências de todo tipo, os crimes (com taxa de subnotificação elevada), associados à escassez de indicadores oficiais públicos, mostram que a transfobia também atua de modo a propiciar a ausência de informações, seja dos processos de escolarização, seja referente às questões de trabalho ou, ainda, de acesso aos bens e serviços em geral. Algo que é possível à boa parte da população em geral é negado às mulheres transexuais e às travestis; esse fato é suficiente para um entendimento conclusivo de que é urgente a realização de estudos que investiguem as condições e níveis socioculturais, as subjetividades e as condições de existência, incorporados aos fatores que as levam para a informalidade, a clandestinidade e a marginalidade, produtos dos mecanismos de socialização que reproduzem a discriminação dessas populações.

Mais uma vez, recorre-se à Marcuse: “o retorno do reprimido compõe a história proibida e subterrânea da civilização. E a exploração dessa história revela não só o segredo do indivíduo, mas também o da civilização” (Marcuse, 1975, p. 36). A transfobia não diz respeito apenas à violência contra as populações das mulheres transexuais, travestis e demais identidades trans, mas revela uma engrenagem social bem azeitada, que aprisiona e escraviza pessoas, que determina sua objetificação, marginalizando parte dos indivíduos e impedindo os demais de enveredar por outros caminhos que não os ditados pela heteronormatividade.

Apesar de pesquisas reconhecerem algumas das implicações, apontando para as inúmeras dificuldades relatadas por essa população, não há dados que mensurem as realidades concretas, as peculiaridades e as consequências que enfrentam as populações das mulheres transexuais e travestis de modo mais específico.

Se considerarmos essa relativização como um fator que aprofunda ainda mais os níveis da violência em suas diversas manifestações – sexual e social (inviabilidade e invisibilidade das temáticas nos espaços de privilégio – família/escola/trabalho) –, assim como as consequências nefastas decorrentes objetivamente desse processo, logo se percebe que o alvo maior é sempre a população que manifesta identidades de gênero feminino (mulheres transexuais e travestis). Enfim, o que se ressalta é que as diferenças de tratamento e o não reconhecimento da especificidade da violência sofrida por essas pessoas expressam, produzem e reproduzem desigualdades sociais.

Por fim, destaque-se que não há muitas ações (políticas sociais e/ou educacionais) e estratégicas de enfrentamento da violência transfóbica. No campo científico, as pesquisas trazem seu caráter prescritivo genérico, sem especificar o diagnóstico do seu veredito; a maioria delas se propõe a formulações, sugerindo o aprofundamento de outras e mais pesquisas empíricas. Em

contrapartida, o Estado, na esfera política e educacional (nos planos federal, estaduais e municipais), avança muito lentamente na questão mais geral do combate à violência de gênero e ao preconceito contra a população LGBTI+, mas continua impondo proibições e restrições às discussões relacionadas a gênero e sexualidades nas suas mais variadas e diversas manifestações.

Capítulo 2 – Referencial Teórico – Uma articulação dialética das concepções históricas (políticas e teóricas) aos conflitos: um repertório simbólico e conceitual em transformação, como estratégias para questões complexas do objeto pesquisado

A perspectiva com a qual se aborda o problema de pesquisa é a da teoria crítica da sociedade, principalmente pautada na primeira geração, tendo como principais representantes Horkheimer e Adorno (1985). Encontra-se nela a possibilidade de dialeticamente tratar de questões substanciais e expressivas de como está organizado o objeto pesquisado, assim como o que o modifica ao longo da história. Para além desses fatores, também as condições sociais em que esse objeto está constituído.

É inegável que as contribuições, especificamente as de Horkheimer e Adorno (1973), ao se ocuparem de temas como a família, grupo e indivíduo, permitem vislumbrar as questões de gênero a partir de imagens definidas do universo feminino. É possível encontrar algumas referências nesse sentido no “Excurso II: Juliette ou esclarecimento e moral” do livro *Dialética do esclarecimento* (Horkheimer; Adorno, 1985), as quais indicam que a dominação também se manifesta no controle da natureza e do corpo, especialmente o da mulher.

Com vista a examinar questões, ideias, difusão e concepções históricas, políticas e teóricas, que se defrontam em articulações muitas vezes não superadas e/ou não resolvidas e que reforçam, apresentam ou representam possíveis desajustes, conflitos e contradições relacionadas às liberdades sexuais, os autores mencionados analisam a modernidade e o capitalismo avançado, assinalando que a violência alimenta e ampara as tendências presentes na política e na economia, como um elemento intrínseco à forma de organização social que tem como base estrutural a desigualdade e a apropriação privada da riqueza produzida socialmente (Crochík, 1996). Nesse aspecto, algumas questões estão interseccionadas e permanecem influenciando a negação daquilo que seria a razão de ser de uma sociedade livre e emancipada, incluindo as instituições cuja existência estaria assentada na proteção do indivíduo e na garantia de direitos (família, escola etc.).

A visão política que não considera os nexos e as diferenças que particularizam a relação entre sexualidade e gênero, associada a compreensões sociais consolidadas na base de estudos que tratam dessa temática, alcança a compreensão imediata e razoável, sem dúvida, com benefícios que vão desde a tomada de consciência à revelação de questões ocultas ou indefinidas. No entanto, permeadas geralmente também por preconceitos arraigados e estereótipos, produz uma espécie de extrema pobreza conceitual e ficam aquém da compreensão da complexa objetividade da opressão sexual, uma vez que o foco é lançado sobre as liberdades sexuais

LGBTI+, em detrimento das identidades e expressões de gênero que compõem todo o mosaico social.

Tendo isso em mente, a teoria crítica nos favorece e fornece direção para a elaboração organizada do entendimento acerca das batalhas de grupo de indivíduos no campo das ideias e na compreensão do desenvolvimento das opressões consonantes, entres essas a sexual e de gênero, considerando que essa relação não se dá somente no campo ideológico, mas igualmente no material e concreto. As particularidades contidas em específicos contextos na história da opressão afetam e modificam direta ou indiretamente não só o contexto, mas a própria relação com o indivíduo oprimido alvo dessa opressora relação, como descrito na problemática foucaultiana (Foucault, 2017).

Existem inúmeras demandas que dão origem a esse debate. Por exemplo, nos movimentos sociais há uma organização política que requer adesão dos associados, de modo a constituir uma alternativa coletiva que reivindica consenso, mesmo com a diferenciação das demandas vinculadas a cada uma das letras da sigla LGBTI+. Busca-se, por meio de requisitos mínimos, uma estratégia de luta e de resistência na defesa da coletividade e no enfrentamento, contrapondo-se ao indivíduo isolado como forma de combater às opressões impostas por essa sociedade cisheteronormativa.

Portanto, há quem preconize trégua às questões específicas que caracterizam as condições de vida e as demandas que cada grupo de pessoas que compõem a sigla LGBTI+. No entanto, considera-se que isso só será frutífero no combate à violência de gênero e, especificamente, contra a população LGBTI+, se a evolução e o desenvolvimento das diferenças forem invocadas, isto é, se na pauta estiver também e com o mesmo peso o reconhecimento e a valorização das diferenças no interior das diferenças reconhecidas, de modo que haja legitimidade e o horizonte seja a igualdade social (Wolf, 2021); e não a disputa por posições e espaços de poder no intra e inter movimentos.

Várias são as estratégias e as tentativas orquestradas para dividir os movimentos sociais e isso se verifica mesmo em grupos que se identificam com as pautas progressistas. Seja como for, o maior desafio é imprimir a diferença nesse processo, de maneira a entender as distinções na diferença, não como forma de divisão, para segregar ou discriminar (e atribuir um lugar social especial), mas como forma de conhecer os limites e as dimensões que circundam essencialmente a possibilidade de atingir a libertação de todas as formas de opressão e violência de gênero.

Para fins de investigação e análise da bibliografia sobre o tema, optou-se por utilizar operadores booleanos (aqueles que permitiram restringir a busca), usando como descritores termos relacionados à transfobia, à violência de gênero, à diversidade, com recorte específico

nas violências social e sexual em contexto escolar que, segundo as produções acadêmicas, atravessam as populações das travestis e mulheres transexuais. Portanto, recorreu-se às plataformas de divulgação científica de artigos.

Autoras como Louro (1995) e Bento (2014) são consensuais para dizer que as temáticas relacionadas à educação, gênero e sexualidade encontram-se em permanente ebulição e conflito, evidenciando fatores e dilemas problemáticos, associados às experiências humanas (como é o caso das populações das travestis e mulheres transexuais) não lineares (normativa) e a dificuldades de se pautar esse assunto no espaço da escola. Assim, reconhecem em suas obras as violências cometidas contra a população LGBTI+ no ambiente escolar, no entanto, sem tratar as peculiaridades dessas distinções, como é o caso da violência homofóbica em relação à transfóbica.

O termo homofobia tem sido operado em estudos e pesquisas para contextualização do preconceito generalizado, quando designado e atribuído à toda população LGBTI+. Parte significativa dessas incidências tem se concentrado nas ciências da saúde, sociais e humanas. Portanto, considera-se que nesse contexto existam questões a serem definidas, redesenhadas ou ajustadas no que diz respeito a essas formas específicas de preconceito e violência, pois só assim será possível entender e estabelecer o que originalmente é peculiar a cada uma delas.

Mais uma vez recorre-se à diferença estabelecida por Crochík (2015) entre preconceito e *bullying* para sustentar o que aqui se argumenta. Algumas representações e configurações sofreram modificações nos últimos anos, por exemplo, é mais frequente a menção ao termo transfobia. Ao analisar essas contribuições em diversas áreas do conhecimento é possível testar a hipótese de que as questões vinculadas ao modo como a homofobia é tratada na produção acadêmica têm sua origem pautada na formação de valores, ideias e concepções de natureza comportamental, o que limita os estudos os quais, muitas vezes, universalizam as experiências em contexto único e coletivo, bem como não aprofundam a temática das identidades de gênero e o modo como são vividas, construídas e constituídas.

Isso reforça certos interesses sociais escusos, deixando em segundo plano o objeto alvo desta pesquisa (mulheres transexuais e travestis). De outra parte, quando há o reconhecimento reivindicado, a particularização funciona como forma de dividir e fragmentar a luta política, promovendo, se não os mesmos valores e os mesmos interesses, a perpetuação da dominação cisheteropatriarcal. Isso posto, reitera-se a necessidade de investigar os estudos aqui selecionados para entender o desenvolvimento de determinadas formas de violência contra a população LGBTI+, entre elas, a transfobia.

Questiona-se a relação entre dominação social e as variadas formas de violência, claro, com foco no tema em tela. É curioso observar a gênese dessa tendência histórica: desde o início da civilização ocidental temos a minoria a determinar, através de sua ideologia e da repressão, a “normalidade”, os tais desvios passíveis de punição e os padrões a serem aceitos, tudo isso com vista a evitar o motim e a inclinação para derrubada desse poder usurpador dos direitos e da vida da população dominada. Para Marx & Engels (2007) a Classe dominante de cada época histórica depende dessa relação para a promoção de ideias que reforcem as divisões e a sensação de impotência entre os explorados (p.72).

Além disso, destaca-se a importância de considerar o período, as questões e contexto dos escritos, como forma de delinear o pensamento e as discussões em torno do material produzido. Esses indicam os diálogos em torno de sexualidade, gênero, identidades e expressões de gênero, em relação às liberdades sexuais e sociais e a opressão como forma de regulação de uma humanidade “única”. Marx e Engels (2007) apresentaram as primeiras noções sobre as questões que envolvem os conflitos sociais e seus nexos com a luta de classes, bem como a relação entre ser e consciência social.

De qualquer maneira, as formas de opressão são dispositivos requeridos pela sociedade capitalista, com centralidade no regime heteronormativo, na família burguesa nuclear, nos modos de opressão da mulher e de todo o universo considerado feminino: expressões e identidades de gênero, papéis de gênero feminino, com restrições e limitações.

De outra parte, a sexualidade ocupa um lugar de fluidez mais bem aceito e socialmente incorporada por alguns segmentos da sociedade, ainda que persistam o tabu, o preconceito e violência que continua a vitimar centenas de milhares no país. Mais uma vez, o que é importante é tomar a homossexualidade, a travestilidade e a transexualidade como expressões e identidades de gênero modernas, identificáveis e localizáveis, devendo ser caracterizadas de forma diferente em diferentes momentos, espaços e situações vividas por essa população. Se, para Bourdieu (2012), a luta dos “*homossexuais*” se dá em virtude das condições de invisibilidade a que são submetidos, diante dessa perversa perspectiva marginalizadora, essas pessoas se levantam contra as formas de opressão e de apagamentos e, assim, podem lutar para se tornarem sujeitos ativos, inteligíveis, livres das amarras.

Nos últimos dez anos temos um movimento mais expressivo e organizado de mulheres transexuais e travestis na luta para saírem da invisibilidade sistêmica, a qual foram submetidas, apagadas inclusive dentro do próprio movimento LGBTI+. Hoje, encontram-se em progressivo processo de visibilidade e de garantia de direitos e lutam por igualdade e condições dignas, por justiça social, inclusive, o direito de se expressar, como todo ser humano pleno. Cabe esclarecer

que a população das mulheres transexuais e travestis não se entende enquadrada nessa classificação da homossexualidade. E assim devem ser tratadas.

Por essa razão, algumas formas de violência trazem questões particulares e outras, ainda que generalizadas, devem apresentar semelhanças, mas também diferenças. Isso exige, para Bourdieu (2012), cada vez mais um olhar compreensivo e particularizado do observador e pesquisador para examiná-las. As especificidades dessas violências, que apresentam fragmentos de similaridades, possuem peculiaridades que devem ser consideradas. Para isso, é necessário um conjunto de esforços que se contraponha ao atual cenário educacional rígido, com construções que posicionam os sujeitos em regras fixas baseadas na biologia, que servem para disciplinar a sociedade hierarquizada, pondo em prática mecanismos de controle dos corpos e dos desejos.

Existem formas distintas de representação e de estar no mundo, mesmo quando as pessoas são submetidas, por exemplo, aos padrões e estereótipos. Há uma “linguagem” que não dialoga com os preceitos conservadores, com o inato tornado destino; quer dizer, muito do que é imposto socialmente não condiz com a realidade e com a prática, nem na vida social, nem na escola e em seus arredores. As identidades que permeiam os espaços públicos e privados são frutos também de uma construção sócio-histórica, dinâmica e fluida, consolidada de uma forma espontânea de ser e se sentir. Não se está desconsiderando todo o poder e violência que pode recair sobre os transgressores, mas há sempre algo que escapa da repressão.

Tome-se, como exemplo, a natureza única e ao mesmo tempo diversa de nossa humanidade. Em que pese a racionalidade da eficiência e da exatidão, isto é, o enquadramento requerido de todos ao princípio de desempenho econômico (capitalista), o padrão de indivíduo necessário a esse regime (Marcuse, 1969) parece persistir a contradição: uma espécie de mal-estar ocasionado porque cada um busca ser referência de si e para si mesmo; em outras palavras, o desejo de se constituir subjetivamente, de ser livre, persevera em sobreviver.

A ideia não é somente questionar as contradições naquilo que está posto ou desenvolver uma reflexão acerca desse fenômeno, a resistência. Ao contrário, indagar-se por que a humanidade insiste e persegue um ideal padrão, erguendo-se na promoção da “universalidade” de um indivíduo que se constitui em um coletivo diverso e múltiplo em seu próprio interior (Marcuse, 1969).

Seja como for, entende-se que há mecanismos que produzem e/ou reproduzem essas diferenças na diferença, surgindo justamente em função das condições de socialização, da construção social identitária, da experiência cultural e das inúmeras subjetividades que circundam a vida e o cotidiano das mulheres transexuais e travestis. Por essa razão, é relevante

a análise sobre as identidades sociais em questão, da perspectiva histórica e da diversidade humana de representações sociais e expressões não limitadas, com ou sem contradições e/ou distorções.

Busca-se, na presente análise, dar atenção às condições de formação do indivíduo e dos coletivos, tal como os textos dos artigos examinados os apresentam e descrevem. Outro ponto de foco está nas reivindicações presentes nas falas dos sujeitos das pesquisas selecionadas, assim como o que compreendem acerca das dimensões que integram e ocupam na interação social. “Todo o mundo é o que é sua fortuna, sua renda, sua posição, suas chances” (Horkheimer; Adorno, 1985, p. 197).

Há autores que defendem a possibilidade de superar a violência e a agressividade de forma “não violenta”, como apontam Horkheimer e Adorno (1973). A ideia elaborada é a de um possível declínio das agressões, a partir do contato não reduzido a uma mera superficialidade circunstancial e esporádica que possibilita a desmistificação do outro, do não-idêntico, da diferença e da diversidade. E quanto mais houvesse experiência com o outro, mais o indivíduo se tornaria ávido, podendo caminhar rumo ao desconhecido e não familiar, àquilo que ainda não viveu (1986). Ora, essa tese, ainda que possa ter sua validade, parece não se sustentar ou não pode ser tornada política social e/ou educacional em um mundo que premia a violência, fomenta a frieza e a indiferença e produz o ódio pelo distinto de si.

Assim, aquilo que determina ou limita a forma e as possibilidades de experiências, de acordo com Crochík (2011), assume caráter de preconceito, produzindo alvos, sobretudo aqueles que trazem marcas da natureza não dominada ou que são os proscritos (exatamente aqueles que lembram a todos que a vida em sociedade poderia ser diferente). Aqui, pode-se pensar a educação, prática que é um contraponto à natureza, justamente em razão de que introduz os educandos no universo da cultura, ainda que a natureza não deva ser negada. A compreensão comparativa ou relativa desse fenômeno e do quanto a violência está presente na escola evidencia a grandeza da tarefa que precisa ser realizada, caso se assuma o objetivo educacional de combater a violência social dentro e fora dos estabelecimentos de ensino.

O preconceito direcionado a alguém, como uma concepção preconcebida ou opinião formada não justificada e atribuída de modo inapropriado ou injustificado, projeta de maneira falsa, no objeto-alvo, o próprio indivíduo preconceituoso, produzindo ou reproduzindo estereótipos já introjetados e que pouco tem a ver com a situação. Essa é uma das formas de compreender como os fundamentalismos operam em um ambiente totalmente intolerante com as questões de orientação sexual e identidade de gênero, pois o preconceituoso também é intolerante consigo (em última análise, ele está projetando a si mesmo no seu objeto de ódio e

desprezo). No entanto, não se pode deixar de dizer que essas tendências psíquicas são resultado de fenômenos que configuraram o capitalismo tardio e a desintegração de algumas instituições tradicionais, como a família patriarcal, pois

as grandes leis do movimento social não regem por cima das cabeças dos indivíduos, realizando-se sempre por intermédios dos próprios indivíduos e de suas ações. A investigação sobre o preconceito tende a reconhecer a participação do momento psicológico nesse processo de dinâmica em que operam a sociedade e o indivíduo (Horkheimer e Adorno, 1973, p. 173-174).

Na escola, essas duas manifestações e expressões de identidades sexuais e de gênero, enquadradas em estudos acadêmicos como “desviantes” em relação a heteronormatividade, produzem reações estruturadas que, acionadas na direção do indivíduo, indicam formas centrais e específicas do tipo de violência deferida, como o preconceito e a discriminação. A isso se soma a imputação de estigmas sociais a indivíduos ou grupos que apresentam determinadas identidades sociais e sexuais, o que é já bem conhecido em relação às mulheres transexuais e travestis, aos homens trans e demais pessoas de identidade trans.

De acordo com a definição de Erving Goffman (1981), a marca (estigma) representa um sinal que desqualifica e/ou desvaloriza socialmente o seu portador, levando e justificando a segregação ou a interação social permeada de intensos conflitos externos e internos, muitas vezes ignorados e desprezados por educadores, psicólogos e assistentes sociais. Essa situação denota a reprodução de estereótipos negativos ou positivos e, como consequência direta, a anulação total ou parcial de indivíduos ou grupos que estejam associados a experiências negativas (Goffman, 1981).

Dessa maneira, ainda conforme Goffman (1981, p. 7), “o estigma é um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo”. Ao considerarmos essa compreensão, em especial para o tipo de comportamento manifestado por meio da violência, esse é um fator que pode influenciar, favorecendo ou desfavorecendo a intervenção, dada a compreensão localizável do problema e seu contexto peculiar indissociável. Tudo isso representa uma possibilidade de criar mecanismos de modo a dirimir os impactos e as desigualdades sociais e educacionais, provocados na vida de determinadas pessoas por determinadas formas de violência. Em outras palavras, se a noção de estigma faz algum sentido, então é nessa direção que o combate educacional deve ir: contra o enquadramento que associa atributo e estereótipos e a favor do aprofundamento das experiências e interações com a diferença, o que, talvez, contribua para que preconceitos e tabus não se desenvolvam.

Por isso, a pesquisa aqui relatada aposta na análise dos estudos empíricos por três razões: tais estudos podem fornecer as condições socioculturais em que a violência de gênero contra mulheres transexuais e travestis acontece, bem como a transfobia; também podem evidenciar a real experiência de constituição das identidades sexuais e de gênero mediadas pelo contexto da violência; por fim, podem apontar para os processos de mudanças e transformações orientadas pela representatividade individual e coletivo. Enfim, toma-se como premissa a irrefutável necessidade de reformulação e ajustamento dos limites conceituais e práticos que imprimem especificidade à violência de gênero, à homofobia e a transfobia.

O desafio é delimitar essas diferenças no interior da diferença, identificando semelhanças presentes nas formas e concepções epistemológicas e nos estigmas sociais que alimentam a transfobia e homofobia, com vistas a desenvolver um repertório simbólico e conceitual acerca do que exprime cada uma dessas violências, considerando, especialmente, as experiências específicas de violências praticadas no interior da escola. Diante de todo este contexto, autores como Adorno, Marcuse, Horkheimer e Crochík, que desenvolveram seus pensamentos na medida em que concebem valores humanos como variáveis importantes a serem observadas, são utilizados como referencial teórico nesta pesquisa.

Capítulo 3 - Caminhos metodológicos

3.1 Do contexto a definição do tema como problema de pesquisa

Segundo Canário (1996), um objeto social não é necessariamente um objeto científico, e ao tratar o termo "realismo ingênuo" o autor faz uma crítica direta ao fato de que muitos pesquisadores acreditam existir uma correspondência compulsória, direta, entre a realidade concreta e os objetos teóricos conceituais de seus estudos. Assim, nesta pesquisa pretendeu-se conhecer e analisar como os estudos inseridos na temática de gênero e sexualidade na escola, com recorte na transfobia, descrevem e examinam a trajetória escolar, os processos de escolarização e a sociabilidade na educação.

Nesse contexto, pergunta-se: como a transfobia é tratada e analisada na produção acadêmica, considerando o modo como tal produção retrata a existência desse fenômeno (transfobia) na escola e na educação? Para isso, faz-se necessário analisar as especificidades e a condição peculiar ao processo de constituição das identidades de gênero femininas, vividas por mulheres transexuais e travestis descritas nessas produções.

Este trabalho pretende, portanto, explicitar os limites e a dimensão conceitual da LGBTIfobia e da transfobia. Essas formas específicas de preconceito e violência não se contrapõem, mas são distintas tanto do ponto de vista conceitual quanto do objeto-alvo dessa ação. Na prática e na maioria das vezes, no ambiente escolar, assumem na sua constituição a mesma configuração estruturada, quando há distinções importantes a se considerar.

Quando critérios são pensados para distinguir essas definições, depara-se com uma visão perceptiva disposta a convenções universalistas, generalizadas da diversidade humana, concebidas sob forma de inserção e de aceitação no ambiente escolar. Com vista a essa problematização e com o objetivo de analisar o lugar social da população de mulheres transexuais e travestis, que na sua peculiaridade manifestam a perspectiva histórica dessa diferença, considera-se o contexto um fator de extrema relevância a ser compreendido (Louro, 2003; Crochík, 1996).

Desse modo, reconhece-se a complexidade e a necessidade de estudos com vista a explorar e encontrar explicação para a gênese de enfáticos questionamentos, a saber: em que medida essas concepções universalistas se consolidam e/ou influenciam a direção dos processos de naturalização de específicas formas de violência de gênero? Como a educação lida com as questões relacionadas à diferença na diferença, sendo este um ponto chave e fundamental da diversidade humana, premissa básica deste estudo? Isto posto, faz-se necessário entender de que

maneira se dá a manifestação da transfobia, com base em expectativas e experiências diversas de sociabilidade e formação.

Para tanto, é necessário reconhecer que a população das mulheres transexuais e travestis, segundo a ANTRA (2022), é a que mais sofre com os assassinatos motivados por questões de gênero e sexualidade. Por essa razão, dentre outros aspectos que caracterizam a educação e escolarização de mulheres transexuais e travestis, interessa focalizar a transfobia e o preconceito correlato em contexto social e escolar, considerando-se a hipótese de que há a generalização de distintas e específicas formas de violência. O tratamento dispensado e a intervenção realizada que têm como base apenas o respeito à diversidade e o postulado moral da aceitação da diferença ou dos direitos humanos, não é a maneira mais adequada e eficaz de combater a violência contra essa população.

3.2 Objetivo geral

- ❖ O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar as questões relacionadas à transfobia como manifestação do preconceito e como forma de violência de gênero, dirigidas às populações das mulheres transexuais e travestis, a partir de expectativas e experiências de sociabilidade e/ou exclusão social no ambiente escolar, considerando as convenções universalistas e generalizadas da diversidade humana, concebidas sob forma de aceitação e respeito. Para tanto, foram analisados artigos científicos sobre o tema da transfobia no espaço escolar.

3.3 Objetivos específicos

- Descrever e analisar as peculiaridades da violência sofrida por mulheres transexuais e travestis e a relação com outras formas de violência de gênero retratadas nas produções acadêmicas.
- Identificar e analisar a maneira pela qual as produções acadêmicas relacionam os aspectos genéricos e específicos da violência de gênero, particularmente no que se refere à transfobia.

- Analisar como a heteronormatividade e a visão heterocêntrica de mundo é tratada nas produções acadêmicas, considerando o teor de crítica feita a esses padrões sociais dominantes.

3.4 Procedimentos de pesquisa

Ao longo do processo investigativo buscou-se construir o objeto de estudo alinhado aos métodos e técnicas de investigação das produções acadêmicas, expresso na materialização de artigos científicos. Portanto, trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter analítico e descritivo. Para o levantamento do material analisado, foi realizada a coleta de dados e informações (e definidas as fontes) por meio de plataformas oficiais de divulgação científica, como portal de periódicos.

Ao fazer as escolhas sobre este objeto em específico, a transfobia, levou-se em consideração um problema, que é a carência ou escassez de dados estatísticos e indicadores que estabeleçam o traço essencialmente genuíno da transfobia e como acontece e é enfrentada no ambiente escolar. Por essa razão, o primeiro passo foi levantar a produção acadêmica sobre a transfobia na educação.

As fontes que compõem esta pesquisa são artigos científicos e, para selecioná-los, recorreu-se primeiro à plataforma de periódicos da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, por meio do acesso CAFe – Comunidade Acadêmica Federada. Em relação aos descritores, usou-se as seguintes palavras-chave: “transfobia e educação”, “transfobia e escola”. Na perspectiva de restringir a busca, com base nos objetivos da pesquisa, foram selecionados os seguintes filtros: “revisado por pares”, “artigos”, “assuntos: transfobia, educação”, delimitação temporal: de 2012 a 2022 e, por fim, “idioma português”.

Dessa forma, no portal de periódicos da CAPES foram encontrados cinco artigos relacionando transfobia e educação; desses, foram selecionados quatro para a análise. Levando em consideração que o objetivo inicial da pesquisa era analisar um número significativo de trabalhos, recorreu-se também à plataforma Scielo - Biblioteca Eletrônica Científica Online, na qual obteve-se como resultado seis produções com a temática transfobia e educação, sendo três produções repetidas e que já constavam como fontes obtidas no portal de periódicos da CAPES, e as outras três não se relacionavam com o tema, sendo eliminadas. Dessa forma, todos os quatro artigos analisados nesta pesquisa todos encontrados na plataforma CAPES.

O resultado dessa busca explicita as dificuldades enfrentadas, pois percebe-se a escassez de produções acadêmicas em relação a este objeto (transfobia). Isso não significa a desvalorização dos conteúdos construídos por este pequeno número de trabalhos, mas mostra que permanece a invisibilidade a qual encontra-se submetida a transfobia.

Um aspecto crucial para se pensar a esse respeito se refere ao fato de que os últimos dez anos foram marcados, segundo as pesquisas acadêmicas e a própria ANTRA (2022), como o período em que o Brasil se colocou no topo do *ranking* dos assassinatos da população de mulheres transexuais e travestis. Outro aspecto a ser destacado é o significado do aumento da visibilidade, o que supostamente levou a aceitação das expressões e identidades de gênero feminino dessa população. Isso é exposto por alguns desses estudos, realizados em diferentes contextos.

Por fim, o que mais chama a atenção é a não existência de dados sobre a ausência das mulheres transexuais e das travestis nos espaços e instituições de ensino público. Sobre esse fato, decidiu-se não atribuir inicialmente a classificação de evasão, pois questiona-se: trata-se de evasão ou de não acesso? A resposta carece de estudo empírico, principalmente para entender o que mudou na esfera da educação nos últimos dez anos em relação ao acolhimento ou afastamento e às concepções acerca dessas identidades no espaço da escola.

Todas as pesquisas analisadas apresentam, de alguma forma, denúncias e violações que levaram e levam à evasão ou ao afastamento da escola. Isso mostra as incontáveis dificuldades e os desafios enfrentados por essa população, especialmente em relação às formas como são representadas, descritas e concebidas no ambiente escolar, incluindo as escolas públicas. Relativo à descrição, o que dá sentido e significado a essa percepção, conforme Andrade (2012, p. 35), é a afirmativa postulada de que

apesar da imprecisão do número real de travestis frequentando as escolas, a pesquisa revelou uma mudança de comportamento, pois jovens masculinos estão expondo e se expressando pelo corpo, pela roupa, pelos adereços, uma feminilidade que contraria o papel social de homem estabelecido pela sociedade e pela escola, fundamentada na condição biológicas. Um dos aspectos que de certa forma contribuem para dificultar a identificação de travesti na escola é a transitoriedade identitária pela qual os jovens, principalmente na adolescência, revelam. [...] Assim escreve Dayrell (2007, p.8): “[...] Podemos dizer que, no Brasil, o princípio da incerteza domina o cotidiano dos jovens, que se deparam com verdadeiras encruzilhadas de vida, nas quais as transições tendem a ser ziguezagueantes, sem rumo fixo ou predeterminado”.

Entretanto, a reunião de todos esses fatores expostos, apontados como uma espécie de denúncia (Andrade, 2012) relativa aos contextos em que são geradas as dificuldades e incertezas vividas por jovens travestis no ambiente escolar, associada ao número de assassinatos, foram ou são suficientes para superar o quadro e transformar as incertezas vividas por essa população em possibilidades. Cabe enfatizar que a maioria dos estudos que tratam dessa temática tem se mobilizado na direção de entender e explicar a gênese desses enfáticos problemas e a escola tem sido apontada, de maneira consensual, como um fator dificultador, não se mostrando comprometida com a mudança do destino e da perspectiva de vida das travestis (o trabalho de Andrade tem como foco esse grupo).

A leitura exposta no excerto supracitado diz respeito à indefinição (transitoriedade identitária). Essa condição não deveria ser justificativa, por parte da escola, para não dar visibilidade aos traços e caracteres relativos à identidade política e social das mulheres transexuais e das travestis. Considerando que esse movimento representa o caráter limitado da percepção, a carência de explicações deixa margem à compreensão que disciplina estereotipadamente as identidades de gênero e a sexualidade de quem que não se enquadra na heteronormatividade (e de quem se enquadra também!), sem levar em consideração fatores interseccionais cruciais, explícitos ou não, nessas múltiplas formas de viver. Seria fundamental conhecer e compreender a identidade de gênero feminina dessa população, ainda que marcada pela “transitoriedade identitária” e pela incerteza, como tarefa política e educacional.

A crença de que cada grupo, nesse caso, as travestis, possuem uma identidade que está associada ao estigma imputado, reforça o isolamento imposto e o olhar homogeneizador, como se não existissem outras características, igualmente evidentes, que constituem o que a autora denomina de identidade política das travestis (Andrade, 2012). Essas características já não seriam suficientes para determinar quem são? Ou é necessário acrescentar os elementos que geralmente estão associados a marginalização?

De qualquer modo, essa é uma abordagem que também tem contribuído para a invisibilidade, com a tendência às generalizações das discussões em torno das múltiplas identidades T, inclusive no interior do próprio grupo, e da atuação no combate à transfobia. Por isso, questiona-se: de que forma a compreensão sobre as identidades de gênero pode ser tratada na escola de modo a contemplar toda a gama de experiências com o feminino?

As teorias nos fornecem subsídios, sentidos e direção para aquilo que potencialmente pretende-se investigar. As impressões contidas nas descrições conceituais e nas interpretações concorrem para definir o tratamento discursivo, o horizonte e as justificativas que conduzem a um contexto particular de realidade, que não pode ser em si medida, mas tem sua concretude

atravessada, interpretada e descrita por intermédio de diferentes mecanismos epistemológicos e de disputa. Por isso, criar perspectivas dessas impressões de realidade, assim como novas referências, pode contribuir para que a educação combata a transfobia; mas isso somente se ocorrer a vinculação com a ideia de que o feminino engloba muito mais do que aquilo que a sociedade patriarcal impôs à experiência de ser mulher.

Os discursos teóricos são ferramentas políticas fundamentadas de disputa por poder, sendo capazes de validar ou invalidar, relativizar e até transpor realidades, por meio de processos de generalização, o que implica em tornar (in)visíveis experiências, identidades, demandas e lutas sociais. Assim, fazer escolhas, mobilizar termos (homotransfobia, trans-homofobia, *bullying* transfóbico, entre outros) e referências, muitas vezes pode fazer sentido para quem desenvolve a pesquisa, mas não necessariamente para o pesquisado. Por isso, é importante saber em que medida o autor da produção está comprometido (inserido) nessas reflexões acadêmicas.

A importância disso está em perceber as nuances e diferenças nas formas de detalhamento da transfobia propostas por pesquisadores cisgênero e por pesquisadoras e pesquisadores transexuais, travestis e transgêneros, ainda que em diversos artigos seja praticamente impossível detectar a identidade de gênero da autoria, tendo em vista que nem sempre a autodeterminação de gênero está explícita.

Por vezes, o conteúdo de suas análises pode não enfatizar questões específicas, o que em si não é problemático. No entanto, quando a transfobia é descrita e analisada com base em um determinado contexto genérico, corre-se o risco de não especificar e distinguir as formas de violência a que cada grupo de indivíduos é submetido. É o que tem acontecido com a transfobia e as populações alvo dessa violência, comprometendo-se a compreensão do alcance desse fenômeno contemporâneo, por seu significado e mudanças, considerando que "o trabalho de reconstituição histórica do sentido das palavras demonstra que a linguagem é uma arena de conflitos sociais" (Williams, 1969, p. 21). Mais uma vez, reforça-se o questionamento: em que medida apelar para os direitos humanos, a dignidade da pessoa, o respeito à diversidade e à diferença e a liberdade de orientação sexual, de fato, contribui no enfrentamento da transfobia?

Isso traz uma reflexão, não de forma intuitiva, mas concreta, sobre o pensamento de Williams (1969), quando esse autor analisa determinados vocábulos na sociedade inglesa. Ele afirma que determinadas palavras são fundamentalmente importantes numa sociedade, seja pelo seu significado naquele determinado período, seja pelas mudanças que ocorreram em determinado tempo.

Por todo o exposto até aqui, pergunta-se: por que esta violência específica, a transfobia, encontra nos estudos e pesquisas a possibilidade de configuração similar e relacionada à

homossexualidade, considerando que a transexualidade e a travestilidade possuem desenvolvimento e características próprias? Tal questionamento encontra justificativa nos estudos de Williams (1969, p. 21):

Meus termos de referência, portanto, não são apenas para distinguir os significados, mas para relacioná-los com suas fontes e com seus efeitos. Tentarei fazer isso examinando, não uma série de problemas abstratos, mas uma série de declarações de individuação. Isso não ocorre apenas porque eu, por temperamento e formação, vejo mais sentido nesse tipo de declaração verificada pessoalmente do que em um sistema de abstrações significativas. Ocorre também porque, em um tema desse tipo, sinto-me comprometido com o estudo da própria linguagem: ou seja, com as palavras e sequência de palavras que homens e mulheres específicos usaram ao tentar dar sentido a sua experiência. [...] como método de pesquisa, não resolvi listar certos tópicos e reunir resumos e afirmações específicas sobre eles. Ao contrário, com apenas exceções ocasionais, centrei-me em pensadores específicos e suas verdadeiras declarações, e tentei compreendê-las e valorizá-las. O arcabouço da pesquisa é geral, mas o método, em detalhe, é o estudo das verdadeiras declarações e contribuições individuais.

Para este tipo de interpretação, é importante identificar fatores que apontam aspectos específicos e compostos, genéricos e prescritivos, acerca da violência presente nas escolas e que afeta a todos, mas especialmente às mulheres transexuais e às travestis. De modo simplificado, na tentativa de encontrar justificativa para a questão aqui apresentada bem como para a delimitação do objeto de estudo, buscou-se, inicialmente, no portal de periódicos da CAPES, a ocorrência dos termos transfobia, homofobia e LGBTIfobia. Verificou-se que a transfobia não tem recebido um tratamento amplamente difundido, tomando-se os números recorrentes desse tipo de violência. No caso da produção acadêmica, muitas vezes tem sido abordada como extensão da homofobia, homogeneizando as distintas manifestações de violência em relação à gênero e sexualidade. Seguem os resultados obtidos no levantamento dos termos já referidos:

Tabela 1 - Relação entre descritores e ocorrência nos artigos encontrados no portal de Periódicos CAPES (2012-2022)

Descritor	Resultado	Percentual
Transfobia	241	12,9%
Homofobia	1490	79,7%
LGBTIfobia	27	1,4%
LGBTfobia	113	6,0%
TOTAL	1871	100,0%

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados do portal de Periódicos da CAPES (2023)

De posse desses resultados, obtidos a partir de dados do portal de periódicos da CAPES, nos últimos dez anos (2012-2022), de um total de 1.871 produções acadêmicas (artigos científicos), apenas 241 se referem à transfobia, na maioria das vezes de modo indireto. Ou seja, o número parece expressivo, no entanto, essas produções não têm a violência transfóbica como tema central.

A ideia foi verificar se os estudos que se referem à transfobia (12,9%) têm se furtado a reconhecer o que provoca a invisibilidade (ausência extrema de dados). A hipótese aqui defendida é a de que se trata da predominância do emprego de termos genéricos e do caráter indefinido do tipo de situação investigada. De outro lado, observa-se a contínua difusão e valorização de estudos sobre a violência por orientação sexual e sobre os estereótipos de gênero masculino e feminino.

Sobre o que representa tais resultados, um elemento que merece atenção é o fato de que o percentual para o uso da sigla LGBTIfobia (1,44%) deveria incluir as identidades intersexo, o que carece de verificação. Se a letra I (intersexo) é usada apenas para compor a sigla, mais uma vez temos o apagamento e invisibilização de uma identidade. No caso do uso da sigla LGBTfobia (6,0%), ainda que traga no arcabouço a manifestação generalizada da violência, é preciso considerar que pode se tratar apenas do discurso político e acadêmico, posto que a supressão inviabiliza o debate e a representação das pessoas designadas pela letra I.

Existe uma diversidade de estados e modalidades de intersexo¹⁴, o que denota complexidade e nebulosidade difíceis de se enxergar a olho nu. De certo modo, essa identidade política não está inserida suficientemente como deveria nas discussões em torno da diversidade de gênero e sexualidade humana, o que é um equívoco pois, na compreensão desta pesquisadora, ainda que não se concentre em todos os casos (padrões e não padrões, raros, pouco abordados), parte significativa dessa população também sofre com a transfobia. Considera-se, inclusive, a hipótese de que existem pessoas (mulheres-homens e homens-mulheres), criadas e constituídas como cisgêneras, a depender dos aspectos de conformação morfológica, assim como dos traços e características de gênero, não consideradas em sua diversidade e necessidades.

Assim, reitera-se que mulheres e homens se realizam a partir da relação que estabelecem em sintonia com aqueles com os quais convivem e se relacionam. Sendo assim, é fundamental que a reciprocidade característica das relações afetivas seja edificada com base no

¹⁴ Segundo Santos (2022), este é o termo mais apropriado para designar a diversidade intersexual nos humanos. “O intersexo é um grupo muito diversificado e amplo. Há um grande número de condições congênitas, abrangendo o desenvolvimento de sexo cromossômico, gonadal ou anatômico atípico” (Santos, 2020, p.67).

reconhecimento das diferentes formas de ser e estar no mundo, o que implica em distintas maneiras de construir e constituir as identidades de gênero e de realizar a sexualidade. Para esta pesquisadora, há o comprometimento dessa visão à medida que não são reconhecidas todas as formas existentes de vida afetiva conjunta.

Seja como for, é interessante pensar como se estabelece o lugar das mulheres intersexo e transexuais redesignadas nessa estrutura de sociedade que define de modo rígido o padrão de “normalidade” do que é ser mulher e de feminino, com a dominância da cisgeneridade. Tal padrão não permite ou alcança outras formas, mas o pior é a violência que daí deriva: objetificação do corpo feminino e de sua sexualidade e generificação forçada. “A objetificação sexual é processo primário de sujeição das mulheres. Ela liga o ato com a palavra, a construção com a expressão, a percepção com a efetivação, o mito com a realidade” (Mackinnon, 1982 *apud* Scott, 1995, p. 77). Se é assim para as mulheres que se enquadram no padrão dominante, ainda que com variadas nuances, a situação se agrava quando olhamos para as mulheres transexuais, as travestis e as intersexo.

Talvez esta discussão – conhecer mais e profundamente os resultados no que se refere a participação e os desafios das mulheres intersexo na sociedade e nas suas relações cis – afetivas possa ser desenvolvida em estudo posterior, principalmente no que se refere ao abandono que pode ocorrer no processo de tomada de consciência e de elaboração das novas identidades. Também podem ser investigadas as maneiras pelas quais lidam e enfrentam o preconceito e a violência, principalmente a transfobia.

Retomando a delimitação proposta para este trabalho, não se trata de uma análise restrita ou centrada no percurso histórico dos termos e siglas, conforme Williams (1969) nos alerta sobre os impasses desse tipo de abordagem e muito menos de exigência em relação à posição hierárquica das categorias representadas nas letras na sigla LGBTI+. Trata-se de reivindicar o reconhecimento e a importância das referidas identidades no debate político e acadêmico, com possibilidade de desconstrução da ideia imutável de biogênero (homem e mulher), como categoria inerente à natureza e à cultura, mas a-histórica.

O elevado número de trabalhos sobre homofobia em relação à transfobia tem a ver com variadas outras questões, abrangendo censura, disputa, interdições e concepções equivocadas acerca das populações de mulheres transexuais, travestis e intersexos, assim como as violências a elas dirigidas. Sabe-se que muitos termos estão em disputa e em processo de resignificação, no entanto, é preciso um cuidado epistemológico e histórico para lidar com a luta por trás de cada palavra e suas representações. Esses fatores são fundamentalmente relevantes, usados

como ferramentas que obstaculizam a articulação dessas categorias e de suas lutas, que podem sofrer retrocessos, inclusive dentro da estrutura hierárquica da sigla.

Nessa perspectiva, tendo em vista a definida categoria (mulheres transexuais e travestis) e o campo analítico aqui trabalhado, como já mencionado anteriormente, buscou-se no portal de periódicos da CAPES, por meio de “busca simples”, dados que possibilitassem o exame de tais fatores. Considerando a necessidade de encontrar resposta para o problema de pesquisa, aplicou-se como critérios alguns filtros: artigos científicos e revisado por pares. Os descritores foram empregados da seguinte forma: “Educação transfobia”; “Educação Transexualidade”; “Educação Transexuais”; “Educação Travestis”; “Escola Transexualidade”. Segue o resultado quantitativo dos artigos encontrados:

Tabela 2 - Quantidade de artigos científicos encontrados em cada descritor

Descritores	Quantidade	Porcentagem
Educação transfobia	23	8,9%
Educação Transexualidade	38	14,8%
Educação Transexuais	123	47,8%
Educação Travestis	25	9,7%
Escola Transexualidade	48	18,8%
TOTAL	257	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do Portal de Periódicos da CAPES (2022)

Ao utilizar esse procedimento de busca, de um total de 257 produções acadêmicas, o número menor, 23 artigos, corresponde exatamente ao das produções relacionadas à transfobia. Apesar disso, esse número não necessariamente indica a quantidade de trabalhos que investigam a presença dessa forma de violência no ambiente escolar. Observou-se que os pesquisadores investigaram este fenômeno também em outros contextos, fora da escola. Chegou-se a essa conclusão a partir da análise dos conteúdos, dos objetivos e do tipo de tratamento dispensado à transfobia, definida como tema central dos trabalhos. Dessa maneira, foram excluídos todos os trabalhos que não discutem a transfobia no âmbito da educação, portanto, por não se enquadrarem nos critérios estabelecidos para esta pesquisa.

A tabela 3, a seguir, mostra os dados coletados na plataforma Scielo.

Tabela 3 - Quantidade de trabalhos encontrados na Plataforma Scielo, por ano

Ano/ Descritor	2008	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Transfobia	1	1	3	-	3	-	2	3	2	5	6	11	37
Transfobia Educação	-	1	-	-	1	-	1	-	-	1	-	2	6

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados da plataforma Scielo (2023)

A princípio, foi usado apenas o termo transfobia como descritor e foram encontrados um total de 37 artigos científicos. Nota-se, na busca, que aparece uma produção referente ao ano de 2008 e nada anterior a essa data. No Brasil, os movimentos sociais ainda não discutiam essa forma de violência com a mesma intensidade de hoje. Essa produção científica do ano de 2008 é um artigo na área saúde mental, no periódico *Salud Mental*, México, vol. 31, n.4. Título: “La otra migración. Historias de discriminación de personas que vivieron con VIH en México” – ISSN: 0185-3325). Por fim, usou-se o termo composto, sem aspas e vírgula (Transfobia Educação), e foram encontradas seis produções. Dessas, três são repetições dos artigos identificados no portal da CAPES, portanto, já haviam sido selecionadas como fonte desta pesquisa; também há outros três trabalhos que não correspondem aos critérios definidos, conforme explicitado anteriormente.

A tabela 4, a seguir demonstra os resultados dos dados coletados

Tabela 4 - Quantidade de trabalhos encontrados na Plataforma CAPES, por ano

Ano/ Descritor	2008	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Transfobia e Educação	-	-	-	-	1	-	-	-	1	1	2	-	5
Transfobia Educação	-	-	-	-	1	-	-	-	1	1	2	-	5

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados da plataforma CAPES (2024)

Relativo ao número de produções científicas acerca dessa temática no portal de periódicos CAPES, utilizou-se dos critérios anteriormente estabelecidos para gerar os dados do mapeamento, na busca simples, **sem filtros** e o uso da palavra **transfobia** como descritor, sem aspas. Foram encontradas 276 produções desenvolvidas em diferentes áreas do conhecimento.

Quando inseridos como descritores os termos **transfobia e educação**, também em **busca simples**, foram encontradas um total de quarenta e cinco (45) produções.

Novamente foram inseridos os termos **transfobia educação**, sem o conectivo (e) e aspas, o que resultou em quarenta e seis (46) produções, as quais foram analisadas de forma minuciosa com o objetivo de selecionar o maior número possível de artigos científicos para o trabalho de fichamento e análise posterior. Nesse processo, entre todas essas produções, identificou-se um número restrito de trabalhos com o foco na educação.

Dessa maneira, foram aplicados como descritores os termos **transfobia e educação**, com o conector (e) e sem aspas. Para além desse critério, também foram utilizados os seguintes filtros: Artigos; Revisado por pares; Assunto: transfobia, educação; Idioma: português; Por fim, o período de 2012-2022. Os critérios tiveram como objetivo restringir ainda mais o objeto e a área pesquisada, já que a maioria das produções não mantinha o foco da violência na educação. Nessa coleta de dados, chegou-se ao resultado de cinco (5) produções.

Em relação à incidência de produção com o uso dos termos **transfobia educação**, sem conectivo (e) e aspas, usando os mesmos critérios de pesquisa, o resultado foi o mesmo, cinco (5) artigos, dos quais quatro (4) produções compõem as fontes deste trabalho de pesquisas. Interessa observar nas distintas buscas que são as mesmas produções anteriormente identificadas e correspondentes.

Um dos artigos era da área de Linguística Aplicada e Literatura, com isso, justifica-se a exclusão. Não há produções repetidas neste último mapeamento. E nada consta em termos de produção acerca dessa temática para o ano de 2008, conforme ocorreu na busca na plataforma Scielo.

Considera-se fundamental analisar o período e o contexto emblemático de articulações e alianças das insurgentes mulheres transexuais e travestis, historicamente reprimidas, das formas de organização social e a articulação nacional para romper o persistente ciclo de invisibilidades e pautar estratégias para combater a transfobia institucional e estrutural. Por isso, resolveu-se elaborar um quadro para demonstrar o movimento que simboliza a importância da luta e das estratégias de alianças representado por um longo período de resistências e persistências, demarcadas pela insatisfação desde os primeiros movimentos de sua organização.

O I Encontro Nacional de Travestis e Transexuais – ENTLAIDS, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1993, de certa forma inaugura o ativismo político, com o processo de formação consciente, e o desenvolvimento de articulações com vista a promover a sociabilidade e a conquista dos direitos civis e políticos dessas populações. Esse movimento representa a força e o avanço do ponto de vista político desse coletivo de mulheres e a denúncia da farsa

democrática de igualdade e cidadania, assim como os obstáculos sofisticadamente ideológicos e inerentes à noção de gênero pautada nas relações de gênero binário. Nesse sentido, a busca por direitos e a emancipação política tornou-se a bússola para a organização civil, a militância pareceu ser a única maneira de livrar-se dos processos de exclusão e segregação social, da invisibilidade, das amarras do patriarcado e todas as formas de opressão e violência de gênero. O tema desse encontro, “cidadania não tem roupa certa”, representa a enfática noção de insurgência dessas populações frente aos padrões dominantes e determinantes de gênero, as proibições das formas de vestir-se e comportar-se. Esse encontro de insurgentes organizadas marcou, sem dúvidas, o início da construção e constituição de um repertório rico de saberes e reivindicações relevantes a toda população LGBTI+, pautado por um conjunto de concepções acerca dessas populações plurais, inclusive em relação a nomenclaturas, políticas públicas, saúde e cidadania. Tal contribuição tem rendido importantes conquistas dos direitos políticos (LGBTI+) no Brasil, e corrobora para o fortalecimento do estado democrático de direito.

Verifica-se que, na organização, a palavra transgênero aparece no ano 2000 quando a Rede Nacional de Travestis e Liberados – RENTRAL resolve, nesse encontro, adotar a denominação de Articulação Nacional de Transgêneros. Em 2002, adotou-se a nomenclatura Articulação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA. Essas informações encontradas no site da ANTRA podem ser consideradas como uma estratégia de articulação com o objetivo de livrar a população das travestis de estigmas e rótulos empregados persistentemente de forma pejorativa. A ideia desta nova nomenclatura seria uma tentativa de promover positivamente as travestis.

No que se refere ao contexto local e nacional, em 14 de janeiro de 2010, em São Paulo, o então prefeito Gilberto Kassab sancionou o Decreto Nº 51.180 que dispõe sobre a inclusão do nome social das pessoas Travestis e Transexuais no registro municipais relativo a serviços públicos prestados no âmbito da Administração Direta e Indireta. Em 28 de abril de 2016, a Presidenta da República Dilma Rousseff sanciona o Decreto Nº 8.727, que dispõe sobre o uso de nome social e o reconhecimento da identidade de gênero das pessoas Travestis e Transexuais.

O quadro 1, a seguir, é apenas um recorte para ilustrar parte da trajetória e organização política das Mulheres Transexuais e Travestis, das formas do enfrentamento a invisibilidade e a transfobia no Brasil. É interessante registrar que há limites e limitações de informações e de tempo para apresentar um quadro mais completo.

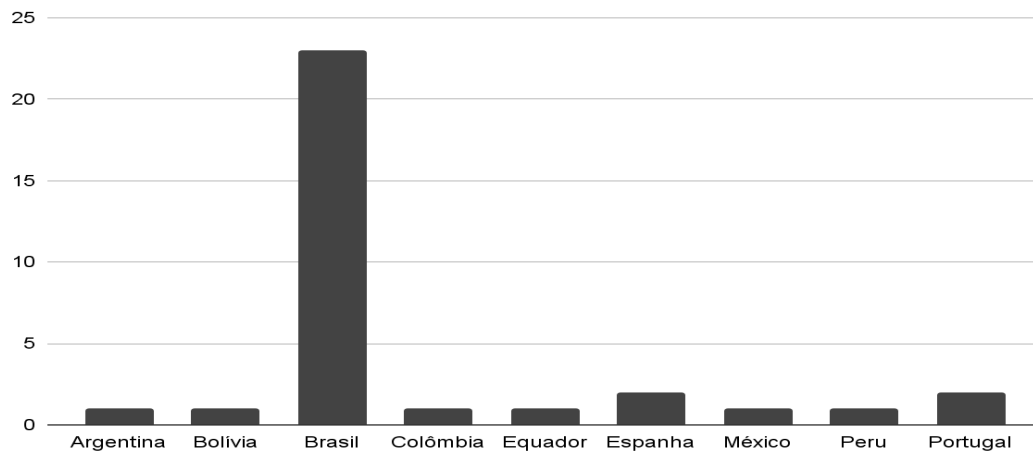
Quadro 1 - Histórico da organização, articulação política e as alianças de 1992-2023

Organização Estrutura	Temas/ Articulação	Sigla	Cidade Região	Ano Período	Representação
Fundação da Associação	Articulação e ausência de recursos para o combate à Aids	ASTRAL	Rio de Janeiro RJ Sudeste	15 de Maio de 1992	Associação Nacional de Travestis e Liberados
I Encontro Nacional	Articulação política que deu origem ao movimento no combate à epidemia de Aids e segurança pública no país	ASTRAL	Rio de Janeiro RJ Sudeste	Novembro 1993	Associação Nacional de Travestis e Liberados
I ENTLAIDS	Cidadania não tem roupa certa	ASTRAL	Rio de Janeiro RJ Sudeste	Novembro 1993	Associação Nacional de Travestis e Liberados
Rede Nacional de Travestis	Rede recebe na sigla a aliança de liberados	RENATA RENTRAL	Rio de Janeiro RJ Sudeste	1997	Rede Nacional de Travestis e Liberados
Encontro Rede Nacional de travestis	A rede resolve Instituir o nome Alianças Transgêneros	ANTRA	Porto Alegre SC Sul	Dezembro 2000	Articulação Nacional de Transgêneros
IX ENTLAIDS	Oficializa no cartório o registro e passa vigorar juridicamente na esfera nacional	ANTRA	Curitiba PR Sul	2002	Articulação Nacional de Travestis e Transexuais
I Encontro Regional Sudeste	“Construindo estratégias para o Futuro” – Contempla discussões de gênero, inclusão social T	ANTRA	Campinas SP Sudeste	2005	Articulação Nacional de Travestis e Transexuais
XIII ENTLAIDS	Um Brasil de todos é um Brasil sem transfobia	ANTRA	Goiânia GO Centro-Oeste	24 a 28 Novembro 2006	Articulação Nacional de Travestis e Transexuais
XVII ENTLAIDS	A conquista da cidadania pelo fim da transfobia	ANTRA		16 a 19 Novembro 2010	Articulação Nacional de Travestis e Transexuais
XIX ENTLAIDS	Da transfobia à cidadania: políticas para redução de vulnerabilidade e riscos	ANTRA	Brasília DF Centro-Oeste	05 a 08 Novembro 2012	Articulação Nacional de Travestis e Transexuais
X Encontro Regional Sudeste	Avaliando Políticas Públicas para Efetivação da Cidadania –	ANTRA	São Paulo SP Sudeste	14 a 17 Outubro 2014	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
FFTP Instituto APHRODITTE	Marcha Cidadania T: sou trans, tenho direito de ser quem sou!				Fórum Paulista de Travestis, mulheres Transexuais e Homens trans

Encontro Regional Sudeste de Travestis, mulheres Transexuais e Homens trans	Lançamento oficial da campanha “Transfobia não é legal, transfobia é uó!”	FTTP	São Paulo SP Sudeste	22 de Janeiro 2016	Fórum Paulista de Travestis e mulheres Transexuais
Semana da Visibilidade	O direito à cidadania como um direito à vida	Sigla não encontrada	São Paulo SP Sudeste	22 de Janeiro 2016	Representação não especificada nos documentos oficiais
Ocasão não especificada nos documentos consultados	Contexto e Ocasão não especificados nos documentos consultados	ANTRA	Região não especificada nos documentos consultados	2016	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
20ª Parada do Orgulho LGBTI+	Lei de identidade de gênero, já – todas as pessoas juntas contra a transfobia	APOGLBT	Região não especificada nos documentos consultados	29 de Maio 2016	Associação da parada do orgulho LGBT
Ocasão não especificada nos documentos consultados	Lançamento da 1ª Edição do Dossiê sobre a violência e os assassinatos	ANTRA	Região não especificada nos documentos consultados	2018	Associação Nacional de Travestis e Transexuais

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados e informações do FTTP, FONATRANS e da ANTRA.

O gráfico 1, a seguir, tem por objetivo mostrar dados estatísticos obtidos na plataforma da Scielo, baseado no número de produções (artigos científicos) por coleções de periódicos, cuja temática é transfobia, em diferentes países da Europa e América do Sul. Na busca, utilizou-se o descritor transfobia, isolado e sem o uso de aspas. No campo coleções, lado esquerdo da janela, encontrou-se um dado relativo à saúde pública. Antes de usar os recursos “ordenar coleções” e “executar gráfico comparativo”, excluiu-se esse dado, por não fazer parte do interesse desta investigação. Após, os dados obtidos são: de um total de trinta e três (33) produções encontradas originadas em diversos países, o Brasil se destaca com o maior número, vinte e três (23), o que corresponde a 69,7 %, seguido de Espanha e Portugal, com duas (2) produções cada. Os demais países nomeados figuram com uma (1) produção cada.

Gráfico 1 - Estatística da coleção de periódicos – Scielo

Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nos dados da plataforma Scielo (2023).

Os dados evidenciam profundas diferenças de interesses entre os países acerca dos estudos relacionados à essa violência específica, a transfobia, tendo recebido pouca atenção nas produções acadêmicas internacionais. No mais, vale destacar a hipótese de que as experiências vividas por mulheres transexuais e travestis são significativamente distintas conforme os diferentes territórios. É importante analisar o contexto para compreensão mais integral e até global dessas experiências, considerando que tanto a percepção como o modo de viver o gênero e identidade pode ser diversa em cada pessoa, assim como deve ser em cada território.

Em alguns desses países talvez a realidade da violência possa não ser a mesma, considerando que existem locais mundo afora que têm se mostrado mais progressistas e tolerantes ou não em relação à diversidade e a esse recorte das diferenças e, principalmente, com a garantia dos direitos civis dessa população. O amparo legal pode produzir proteção social, segurança jurídica e políticas necessárias ao enfrentamento e ao combate à transfobia. Portanto, se não há razão para preocupar a academia e os movimentos sociais dos distintos territórios a produzir reflexões para subsidiar a construção de ações afirmativas e políticas públicas de Estado, talvez tenhamos uma situação em que se observa que as dificuldades ou injustiças praticadas e relativas ao preconceito a serem enfrentados por essa população em seus territórios sejam menos graves.

Por outro lado, talvez seja ainda mais profundo os processos de inferiorização e invisibilidade contra as mulheres transexuais e travestis, a ponto de o tema nem ser pautado nas pesquisas. O que parece certo é o fato de o preconceito e a violência serem um fenômeno global, em diferentes profundidades. Por essa razão, para que uma abordagem com a dimensão global seja realizada, é necessária uma análise mais específica e profunda sobre esse aspecto. Por isso

é importante conhecer a história e o que compõem o conjunto de valores que produzem um complexo e diverso cenário de marginalização e exclusão social de pessoas sem direitos, como tem sido o caso das populações de mulheres transexuais e travestis no território brasileiro e em outros países.

No Brasil, são inúmeros os obstáculos físicos para a inclusão real das mulheres transexuais e travestis na vida social, a exemplo do impedimento de acesso a banheiros públicos e escolares¹⁵ além da evasão escolar, decorrente das formas de tratamento (social e civil) inadequadas, nas ações que restringem os direitos com proibições, como o reconhecimento pelos aspectos sociais que determinam o gênero com o qual se identifica a partir da autodeterminação. São esses alguns dos fatores que propiciam o distanciamento da escola por parte dessa população no Brasil e, quem sabe, também nos países citados. De qualquer modo, é importante avaliar o que faz parte do escopo deste trabalho, se existe ou não formas de violência que determinam a interrupção do processo de escolarização e o seu abandono.

Para tentar entender minimamente a situação identificada é fundamental ir além dos dados e da constatação relativa à precariedade do contexto real de vida, com a submissão como estratégia de sobrevivência, com as omissões e violações de direitos nas diferentes esferas da vida em sociedade, na convivência em ambientes de hostilidade, exclusão social, parental e familiar, no assédio e na violência verbal sofrido em casa e na escola, enfim, com a violência fatal que persegue feito fantasma.

Tudo isso permite compreender um pouco e parte das experiências das mulheres transexuais e travestis, apesar das estratégias de resistências, bem como o isolamento e o distanciamento da escola. São raros os casos em que elas completam regularmente as etapas de escolarização, sem o devido processo legal e acompanhamento e intervenção desde a educação básica até o ensino superior. Considera-se que os poucos estudos sobre transfobia e educação é resultado também de toda esta complexa situação.

3.5 Procedimentos de análise

Para analisar os artigos selecionados sobre transfobia e educação, o procedimento de análise adotado foi o fichamento, tal como definido por Antônio Joaquim Severino (1976):

¹⁵ Essa é uma discussão recorrente no Brasil, o que leva ao questionamento: que outros regimes de sociedade democrática no mundo necessitam de legislações específicas para regular o uso do banheiro? Afinal, a quem importa essas interdições? Essas questões estão no cerne do debate sobre a democracia.

O fichamento é uma forma de investigar que se caracteriza pelo ato de fichar (registrar em fichas) todo o material necessário à compreensão de um texto ou tema. É uma parte importante na organização da pesquisa de documentos, permitindo um fácil acesso aos dados fundamentais para a conclusão do trabalho. O fichamento facilitará a procura do pesquisador, que terá ao seu alcance as informações coletadas (Severino, 1976, p. 133).

Depois de escolhidos e mapeados os artigos, foram realizados os fichamentos de cada trabalho, visando a seleção dos trechos mais importantes da obra, segundo o objetivo da pesquisa: analisar como a transfobia é tratada e analisada na produção acadêmica, considerando o modo como tal produção retrata a existência desse fenômeno (transfobia) na escola e na educação.

O fichamento, como procedimento adotado na pesquisa bibliográfica, teve, então, o seguinte objetivo, seguindo as orientações de Severino (1976):

Quando o fichamento for realizado no contexto de uma pesquisa ou de uma revisão bibliográfica, com o propósito de registrar informações úteis à elaboração do trabalho acadêmico, terá um objetivo específico, que envolve um tema ou temas; como tal, a decisão sobre o que retirar de um texto ou de uma obra e o registro sob a forma de resumo ou de citação terão como critérios os objetivos temáticos (Severino, 1976, p. 135).

Dessa maneira, para coletar informações dos trabalhos investigados foi preciso definir critérios e categorias, dando forma a um roteiro de fichamento adequado aos objetivos da pesquisa. Assim, foram adotados os seguintes critérios de análise:

- 1 - Identidade e relação com a transfobia: o objetivo foi analisar de que maneira o autor ou autora do texto se posiciona em sua obra no que diz respeito a sua identidade de gênero e a relação com a transfobia.
- 2 - Conceituação da transfobia: o objetivo foi analisar qual a conceituação de transfobia apresentada no artigo, de que forma é relatada e especificada esta violência.
- 3 - Relação entre transfobia e educação: o objetivo foi identificar a relação entre transfobia e educação apresentada pelo artigo, quais são os fatores apontados acerca da forma como essa violência aparece na escola.
- 4 - Enfrentamento da transfobia: o objetivo foi identificar quais as propostas levantadas para a superação da transfobia no estudo, se aponta caminhos possíveis para o enfrentamento e o combate a essa forma de violência.

5 - Relação entre aspectos específicos e genéricos da violência de gênero, da LGBTIfobia e da transfobia: o objetivo foi identificar a maneira pela qual a transfobia é inserida no debate e/ou discussão sobre a violência de gênero e a homofobia.

Também foi pensado um critério para registrar as menções e críticas à heteronormatividade. No entanto, como já existe um outro critério para abordar a violência e o seu tratamento na forma genérica, resolveu-se por excluí-lo. Um dos motivos da exclusão diz respeito ao fato de o conceito de heteronormatividade se referir apenas e sobretudo à orientação sexual das pessoas cisgênero, deixando de fora a identidade de gênero. Atualmente, os estudos acadêmicos têm utilizado o termo cisheteronormatividade para se referir ao padrão (gênero, sexualidade, atração, afeto). Por isso, considerou-se maçante ter outro critério de análise, totalizando, assim, cinco eixos.

Após o fichamento das obras selecionadas foi realizada a análise do conteúdo registrado no fichamento, juntamente ao referencial teórico, detalhado no capítulo dois. Com todo o material coletado, organizado e sistematizado foi possível relacionar os trabalhos analisados e os dados empíricos da realidade social, bem como refletir sobre a maneira como a transfobia no espaço escolar é sistematizada nos artigos científicos selecionados.

Capítulo 4 - Escolha e análise dos artigos selecionados

De acordo com os procedimentos adotados, foram selecionados os seguintes artigos que constituem as fontes para análise deste trabalho, detalhados no quadro abaixo. Como já mencionado, foram analisados quatro artigos, que se encontram resumidos após o quadro.

Quadro 2 - Relação dos artigos, classificação e Qualis dos periódicos selecionados

Título do Artigo	Autoria	Editor/ Região	Periódico	Ano	Classificação / Qualis
Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização	FRANCO, Neil; GRAÇA, Aparecida Cicillini	UFSC Sul Florianópolis Santa Catarina	Revista Estudos Feministas	2015	Quadrienal A 1 (2013-2016)
Escola e infância: a transfobia rememorada	BENTO, Nosli Melissa de Jesus;	UNICAMP Sudeste	Cadernos PAGU	2020	Quadrienal A1 (2017-2020)

	XAVIER, Nubea Rodrigues;	Campinas São Paulo			
	SARAT, Magda				
LGBTfobias no contexto escolar de Crateús e Sertão dos Inhamuns: relatos de violência, resistência e vivência LGBT+	OLIVEIRA, Marcela Bruna de;	UFCE Nordeste Fortaleza Ceará	Revista de Ciências Sociais	2021	Quadrienal B1 (2018-2021)
Transexualidade e Educação: Desafios Além do Currículo	MARIA, Vanessa Andriani	IFMT Centro Oeste Confresa Mato Grosso	Revista Alembra	2021	Quadrienal B4 (2017-2020)

Fonte: elaborado pela autora.

No artigo “Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização”, escrito por Neil Franco e Graça Aparecida Cicillini, publicado em 2015, o foco é analisar os caminhos percorridos e os obstáculos enfrentados por professoras trans brasileiras durante seu processo de escolarização e inserção na docência. Para isso, foram usadas fontes bibliográficas e documentais, entrevistas e questionários, com doze professoras trans das cinco regiões do país, sendo duas da região Sul, quatro da região Sudeste, três da Centro-Oeste, duas da Nordeste e uma da região Norte. A análise feita pelos autores utiliza como referencial teórico as denominadas teorias pós-críticas, sobretudo a teoria *queer*.

No artigo "Escola e infância: a transfobia lembrada", escrito por Nosli Melissa de Jesus Bento, Nubea Rodrigues Xavier e Magda Sarat, publicado em 2020, o foco é apresentar reflexões sobre os limites da instituição escolar em lidar com crianças e adolescentes (transgênero) que apresentam performances ou comportamentos que fogem às normas binárias de gênero. A fonte da pesquisa foi três mulheres transgêneras, privilegiando as memórias da infância e a metodologia foi pautada na história oral, com dados coletados por meio de relato e entrevistas acerca da condição e das suas identidades. A análise do artigo é feita pelos autores a partir da teoria *queer* e dos estudos foucaultianos para discutir os comportamentos, os padrões e as normas que legitimam as infâncias e os corpos infantis, problematizando os contextos sociais transmisóginos e transfóbicos presentes no espaço escolar. Não se identificou a região

onde foi desenvolvida a pesquisa, mas os autores, segundo as informações na nota de rodapé, são de Dourados-MS.

No artigo "LGBTfobias no contexto escolar de Crateús e Sertão dos Inhamuns: relatos de violência, resistência e vivência LGBT+" escrito por Marcela Bruna de Oliveira e Lia Pinheiro Barbosa, publicado em 2022, o foco é analisar as situações de LGBTfobia sofridas desde a infância até a adolescência, em contexto institucional de educação ou em situações vividas socialmente, que apontem expressivas marcas para a construção individual das pessoas que as experimentaram. Para isso, o trabalho contou com entrevistas de três pessoas LGBT+ da região para conhecer suas experiências nos espaços educacionais e analisar as situações de LGBTfobia e seus desdobramentos nas experiências de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros em Crateús, no Sertão dos Inhamuns do Ceará. As autoras utilizaram como base o referencial teórico das denominadas teorias pós-críticas, sobretudo a teoria *queer*: Butler (2021), Preciado (2002), Foucault (2017) e Louro (1997; 2003), em relação ao estudo do gênero e da sexualidade.

No artigo "Transexualidade e Educação: Desafios Além do Currículo" escrito por Vanessa Andriani Maria, publicado em 2021, o objetivo foi tratar da temática das crianças e adolescentes transgêneros com base no princípio da dignidade humana, considerando a relevância da vontade dos infantes e o seu direito à inclusão, para abordar a educação inclusiva nas escolas, explorando, também, a influência exercida pela cultura heteronormativa no processo de exclusão praticada contra as pessoas transgênero. A pesquisa é do tipo bibliográfica documental. Como referencial teórico foram utilizados os autores Fagundes (2009), Moreno (1999), Junqueira (2009) e Vasconcelos (2018).

4.1 Identidade de gênero de pesquisadores e pesquisadoras e relação com a transfobia

O objetivo neste eixo é analisar de que maneira os autores dos textos se posicionam na pesquisa no que diz respeito a sua identidade de gênero e a relação com a transfobia. A importância de pensar e investigar essa relação é perceber as nuances e diferenças entre o detalhamento da transfobia em relação aos pesquisadores cisgêneros e as pesquisadoras e pesquisadores transexuais, travestis e transgêneros, ainda que em diversos textos fique praticamente impossível detectar a identidade de gênero da autoria, o que também não é um processo simples, tendo em vista a autodeterminação de gênero.

Franco e Cicillini (2015) não relatam, no artigo “Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização”, qual sua relação com a transfobia, nem de que modo ela atravessa suas vidas. O artigo focaliza inteiramente o relato das professoras trans entrevistadas e analisadas, trazendo para o texto relatos diversos sobre como essa violência se apresenta em suas vidas. Também não são apresentadas as motivações por parte dos autores em pesquisar a transfobia ou qual a trajetória de pesquisa tem trilhado sobre essa temática.

Bento, Xavier e Sarat (2020), no artigo "Escola e infância: a transfobia lembrada", também não relatam sua relação com a transfobia e o modo como essa lhes atravessa; não há evidências nas descrições de implicações ou relação direta com a transfobia. O artigo focaliza os relatos das três entrevistadas, que são mulheres transgêneras, trazendo para o texto como essa violência se apresenta em suas vidas no ambiente escolar. Entretanto, há motivações por parte das autoras, como o interesse em desenvolver pesquisa com a temática que engloba gênero e sexualidade na educação, e a participação acadêmica, política e nos movimentos sociais, aos quais se incluem: Nosli (Grupo Mulheres Transgêneras de MS); Nubia (Grupo de Pesquisa Educação e Processo Civilizador – GPEPC/UFMG) e Magda (líder do Grupo de Pesquisa Educação e Processo Civilizador –GPEPC/UFMG). Não há menção à identidade de gênero e/ou orientação sexual das autoras.

As autoras Oliveira e Barbosa (2022) não relatam, no artigo "LGBTfobias no contexto escolar de Crateús e Sertão dos Inhamuns: relatos de violência, resistência e vivência LGBT+", qual a relação com a transfobia, nem ao menos expõem o modo como ela atravessa suas vidas. Também não foram encontradas as motivações por parte das autoras. O artigo focaliza os relatos de três entrevistadas a fim de conhecer suas experiências nos espaços educacionais, analisando as situações de LGBTfobia e seus desdobramentos nas experiências de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros.

O mesmo acontece com Maria (2021), que não traz em nenhum momento do texto sua experiência ou sua relação com a violência transfóbica. Assim, não há como dizer que os artigos selecionados para esta pesquisa foram escritos por pessoas cisgêneras, visto que essa informação não consta nas pesquisas e não é possível realizar uma dedução levando em conta que os processos de identidade de gênero são compostos por autodeterminação. Também não é possível verificar o emprego de procedimentos como a autoetnografia, entre outros, que evocam a primeira pessoa ou a própria história como componente de análise da pesquisa.

Procede-se nesse roteiro a busca por elementos que revelam o que é e como é observado entre os outros eixos a falta de proximidade com as questões relacionadas à temática da transfobia e se essa dimensão social explorada influencia a qualidade com que as pesquisas são

realizadas, ou ao menos, se na análise empreendida contém a profundidade necessária, considerando as peculiaridades da transfobia e sua relação com a educação. “Mais do que o objeto em si do trabalho, é importante a perspectiva sobre a qual é tratado” (Severino, 1996, p.74). Para esse autor, “a temática deve ser realmente uma problemática vivenciada pelo pesquisador, ela deve lhe dizer respeito”; e ainda “a escolha de um tema de pesquisa bem como a sua realização necessariamente é um ato político” (p.113).

Desse ponto de vista, a ausência de posicionamento pode representar os limites desta e de tantas outras pesquisas, e esse é um ponto; poder identificar também quem e por que pesquisa essa temática é outro. Cumpre observar que essas informações também favorecem a compreensão do contexto e das condições em que foi realizada cada produção, as escolhas e as referências adotadas, assim como os critérios frente às generalidades, e a familiaridade ou dificuldade da autoria no que se refere a temática (Severino, 1996, p.79).

Um outro fator que constitui a ausência dessa informação é relativo aos critérios de cada periódico do número de caracteres admitidos, o que restringe e inviabiliza a exposição da identidade da autoria em razão da otimização do espaço. Observa-se que todas as fontes selecionadas para esta análise são artigos publicados em revistas científicas. Finalmente, tratando-se disso, “o papel dessas revistas é fundamentalmente a comunicação dos resultados dos trabalhos de pesquisa à comunidade científica e a própria sociedade como um todo” (Severino, 1996, p.165).

Dito isso, identificou-se que a maioria dos pesquisadores que compõem as fontes analisadas são pessoas “cisgêneros”, exceto uma autoria que compõe um grupo de pesquisadoras. A autora é autodeclarada “mulher trans”, informação baseada no conteúdo da reportagem. Para alcançar essas informações, foi realizado um levantamento no lattes, nas redes sociais, Escavador, LinkedIn, YouTube, em evento e palestras, reportagens e notícias¹⁶. Cabe salientar que a articulação deste eixo neste estudo não se relaciona com a obrigatoriedade das questões identitárias ou da representação da autoria. Logo, “as críticas devem ser dirigidas às ideias e posições do autor, nunca a sua pessoa ou as suas condições pessoais de existência” (Severino, 1996, p.108). Por conseguinte, não tem por finalidade propagar a ideia de que somente as vítimas (população T) da violência podem tratar a temática.

¹⁶ Reportagem do 1 registro concedido a mulher trans em Dourados. Disponível em: <https://www.douradosnews.com.br/dourados/cartorio-entrega-certidao-de-nascimento-a-mulher-trans-em-dourados/1079104/> Acesso em:09/04/2024

4.2 Conceituação da transfobia

Neste eixo, o objetivo foi analisar qual a conceituação da transfobia apresentada em cada pesquisa, de que forma é narrada e especificada esse tipo de violência. Tal análise é importante, tendo em vista a complexidade da elaboração desse fenômeno e das inúmeras nuances que carrega no seu aspecto estrutural, institucional, subjetivo, entre outros.

Segundo Franco e Cicillini (2015, p. 330), o termo transfobia pode ser definido como

o processo de recusa histórica, social e cultural da forma como pessoas trans constroem seu gênero e vivem suas sexualidades. O aspecto mais marcante seria as diversas dimensões de vulnerabilidade que esses sujeitos são expostos em razão de se constituírem como ‘o/a outro/a’ do gênero e da sexualidade, portanto, ‘o/a outro/a’ na condição de direitos humanos.

Os autores definem a transfobia como um processo de negação da identidade, do gênero e da humanidade das populações travestis, transexuais e transgêneras. Essa negação é o que possibilita a recusa ao tratamento do nome e pronomes adequados e escolhidos pela pessoa em questão, que fomenta a violência de expulsão dos banheiros, da violência em todas as suas dimensões físicas, simbólicas, entre outras. Os autores também chamam a atenção para as diversas dimensões de vulnerabilidade, o que está expresso nos dados acerca da prostituição, do acesso a alimentação, saúde, empregabilidade, em todas as camadas da sociedade.

Franco e Cicillini (2015, p. 330) informam que as professoras entrevistadas relatam como a transfobia não é tratada na escola com o peso que deveria ser dado, sendo inclusive confundida com outras formas de violência. Por isso, “[...] essas docentes ressaltam a urgência de uma discussão mais efetiva sobre a categoria transfobia no contexto escolar”.

As autoras Bento, Xavier e Sarat (2020) não apresentam um conceito estruturado do termo transfobia. Na introdução do artigo, ilustram um exemplo de como essa violência se expressa no ambiente escolar. Em razão disso e da relação do objeto com a educação, retomase a análise no eixo seguinte.

Oliveira e Barbosa (2022) também não apresentam um conceito estruturado do termo transfobia, que aparece apenas na introdução do artigo, especificamente no subitem “lesbofobia, homofobia, bifobia, transfobia como violências” e em nota de rodapé, identificando o trabalho como parte e tema de um TCC de licenciatura em pedagogia, de Marcela Bruna de Oliveira. Ao se referirem às estatísticas em relação aos registros de morte e violência “LGBTfobia”, as autoras utilizam a categoria “pessoas trans” para mostrar os altos

registros de violência praticado contra a população de transexuais e para tratar da equiparação dos crimes de homofobia e transfobia ao de racismo.

Mesmo com os altos registros de violência contra as pessoas LGBT+, tornando o Brasil o país que mais mata pessoas trans no mundo por 12 anos consecutivos, até 13 de junho de 2019 – data em que o Supremo Tribunal Federal (STF) decide sobre a criminalização da homofobia e da transfobia – o Congresso Nacional e o Código Penal brasileiros eram omissos em relação às violências LGBTfóbicas (Oliveira; Barbosa, 2022, p. 28).

Maria (2021) também não traz nenhuma definição com relação ao termo transfobia no seu trabalho. Em inúmeros momentos do texto refere-se ao termo homofobia para falar sobre o preconceito e discriminação contra pessoas travestis, transexuais e transgênero, o que não traz a dimensão exata da violência, visto que essas populações estão submetidas a uma violência de gênero (transfobia) e não a uma violência que se refere exatamente a sua sexualidade (homofobia).

A falta de uma delimitação exata acerca do que é ou pode ser a transfobia em três dos quatro artigos analisados faz com que essa violência não seja tipificada nem exemplificada na maioria dos casos. Os artigos deixam a desejar quando, ao se referirem às dimensões estrutural, simbólica, física e até mesmo “recreativa” da violência, empregam as palavras “trans” ou “transfobia”, mas não abordam com profundidade as distinções, o que faz com que, muitas vezes, a palavra homofobia sobressaia em muitos dos trabalhos analisados. Franco e Cicillini (2015) foram os únicos autores que se propuseram a abordar o conceito de transfobia.

4.3 Relação entre transfobia e educação

Neste eixo o objetivo é identificar a relação entre transfobia e educação apresentada pelas pesquisas e quais os fatores apontados acerca da forma como essa violência aparece na escola. A ausência de dados e de pesquisas detalhadas sobre este tipo de violência no espaço escolar contribui para a invisibilidade da discussão e da atuação no combate a ela. Por isso, é tão importante que esse eixo de análise possa minimamente acessar como essa violência ocorre e como é descrita pelas pesquisas.

De acordo com Franco e Cicillini (2015), a transfobia aparece no relato das suas entrevistadas como o agente proporcionador de desemperramento, despertencimento, afastamento da instituição escolar, da impossibilidade de ter uma vida digna, sem repressões,

exposições e constrangimentos constantes de diversas naturezas, sejam elas religiosas, moralistas etc.

Com exceção de Bruna Oliveira da cidade de Aracaju, todos os sujeitos dessa pesquisa descreveram alguma forma de violência anunciada ou velada pelas quais foram expostos durante suas trajetórias escolares desde a educação básica até a universidade. Violência desencadeada pelo corpo discente e algumas vezes pelo corpo docente das instituições nas quais estudaram. Em alguns casos, essas formas de violência se materializaram em forma de agressão física, em especial, nas relações estabelecidas com o corpo discente (Franco; Cicillini, 2015, p. 334-335).

A agressão física é o que se materializa e o que faz com que a violência atinja seu nível máximo de gravidade. A transfobia tem suas nuances e suas formas de atuar em rede, em teia, estruturalmente, o que de uma certa forma acaba por ser desconsiderado em muitas pesquisas, até mesmo quantitativas, sobre a ocorrência desses tipos de violência nas escolas.

Para Bento, Xavier e Sarat (2020), a transfobia aparece nos relatos de todas as entrevistadas, que são “mulheres transgêneras”. A violência está associada às formas como foram tratadas na infância ou adolescência por alunos, professores, coordenadores e diretores das instituições escolares. Não mencionam a esfera, se privada, pública ou confessional. No capítulo introdutório, Bento, Xavier e Sarat (2020), com base no relato de Marisa, abrem a discussão sobre a violência:

Aos 11 anos, na 5ª série, não conseguia mais esconder dos colegas de classe e da escola que eu era afeminado. Passei a ter vergonha do meu nome masculino. Meus colegas, um por um, começaram a se afastar de mim. As chacotas e as agressões começaram! (Bento; Xavier; Sarat, 2020, p. 3).

A transfobia é relatada e interpretada, conforme o conteúdo deste excerto, como um exemplo de como se manifesta essa específica forma de violência:

[...] temos um exemplo do modo como se expressa a transfobia na escola, isto é, por meio das expressões de violências física, psicológica ou simbólica, bem como por atitudes ou sentimentos negativos em relação às pessoas transgêneras. Seja de modo intencional ou não, tais situações provocam consequências severas (inclusive morte), para quem é discriminado. No relato de nossa entrevistada, percebemos a memória desse tratamento recebido por ela na escola que frequentou na infância (Bento; Xavier; Sarat, 2020, p. 3).

Um dos principais desafios na análise aqui proposta é transpor os componentes que remetem a experiência individual (por exemplo, a infância, a memória, o tratamento etc.) e os dispositivos discursivos para interpretar o sentido de um contexto em que a violência é concebida em termos genéricos. Há diferenças e elas devem ser sublinhadas. A diferença está no fato de que outras identidades (gays, lésbicas etc.) não “transgêneras” expressam e exibem

o gênero de forma descontínua, quer dizer, sua presença não é tão reveladora com a presenças das mulheres transexuais e das travestis. Sofrem igualmente dos mesmos processos de violência e violações nesses espaços, mas há modos de distintos de tratamento e abordagem.

É necessário, então, enfatizar que há, inclusive, a interdição institucional, quando é requerida a utilização do nome social¹⁷ e uma solicitação tão simples como essa não é atendida. Temos, nessa situação, a transfobia institucional. Esse sentimento, “passei a ter vergonha do meu nome masculino” expressa o desconforto vivido na escola. É o modo como os educadores irão lidar com tal situação que vai caracterizar ou não a ocorrência de transfobia. Chama a atenção o fato de que crianças com suas diferenças são expostas física e emocionalmente a violências distintas no ambiente escolar. No entanto, isso não deveria determinar o destino na fase adulta, isto é, condicionar uma vida marcada pela lembrança da violência sofrida e pela expectativa da violência futura. Este parece ser, em grande medida, o contexto no qual a transfobia é reproduzida, inclusive, na escola. A escolarização e a educação das mulheres transexuais e travestis poderia não sofrer este tipo de estigmatização. Usar meios para intuir o passado de modo a alcançar e justificar o presente é arriscado.

Dito isso, de forma imperativa, Bento, Xavier e Sarat (2020) se mobilizam para dizer que há evidências em relação “as violências sofridas por crianças transgêneras no ambiente escolar”, reconhecido como hostil e promotor de regime de normas que estigmatizam os dissidentes e transgressores. Apontam ainda que comumente as crianças transgêneras são confundidas com homossexuais em razão desse padrão estabelecido, responsável pelo equívoco, que reduz identidade de gênero e orientação sexual um ao outro. Essa situação promove a confusão e a dúvida, inclusive conceitual, que resulta em preconceito, ainda que a intenção seja, segundo as referidas autoras, combatê-lo. Por isso, propõem uma forma de problematização:

[...] a utilização do conceito de cisgeneridade pode funcionar para desestabilizar as normas de gênero tidas como uma verdade universal e imutável, nas quais a identidade de gênero é considerada uma expressão dos cromossomos e dos hormônios (Bento; Xavier; Sarat, 2020, p. 4).

Antes de apresentar essa conclusão, tal afirmação, em certo sentido, pode significar outra coisa: que a identidade de gênero feminina, a qual estão vinculadas as mulheres transexuais e travestis, é resultado da perseguição para que se conformem aos padrões

¹⁷ O Pará é o primeiro estado brasileiro a reconhecer o direito à necessidade de adequação e respeito aos registros de prenome das populações das mulheres transexuais e travestis. Acesso em 30/06/2023; Disponível em: <https://www7.seduc.pa.gov.br/prematricula/016-2008.pdf>.

cisgêneros, sendo identificadas e reconhecidas como tal, o que pode gerar ainda mais preconceito.

A transexualidade e a travestilidade não estão subordinadas apenas aos aspectos morfológicos, corporais, hormonais e genitais, tampouco aos cromossômicos. Para além dessa construção, ultrapassando os limites da inteligibilidade cultural, essa identidade incomum denota descontinuidade radical nos modos de viver um gênero e explorar a sexualidade, de forma livre, genuína e sem apropriações. O que define essa população múltipla é a representação feita de si, a autodeterminação, entre outros fatores ligados à construção e constituição da sua identidade. A adoção de traços e características físicas e fisionômicas femininas implica na reivindicação política por outras e variadas mulheridades.

Sobre a tese de Beauvoir, que sugere “ninguém nasce mulher, torna-se”, Butler (2021, p. 29) afirma que não há nada que garanta que o “ser” que se torna mulher seja necessariamente fêmea.

Se como afirma ela, “o corpo é uma inscrição”, não há como recorrer a um corpo que já não tenha sido sempre interpretado por meio de significados culturais; conseqüentemente, o sexo não poderia qualificar-se como uma facticidade anatômica pré-discursiva. Sem dúvida, será sempre apresentado, por definição, como tendo sido gênero desde o começo.

Essa estrutura discursiva que fortalece o binarismo despreza a constituição de um corpo adaptado (construído) e instituído, portador de traços e padrões sociais comportamentais de gênero específico – feminino. Na perspectiva de Butler (2021), a unidade do sujeito já é potencialmente contestada pela distinção que abre espaço ao gênero como interpretação do sexo, ou seja, o que determina e limita gênero seria o sexo. Podemos inferir, então, que essa configuração de aspectos pré-discursivos, resultados dessa formulação, impossibilita uma análise mais abrangente e profunda.

Para uma melhor compreensão acerca das distinções entre ambos, na visão de Butler (2021), se os gêneros são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, então não se pode dizer que ele decorra do sexo natural. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo e gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos.

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como uma inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza

sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior a cultura, uma espécie politicamente neutra *sobre a qual* age a cultura (Butler, 2021, p. 27. Grifo da autora).

Tais conceitos mobilizados por Bento, Xavier e Sarat (2020) para estabelecer a diferença entre sexo e gênero, entre os modos de se viver o gênero, inclusive no ambiente escolar, não indicam uma mudança, uma “intervenção social”, pois as práticas sociais e escolares continuam a ser orientadas por uma matriz cisgênera dominante. Efetivamente, estabelece-se o sentido potencialmente contestável, discriminador, historicamente associado a construção social de sexo para orientar gênero, fatores que intuem e distinguem as dimensões humanas, a lógica “macho e fêmea”. De outra parte, Scott (1995) defende que o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder (Scott, 1995). Tradicionalmente, essa categoria tem sido incorporada aos muitos estudos acadêmicos (feministas) e transposta automaticamente a elementos conceituais inevitavelmente normativos. Para Butler (2021), essa noção marca essencialmente a diferença biológica – as mulheres-fêmeas. É pertinente destacar que a concepção de destino biológico contribui de diferentes formas para o entendimento de que mulheres transexuais e travestis não desfrutam desse mesmo destino – ser mulher.

As teorias que potencializam essa perspectiva contribuem de alguma maneira para o entendimento de que as mulheres transexuais e travestis têm por ideal perseguido de identidade social a cisgeneridade, representada por suposta busca pela “passabilidade cis”, já mencionada anteriormente. Relativo a esse processo e à dinâmica que as distinguem, suas experiências refutam essa ideia, pois a construção ativa da identidade de gênero feminino carrega muitos outros elementos, não sendo tão imediata a associação com os gêneros dominantes.

Na maioria dos casos, não há como eliminar ou bloquear as características secundárias supostamente indesejáveis, sem assumir a cultura da harmonização (hormonização) e feminilização, que são aspectos que implicam efetivamente na sua identidade social e sexual. Tudo isso produz um conjunto de características que constituem a identidade política, o sentir-se mulher e feminina, sem ser cúmplice e se submeter a compulsoriedade normativa. Se considerarmos esse contexto, as alterações e modificações corporais, que são alvo de desvalorização para uns e de elogio para outros, são circunscritas e definidas com base naquilo que é nomeado de “transição”; temos, assim, a produção e reprodução reiterada de práticas transfóbicas, uma vez que diferentes “especialistas”, além dos moralistas de sempre, classificam tais modificações como degradação do corpo.

De outra parte, os homens trans, com identidade de gênero masculino, têm seu processo marcado por reivindicações outras no que se refere às alterações e modificações corporais, mas igualmente sofrem com a violência e o preconceito, ainda que esses tenham características próprias. Isso implica dizer que essas são apenas algumas das características fundantes, mas que não se encerram neste propósito interpretativo da violência específica sofrida por mulheres transexuais e travestis, em parte decorrente das peculiaridades de sua experiência com gênero e sexualidade.

Tal contexto expressa bem a insurgência dessa população e a reação violenta a que está sujeita. Inúmeras são as distinções na relação com o corpo, nos aspectos de suas trajetórias de vida e nas suas reivindicações. Para ilustrar, pode-se citar o caso das pessoas trans masculinas, que têm seus processos de construção e constituição de suas identidades discursivamente diferentes, ainda que incluam também questões comuns. Todo esse processo é permeado por um conjunto livre e variado de elementos culturais próprios, fornecidos por suas experiências, o que aliás é naturalmente legítimo e original. Também se pode dizer que nem sempre possuem o anseio de incorporar tais reivindicações e procedimentos a suas histórias de vida, o que se configuraria como talvez a única marca distintiva. Enfim, em muitas situações as mulheres transexuais, as travestis, os homens trans etc. desejam apenas viver suas orientações, escolhas, desejos e anseios sem que sejam enquadradas ou enquadrados somente com base em gênero e sexualidade.

Isso se expressa, por exemplo, na reivindicação de tratamento pelos pronomes e nomes sociais e civis escolhidos e definidos por cada sujeito. Trata-se de ato político que simboliza a base incontestável do reconhecimento individual frente aos processos de estigmatização, exclusão e de negação de pertencimento das mulheres transexuais e travestis e demais pessoas trans. O argumentado aqui não tem como finalidade determinar quem são as populações mais atingidas e exterminadas pela transfobia, apesar de ser um dado divulgado amplamente nas pesquisas. O esforço crítico é o de incluir a outras culturas e modos de ser e viver e, também, questionar se seria equívoco supor que são exatamente os significados culturais e múltiplos, assimilados por essas construções variáveis de identidades de gênero e destino social, a razão contestatória que promove a diversidade, mas também produz reações violentas daquela(e)s que não aceitam nada além do que o binarismo determina.

Bento, Xavier e Sarat (2020) apresentaram, como parte dos dados que compõem a sua pesquisa, as violências sofridas por “todas as crianças transgêneras” no ambiente escolar, estabelecendo critérios e fazendo proposições:

Dessa forma, ao elegermos a infância, apresentamos algumas conclusões e reflexões sobre a temática, desejando propor alternativas que possam fazer a escola repensar seu lugar social, e assim abolir de seus espaços padrões e normas cisgêneras hierárquicas, compulsórias e excludentes, que expulsam crianças e adolescentes das instituições (Bento; Xavier; Sarat, 2020, p. 6).

Apesar do ato propositivo, não foram identificadas no artigo alternativas e ações para abolir normas e padrões reforçadores da violência, nem sobre como acontece a “expulsão” das crianças e adolescentes. Também não são apresentados os fatores que evidenciam a transfobia. Subentende-se que, por isso, que a razão para a hostilidade com a essas crianças é o preconceito, que resulta em expulsão.

Sobre o tratamento dirigido a crianças e adolescentes “transgêneras” e o combate à “exclusão”, as autoras Bento, Xavier e Sarat (2020) tratam a necessidade de promover a escola inclusiva das pessoas “LGBTs” por elas classificadas neste trecho.

Nossa pesquisa aponta situações que consideramos tratar de temas bastante controversos e polêmicos na atualidade, especialmente se levamos em conta o avanço de movimentos conservadores e fundamentalistas. Porém, o debate é necessário não só para combater a exclusão de crianças e adolescentes LGBTs, como também para a desconstrução das práticas de machismo e misoginia que contribuem para agravar problemas vividos na escola como gravidez precoce e indesejada em meninas jovens, violências de gênero contra mulheres e pessoas transgêneras – temáticas que devem ser inseridas na elaboração de uma proposta de escola inclusiva para crianças e adolescentes; no caso desta pesquisa, especialmente as pessoas transgêneras (Bento; Xavier; Sarat, 2020, p.11).

No que diz respeito ao combate à “exclusão” das crianças e dos adolescentes, não se encontrou a referência do que é e o que significa esse processo, bem como os dados que apontam a existência da exclusão. Para uma análise mais completa, seria importante estabelecer esse diagnóstico, se existe, como acontece e, mais importante, como objeto de pesquisa e na perspectiva da denúncia, qual é o perfil dos excluídos da escola, especialmente as pessoas focalizadas pelas autoras.

É importante definir o que demarca a exclusão e/ou as dificuldades relatadas pelo objeto alvo das violências presentes na escola, distinguindo quem são (suas singularidades). Se o objetivo é identificar as situações de vulnerabilidades e expor as peculiaridades de uma determinada categoria de pessoas de forma direta, conforme Dubet (2003), é essencial ser um pouco mais claro e não ceder à moda que busca explicar a exclusão por meio das ideias mais consolidadas sobre a desigualdade das oportunidades escolares. Para o autor, o tema da escola e da exclusão não é dos mais simples de serem tratados, especialmente quando se evita as dificuldades, restringindo-se à indignação moral ou à descrição das dificuldades encontradas

pelos alunos excluídos da escola, tomando por referência as características “originárias” de meios sociais já tradicionalmente “excluídos”. Vários problemas são mencionados por Dubet (2003).

[...] O primeiro deles é o lugar da escola numa estrutura social perpassada pelos mecanismos de exclusão. É importante saber o que se refere à sociedade e o que se refere à escola. Ou seja, qual é o lugar da escola numa estrutura social que desenvolve processos de exclusão? [...] O segundo tipo de problemas concerne à análise dos mecanismos propriamente escolares que engendram uma segmentação escolar, determinante na formação dos percursos de exclusão. [...] Pode-se, por fim, evocar as consequências dessa mutação estrutural sobre a natureza das próprias experiências escolares, a dos professores e a dos alunos (Dubet, 2003, p.30).

No caso do relato de Marisa, feito por Bento, Xavier e Sarat (2020), um ponto significativo e que chama bastante atenção, apesar de não ter sido alvo da descrição objetiva das autoras, é o sentimento que resultou do tratamento recebido, interpretado por ela mesma como “vergonha”. Esse sentimento é motivado particularmente por constantes negações de ser reconhecida e se expressar livremente no ambiente escolar, o que está em consonância com as regras sociais que interditam seu desenvolvimento como pessoa.

O conteúdo do relato mostra a dificuldade que é o reconhecimento do uso do nome e do tratamento social escolhido pela entrevistada, o que reforça o sentimento de inadequação da forma como se expressa, já que recebe a “identidade” de “afeminado”. Ora, o que está em jogo é a quase impossibilidade de assumir sua identidade feminina¹⁸, uma vez que ocorre a desconsideração e a desvalorização dos sentimentos e da subjetividade no ambiente da escola. Assim, a sensação de inadequação e de não pertencimento é o que causa os desconfortos, os desequilíbrios e os sofrimentos, ao mesmo tempo em que cria expectativas de se aceitar e ser aceita a partir de suas convicções, mesmo que embaralhadas, à medida que nenhuma experiência humana é literalmente linear. É fundamental afirmar que o nome civil e social é irrenunciável; depois da vida é o primeiro e o principal direito da personalidade constituída.

Para muitas pessoas, a diferença entre a dignidade e o desrespeito, considerando as mulheres transexuais e travestis, está na garantia do direito constituído ao uso do prenome e do tratamento em conformidade com a identidade de gênero feminina. O contrário representa constrangimento e hostilidade, isso em qualquer espaço social e, principalmente, no escolar.

¹⁸ Sobre esse aspecto (identidade), as populações de mulheres transexuais e travestis são femininas e não afeminadas ou efeminadas, conforme interpretado no relato da entrevistada.

Dessa maneira, pressupõe-se que o tratamento recebido por Marisa, como “mulher transgênero” seja relativo à sua identidade de gênero feminino, que é negada nos estereótipos e rótulos negativos que a atingem. Isso pode ser verificado, conforme apontado pelas autoras, em relação a qualquer pessoa que foge da “normatividade” estabelecida para homem e mulher, legitimada no sistema binário de gênero.

As autoras, ainda, fazem referência à violência simbólica. No caso em tela, temos, ao que parece, violência direta combinada com a simbólica. Geralmente a transfobia é manifestada por uma cadeia de ações de violência e suas nuances. Podem ser acompanhadas das agressões verbais constantes como o objetivo de inferiorizar a vítima, mediante ridicularização (imitação, trejeitos), xingamentos, constrangimentos e humilhações. Nesse contexto, a violência simbólica está nas interdições implícitas que decorrem da violência explícita. Tomemos a denominada transfobia “recreativa”, que se verifica quando os episódios de violência transfóbica são cometidos por conjunto de indivíduos, um agressor principal, acompanhado por cúmplices ativos ou passivos, que têm a finalidade de promover hostilidade e ridicularizar publicamente as vítimas. Nesse caso, a vítima é constrangida a tal ponto que interioriza uma série de comportamentos necessários à preservação física e psicológica. De outra parte, a atuação dos agressores nesses grupos, que representa uma espécie de linchamento moral, achincalhando a vítima, mantém o anonimato de seus integrantes, o que dificulta as chances de identificação e de responsabilização pelo crime cometido. É importante destacar que existem várias nuances nessa modalidade de transfobia.

Na perspectiva de Bento, Xavier e Sarat (2020), a escola tem dificuldade de desenvolver ações para mediar conflitos e é negligente com questões relativas às identidades de gênero das pessoas que sofrem transfobia, violência apontada como responsável por promover as dificuldades de socialização das vítimas no ambiente escolar, principalmente ao constatarem que “crianças e adolescentes transgêneros – em especial as meninas – sofrem com a transfobia” praticada longe das vistas dos profissionais de educação, embora saibamos que essa violência também é praticada na presença ou pelos próprios educadores:

No entanto, em relação às identidades divergentes de gênero, a escola, infelizmente, não está preparada e não fomenta medidas afirmativas para administrar os possíveis conflitos que podem ocorrer dentro dos seus espaços. [...] crianças e adolescentes transgêneros – em especial as meninas – sofrem com a transfobia praticada pelos outros alunos no cotidiano escolar, por vezes longe dos olhos dos adultos. [...] Transgredir as normas de gêneros torna-se uma condição *sine qua non* para que essas crianças não sejam alijadas dos círculos de amizade que se constituem nesse espaço, e os amigos são fundamentais para criar nesses momentos um sentimento de pertença social a um grupo específico (Bento; Xavier; Sarat, 2020, p. 14).

Aqui Bento, Xavier e Sarat (2020) utilizam o termo “*bullying* transfóbico” para representar a manifestação da violência contida no relato de Marisa:

Perdi meu amigo protetor! Zé Carlos era meu melhor amigo antes de começar a me transicionar, ele me defendia nas brigas. Mas passou a se posicionar ao lado dos mais “fortes”. Alinhou-se ao lado dos pequenos machos quando eles tornaram a minha vida um inferno humano! Até meu irmão, que era de outra sala (7ª série), desistiu. Não aguentou as chacotas. Riam dele porque era irmão de “viado”, de “marica”. Minha vida se tornou, então, humanamente infernal! (Bento; Xavier; Sarat, 2020, p. 14).

As autoras discorrem sobre a falta de preparo da escola para lidar com as questões relacionadas às identidades divergentes de gênero. Entretanto, não há nenhuma recomendação direta com vista a erradicar a transfobia na escola, considerando que as mulheres transexuais e travestis possuem identidade de gênero feminino.

No relato de Marisa percebe-se que a transfobia a afeta diretamente, mas também afeta as pessoas com as quais ela mantém amizade. Essa violência também funciona como uma espécie de cerco, que se estrutura para afastar e imobilizar aliados e familiares, todos expostos ao vexame. Dessa maneira, na autodescrição da entrevistada transparece a conformação imposta por seus agressores, que reduzem a um elemento único orientação sexual e identidade gênero, o que, de certo modo, acaba por confundir e dificultar a ação educacional contra o preconceito e as formas distintas de violência – o xingamento “viado”, dirigido ao homem gay cisgênero ou efeminado, ainda é feito às mulheres transexuais e às travestis.

Como se trata da memória da entrevistada, seria interessante investigar o presente para identificar os aspectos que se mantêm ao longo do tempo e aqueles que se modificam. Em geral, quando se identifica o gênero feminino nas mulheres transexuais e travestis, as ofensas são proferidas usando o termo *traveco*, que não tem, claro, o mesmo significado de *gay*.

Ainda de acordo com Bento, Xavier e Sarat (2020), o “*bullying* transfóbico” é potencializado pelos meninos. A explicação oferecida é que isso decorre dos padrões machistas e misóginos socialmente instituídos e, ainda, valorizados em certos meios. Não se identificou no artigo o significado desse termo composto, mas apenas o conceito de *bullying*, desenvolvido por Fante (2005):

[...] *Bullying* é um termo inglês que se origina da palavra *bully*, que significa brigão, valentão, tirano, e designa comportamentos agressivos, antissociais, repetitivos e intencionais, praticados por uma ou mais pessoas. Caracteriza-se por atitudes ofensivas, intimidação, humilhação, constrangimento, isolamento, exclusão, difamação, agressão física e/ou verbal até mesmo furtos, e está presente nas escolas. Muitas delas, no entanto, negam esse tipo

de comportamento em suas dependências e imediações (Fante, 2005, *apud* Bento; Xavier e Sarat, 2020, p. 14).

Na compreensão de alguns estudiosos, incluída esta pesquisadora, que analisam as formas de violência na escola, Crochík (2015) propõe analisar as semelhanças e diferenças do preconceito e do *bullying*, por tratar-se de duas formas de violência distintas. Em sua hipótese, o preconceito ainda impõe ao agressor racionalizar e justificar o seu alvo, por exemplo, projetando uma determinada característica na vítima, em geral, relacionada a uma suposta deformação moral. Já no *bullying*, a agressão dispensa qualquer justificativa, pois é motivado pela regressão psicológica aos impulsos agressivos de seus autores e, também, daqueles que se tornam cúmplices da violência dirigida a pessoas que têm uma determinada marca impressa em seu corpo. Ambas as formas de violência, apesar dessa distinção importante e necessária, assumem o mesmo papel e têm o efeito de produzir interpretações que reforçam o tratamento genérico dispensado às vítimas e, também, aos agressores, fazendo com que os educadores negligenciem as nuances presentes na violência escolar contra grupos específicos.

Conforme Crochík (2015), há a associação de preconceito e *bullying*, como se o segundo fosse uma das expressões do primeiro, como Antunes e Zuin (2008). O autor critica a redução um ao outro:

[...] Há quem proponha entender um pelo outro, como Antunes e Zuin (2008), que defendem que *bullying* é um novo termo dado ao preconceito; fazem a crítica acertada à não redução desses fenômenos, quando tidos como naturais ou diretamente localizáveis, o que traz como consequência ações diretas, mas de superfície, não atingindo assim a necessária compreensão e, portanto, as adequadas formas de os combater (Crochík, 2015, p.30).

Quando Bento, Xavier e Sarat (2020) usam o termo composto “*bullying* transfóbico”, associando duas formas de violência distintas, reduzem o preconceito (transfobia) e o transforma em outra violência (*bullying*), mas sem diagnóstico e sem informar a estrutura daquilo que estão apresentando. É assim que se desenvolve a predisposição para invisibilizar as condições reais de cada forma de violência específica. Isso pode ser resultado da banalização dessa modalidade de violência (o *bullying*) em relação a tantas outras formas de violência no espaço escolar. Seja como for, e considerando que há relação entre as diferentes expressões de violência na escola, Crochík (2015) julga ser necessário discutir o *bullying* e o preconceito, tendo em vista a necessidade de centrar a atenção nas condições gerais e específicas que os produzem.

No contexto escolar, assim como na academia, o debate em torno do *bullying* tem tomado uma dimensão um tanto equivocada. Conforme os citados autores, o preconceito adquiriu uma nova roupagem por assimilação do *bullying*, no entanto, é fundamental a compreensão de que no passado algumas formas de violências eram enquadradas como contravenção; no presente são definidas como crime. Este fato indica a necessidade de reflexão e aprofundamento da discussão. O fato de a transfobia e a homofobia terem sido equiparadas ao crime de racismo pelo STF desconsidera as condições e especificidades em que acontecem, ainda que isso traga benefício no combate e na punição às agressões sofridas pelas mulheres transexuais e pelas travestis, especialmente considerando que todas essas formas de violência atentam à dignidade e à vida das vítimas. No entanto, a associação direta entre *bullying*, homofobia e transfobia não pode ser feita sem a análise da realidade concreta e da experiência das pessoas envolvidas e vitimadas. Em certa medida, o que parece ser feito por Bento, Xavier e Sarat (2020), quando do emprego do termo “*bullying* transfóbico”.

As autoras também se referem ao risco à vida que representa a transfobia, assim como de outras formas de violência, especialmente quando levam ao suicídio. Esforçam-se por explicar o sofrimento que é viver ininterruptamente o constrangimento em decorrência da discriminação nas diferentes esferas sociais e, principalmente, na escola, o que expressa a não existência de limites por parte de quem as pratica. Para além desses fatores, os discursos com uma abordagem genérica e pouco discricional podem influenciar a ideia de que o suicídio é algo recorrente entre as mulheres transexuais e as travestis, uma vez que o efeito da violência constante é alguma espécie de transtorno, para além do profundo sofrimento relacionado às situações de preconceito e discriminação que se perpetuam. As mortes por suicídio precisam ser analisadas caso a caso, pois os fatores que culminam nas mortes podem ser diversos.

Em sua maioria, as mortes acontecem por assassinatos, em crimes que apresentam características e requintes de crueldade. O perfil majoritário das vítimas, segundo os estudos da ANTRA (2022), é o da mulher transexual e travesti que sobrevive na prostituição.¹⁹ Todavia, não se descarta que os sentimentos de rejeição, desprezo, a falta de estrutura e reconhecimento social, dentre tantos outros fatores, as formas de violência extrema, o tratamento desumanizado e preconceituoso recebido diuturnamente, a qualidade de vida precária em decorrência da privação dos direitos, principalmente relativas a saúde e educação, assim como os processos de

¹⁹ Sobre esse aspecto devem ser observados os mecanismos (estereótipo impositivo e rótulo negativos) gradativamente instituídos, que se mostram suficientemente eficientes para minar a autonomia e impor restrições a essas mulheres, empurrando-as para esse lugar. Tal processo vai deixando pistas, mostrando todas as alianças constituídas para mantê-las nesse ciclo de coisas que representa a prostituição: configura-se a transfobia institucional e estrutural.

invisibilização e insegurança, que ao longo de suas vidas vão se somando, naturalmente, podem resultar nessa propensão ao suicídio. Afinal, viver ou sobreviver na precariedade, em condições de caos contínuo e com interdições que expõem suas vidas a níveis de violências elevadíssimos, promovidas por esta sociedade disciplinar e extremamente moralista, produz uma situação de estresse e/ou ansiedade que pode fugir do controle. Como é viver como mulher transexual ou travesti no Brasil? O que é necessário fazer para que um ser humano consiga viver plenamente nesse tipo de ordem social?

Para Bento, Xavier e Sarat (2020), o tratamento recebido por Marisa revela o “afastamento” ou isolamento social provocado por parte dos colegas. Esse fato não é relacionado à transfobia, mas decorrência do rótulo “afeminado” que recebe. De acordo com as autoras, trata-se de um “problema de identidade de gênero e não de orientação sexual”, isto é, decorrente do modo como é feita a associação de ambas, sendo esses “os motivos pelos quais os alunos(as) homossexuais e alunos(as) transgêneros(as) sofram mais opressão do que os demais”. As autoras continuam: “[...] um sistema que se alimenta da percepção de que meninos não podem parecer ‘mulherzinha’ ou que as meninas não podem parecer um ‘moleque’” (Bento; Xavier; Sarat, 2020, p. 3).

É essencial pensar nas consequências do discurso em que cada palavra em disputa emite um valor, um sentido e significado, assim como é compreendida no interior de um processo social, conforme aponta Williams (1969). Dessa perspectiva, o desafio é examinar o teor de tais discursos que, por sua vez, revelam esquemas de pensamento, sem cair na armadilha de ingenuamente difundir a ideia trágica dos estereótipos de gênero (masculino e feminino) em associação direta com a identidade de gênero, seja ela qual for.

Trata-se, no caso em análise, de um problema relacionado ao estereótipo afeminado (parecer mulherzinha) e/ou masculinizado (parecer um moleque), o que conduz a ideia de que o simples fato de “parecer” implicasse diretamente na orientação sexual ou na identidade de gênero, sem levar em conta outras variáveis. Postula-se a identidade da população de mulheres transexuais e travestis ser o gênero feminino, portanto, o “parecer mulherzinha” impõe estigmas. Desconsidera-se que não se trata de querer viver aquilo que não se é, que não se trata de imitação, trânsito ou mudança, ao contrário, vivem e experimentam integralmente sua feminilidade e as variadas nuances das mulheridades. Da mesma maneira, os homens trans têm sua identidade de gênero masculino e não a expressão estereotipada de “parecer moleque”, como mecanismo do disfarce e de ocultação daquilo que são.

De outra parte e de acordo com Crochík (1996), como são diversos os estereótipos presentes no preconceito dirigido a diferentes grupos, algo destes últimos deve estar presente

na formulação daquele, mas somente como ponto de partida da racionalização que é feita de determinadas questões sociais. Assim, não é possível afirmar que o afastamento e isolamento da vítima seja produto unicamente da transfobia, pois concorre para isso também o preconceito em relação às expressões de gênero masculino ou feminino divergentes e transgressoras do padrão normalizado.

O indivíduo predisposto ao preconceito independe dos objetos sobre os quais aquele recai, podemos dizer também que o objeto não é totalmente independente do estereótipo apropriado pelo preconceito que lhe diz respeito (Crochík, 1996, p. 47).

Nesse sentido, o excerto citado remete à ideia de que o preconceituoso projeta e vê em sua vítima aquilo que recrimina nos outros e, também, em si mesmo. É interessante pensar nas características que constitui o preconceito, no caso da transfobia e da homofobia. Esse não é dirigido apenas ao “homem afeminado”, mas igualmente a tudo aquilo que remete ao universo feminino. Em relação às crianças que manifestam expressões femininas ou masculinas espontâneas e diversas, verifica-se que as condições sociais objetivas desfavoráveis amplificam o alcance dos efeitos da violência sofrida. Por outro lado, a compulsão de o preconceituoso eleger “bodes expiatórios”, mesmo que seja necessário inventá-los, faz com que a transfobia e outras formas singulares de violência encontrem caminhos satisfatórios para serem configuradas apenas em seus caracteres genéricos. O preconceito relacionado à transfobia se caracteriza por um conteúdo específico dirigido ao seu objeto e por um determinado tipo de reação frente a ele, em geral, de estranhamento ou de hostilidade (Crochík, 1996). Essa definição pode ser utilizada para designar quase todas as formas de preconceito.

No entanto, o que distingue a transfobia é o modo como tal estranhamento e hostilidade se transformam em ações de extrema violência. São agressões físicas empreendidas contra as vítimas, inclusive podendo ser fatais. Outro elemento específico é que podemos observar alguns casos de repercussão pública, mas a maioria não atinge esse status e, geralmente, quando acontece o acolhimento da denúncia, não são classificados pela autoridade policial como transfobia e, sim, como injúria. Pouquíssimas vezes encontramos relatos sobre a tipificação desse crime, sendo este mais um fator que leva ao entendimento de que as estruturas do estado (policial) estão comprometidas com intolerância transfóbica e sua visão patriarcal e fundamentalista, ao mesmo tempo em que o machismo e a misoginia são cultivados livre, pública e politicamente.

Há sempre conflitos envolvidos nas disputas por identidades de gênero feminino. Em geral, as mulheres transexuais e as travestis recebem os rótulos de “afeminado” (no masculino) ou “mulherzinha”. Expressam traços e caracteres que as identifica com o gênero feminino, mas isso não parece suficiente em um contexto sexista e patriarcal, quer dizer, são lembradas o tempo todo que a suposta “normalidade” está sendo transgredida. Ora, essas perseguições por parte daqueles que não toleram em termos radicais a diversidade e as diferenças só são “aceitas” se não ferirem a normatividade estabelecida e garantidora de poder. Tal situação ajuda a explicar a repressão em casos, por exemplo, de crianças e adolescentes quando manifestam interesse e inclinação para brinquedos, brincadeiras e comportamentos considerados desviantes, anulando toda a possibilidade de liberdade e experimentação, especialmente se “meninos” demonstram interesse sobre o que é definido como pertencente ao universo feminino.

A discussão em torno dessas práticas – de um lado, de repressão, de outro, de transgressão – evidencia os termos do conflito e da dificuldade de se falar abertamente sobre gênero e sexualidade na escola. No caso específico, permite a compreensão de que se trata de um processo de construção de outras e variadas identidades – transexualidade, travestilidade, transgeneridade, gay, dentre outras. E mesmo no interior de cada uma dessas identidades é possível reconhecer que existem, segundo estudos sobre o tema, outras experiências não enquadradas diretamente no padrão estabelecido para as identidades de gênero que normatizam, disciplinam e limitam a existência. Esse é o caso do feminino quando referido às mulheres transexuais e travestis, que são “avaliadas” e “aceitas” ou não em função do quanto estão próximas ou distantes da normatividade que delimita a diferença e a diversidade. Daí que muitas crianças, mesmo se afeiçoando ou mantendo interesse por modos de expressão (brincadeiras e comportamentos) imediatamente não referidas ao seu gênero idealizado, sofrem com a repressão imposta e, também, com a autorrepressão. E isso justamente porque, a rigor, tais modos continuam sendo nomeados como de um gênero ou de outro.

O conflito é instaurado por essa previsibilidade normativa, oposta às formas pelas quais são forjadas as inclinações dos indivíduos. As brincadeiras, os objetos, a vestimenta preferida, isto é, sua livre escolha e as associações daí decorrentes não são possíveis. No entanto, para muitas dessas crianças, o enquadramento normativo não tem valor e/ou razão de ser, portanto, não faz nenhum sentido cumprir a determinação dicotômica de ser menina ou menino, como quer a ânsia de controle pelo adulto. Já nos primeiros anos de vida, muitas crianças demonstram insatisfação e vão se desenvolver e se identificar com muitos outros símbolos de diferenciação, desde a reivindicação ao tratamento de acordo com suas próprias convicções em relação ao

nome e a autoimagem, até as decisões sobre o que escolher, usar e brincar, mesmo sem anuência alheia do adulto.

Existem muitos outros fatores que representam esse conflito vivido pelos indivíduos e, na escola, por exemplo, as dúvidas sobre como expressar os desconfortos em relação a sua identidade feminina. Nesse sentido, há o caso das meninas com propensão à transexualidade, travestilidade ou transgeneridades e a dificuldade que enfrentam de ser acolhidas independentemente da forma como querem se expressar. Por isso, é fundamental prestar atenção na criança que expressa o desejo de ser reconhecida menina, desde a infância, na interação social e nas brincadeiras com seus pares ou com quem tem e estabelece uma relação de confiança, no seio familiar ou fora dele, como é o caso da escola.

Cada estágio de afirmação da pessoa pode receber o tratamento devido, pois demarca uma posição de sua personalidade em construção. Sem isso, há a repressão que a longo prazo mostra-se inútil, pois o enfrentamento regido por regras e normativas padronizadas a priori causa constrangimento e sofrimento, mas não consegue reprimir definitivamente as disposições que são inerentes ao ser e a experiência de cada criança ou adolescente. Seja como for, muitos símbolos de diferenciação estão, desde sempre, sendo mobilizados e reivindicados, para além do tratamento de acordo com suas convicções em relação ao nome, à autoimagem e à vestimenta. Todos são aspectos bastante contundentes e importantes para a construção da identidade, mas não são os únicos fatores determinantes, talvez sejam apenas os mais emblemáticos e observáveis.

Tal situação sugere que as formas de viver o gênero são variáveis e quanto mais rígidas forem as relações de poder e o controle ao qual cada indivíduo se vê submetido, mais diferentes serão as identidades extraídas do padrão instituído de referência. Inúmeros são os relatos que indicam que a identidade de gênero pode ir além das formas clássicas definidas e nomeadas, inclusive variando os elementos que compõem as expressões de gênero. Se é assim, a criança tem o direito de identificar-se sem rótulos com as referências culturais, todas elas, e questionar-se diante da ideia de que o natural (normal) é ser menino ou menina disciplinados e compatibilizados às referências cis; a escola poderia trabalhar no sentido de que as identidades dos indivíduos têm histórias bastante complexas e ricas para serem reduzidas a papéis pré-determinados.

Caso contrário, acontece a cumplicidade com o processo de desumanização e extermínio das populações de mulheres transexuais e travestis. Enfim, muito se pode fazer para se contrapor à tendência dominante que sufoca a insurgência e sua dinâmica, que atua em zonas complexas e nebulosas de fronteiras sem limites previsíveis, que se movimenta sempre com a

possibilidade de expansão, de combinação e na pluralidade que opera para desmistificar a invenção dos divididos por gênero com base em papéis sociais e estereótipos, que subtraíram e subtraem os sentidos e a dignidade dessa população ao longo da história.

De outra parte, o que constitui esses estereótipos de gênero são todas aquelas características estimuladas e desenvolvidas psíquica, social e culturalmente, de forma a estabelecer um conjunto de práticas comportamentais denominadas de padrão, que permite aos homens e mulheres cisgêneros produzirem-se e reproduzirem-se “livres”, desde que não fujam dos papéis designados de antemão, imediatamente e de forma contínua e permanente, sob a égide da autenticidade e originalidade. Tudo isso parece produzir um repertório que estimula a delimitação em torno da compulsoriedade que atinge corpo e identidade, sexualidade e gênero, e seus respectivos estereótipos. Sem o real questionamento desses padrões normativos até o pensamento e o conhecimento científicos tendem a afirmar aquilo que reforça a sociedade e as relações sociais que impõem o modelo biogênero e o patriarcado.

Tal modelo fixa características presumidas, masculinas e femininas, produzidas como efeitos de práticas sociais e discursivas de relações de poder. Ao contrário do que possa parecer, não há fundamento na condição inata das pessoas cisgêneras, manifesta no sexo e em conformidade com os gêneros masculino e feminino, ao contrário, essas características foram introduzidas e continuam a ser influenciadas e assimiladas como reflexo da dominação patriarcal, a partir de paradigmas desenvolvidos e difundidos, tendo como referência do domínio da fórmula “homem-macho” e “mulher-fêmea”. É importante salientar que tal padrão ou matriz cultural não tem abrangência absoluta e universalizante, como quer o patriarcado. Trata-se de uma idealização forçada, não podendo ser aplicada à totalidade da experiência humana.

[...] se o gênero construído é tudo que existe, parece não haver nada “fora” dele, nenhuma âncora epistemológica plantada de “antes” pré-cultural, podendo servir como ponto de partida epistemológico alternativo para uma avaliação crítica das relações de gênero existentes (Butler, 2021, p. 76).

Busca-se, pois, recorrer à percepção de que também existem outras identidades cisgêneras que não se alicerçam em tais paradigmas ou reproduzem os estereótipos de masculinidade e feminilidade esperados socialmente para cada gênero, que estariam com conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade. Em outros termos, a própria heterossexualização pode apresentar experiências e situações complexas e não passíveis de ser remetidas de modo imediato à normatividade. A questão fundamental, aqui, é a suposição que os aspectos que determinam a noção de sujeito cisgênero estável produzem certa inteligibilidade

e status. Uma vez que esses aspectos são inalcançáveis por identidades cisgêneras instáveis, determinando os critérios que asseguram e definem quem é incluído ou não, pode-se indagar e explorar o que desvela essa premissa que impõe noções culturalmente instituídas e estáveis de gêneros inteligíveis, coerentes e contínuos.

Em sendo a “identidade” assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de “pessoa” se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é “incoerente” ou “descontínuo”, os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas (Butler, 2021, p. 43).

Defrontamo-nos com um dado que desmonta a ideia de que as demais experiências identitárias são cópias, imitação, simulacro ou falsificação. Pode-se entender que esse movimento se confronta num contexto de intervenção estratégica de dominação, isso porque as experiências desviantes – e também aquelas que aparentemente são reflexo da normatividade – têm sua autenticidade exatamente na tensão entre o projetado e o introjetado. Dito de outra maneira, as pessoas assumem posturas e posicionamentos, adquirem inclinações e disposições nas relações que estabelecem nas suas experiências objetivas e subjetivas. De outra parte, há um sistema de enquadramento que funciona para rejeitar as supostas incoerências, as novas e divergentes percepções, os modos de vida e experiências que não se conformam com a normatividade. No entanto, sempre há também algo que escapa e resiste a toda a regulação social.

A matriz cultural por meio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidades” de gênero não possam “existir”. Isto é, aqueles em que o gênero não decorre do sexo e aqueles em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do “sexo” nem do “gênero”. Nesse contexto, “decorrer” seria uma relação política de direito que dá a forma e o significado da sexualidade. Ora, do ponto de vista desse campo, certos tipos de “identidade de gênero” parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente por não se confirmarem às normas da inteligibilidade cultural (Butler, 2021, p. 44).

Acrescenta-se a essa discussão o fato que tudo isso está envolto nos preconceitos e tabus sexuais relacionados aos estereótipos e identidades de gênero; esses se tornaram armas políticas de opressão. Eis mais um desafio, inclusive, para o campo educacional: superá-los. É óbvio que o sistema oprime e transforma em vítima a todos, mas principalmente quem carrega a marca da transgressão e do desvio no corpo. Talvez essa seja a chave para a reflexão sobre a origem e o processo de cristalização dos padrões que se quer combater, o que pode provocar mudanças ao

menos no pensamento de alguns grupos. Se uma mulher, por exemplo, autodeclarada cisgênero, que vive como tal, pode produzir efeitos e estereótipos de masculinidade e ainda assim é reconhecida, por que outras identidades e experiências de mulheres não cisgênero não podem gozar desse mesmo destino? Em que medida as mulheres cisgênero estariam comprometidas com a ruptura que leva aos diferentes caminhos de libertação e transformação do sistema opressor hétero e patriarcal? Para complementar a argumentação aqui proposta:

Se é possível falar de um “homem” com um atributo masculino e compreender esse atributo como traço feliz e acidental desse homem, também é possível falar de um “homem” com atributos femininos, quaisquer que sejam, mas continuar a preservar a integridade do gênero. Porém, se dispensamos a prioridade de “homem” e “mulher” como substâncias permanentes, não será mais possível subordinar traços dissonantes do gênero como características secundárias ou acidentais de uma antologia do gênero que permanece fundamentalmente inata. Se a noção de uma substância permanente é uma construção fictícia, produzida pela ordenação compulsória de atributos em sequência de gênero coerentes, então o gênero como substância, a viabilidade de homem e mulher como substantivos, se vê questionado pelo jogo dissonante de atributos que não se conformam aos modelos sequências ou causais de inteligibilidade (Butler, 2021, p. 55).

Deve-se dizer que as categorias de gênero estão hierarquizadas e organizam a vida social e cultural, porém isso não foi suficiente para apagar a história das experiências de gênero que abrangem outras possibilidades de ser e estar no mundo, de viver e experimentar gênero e sexualidade.

Se as noções de gênero, a princípio, estão enraizadas e subordinadas ao patriarcado, o mesmo acontece com a sexualidade padronizada e sua pretensão universalizante.

O próprio conceito do sexo-como-matéria, do sexo-como-instrumento-de-significação-cultural, é uma formação discursiva que atua como fundação naturalizada da distinção natureza/cultura e das estratégias de dominação por ela sustentada. A relação binária entre cultura e natureza promove uma relação de hierarquia em que a cultura “impõem” significado livremente à natureza, transformando-a conseqüentemente, num Outro a ser apropriado para seu uso ilimitado, salvaguardando a idealidade de significado e a estrutura significação conforme o modelo de dominação (Butler, 2021, p. 74).

De igual maneira, pode-se afirmar que mesmo com a repressão histórica a qual a sexualidade está submetida, a cultura não logrou sucesso no seu intento de padronização. As populações invisibilizadas e dominadas, logo nos primeiros anos de vida, ainda crianças, demonstram suas insatisfações diante da noção de um mundo sem possibilidades. Esse é ponto

crucial de um processo que demarca a multiplicidade cultural, a luta por existir conforme se deseja, o sentido da persistência e resistência natural, a oportunidade de explorar as suas existências, a busca por reconhecimento legítimo a partir de suas experiências. Na prática, tudo isso se estabelece como ato político e ultrapassa os limites da mera brincadeira ou do gosto por determinadas posturas não “designadas” para essas crianças, conforme o gênero determinado e em aparente conformação.

Assim, nessa perspectiva, para além da autopercepção acerca do gênero, é necessário compreender e estabelecer inúmeras formas de negociação e estratégias, entre se posicionar e/ou buscar por aceitação tanto no contexto familiar quanto no escolar, uma vez que ambos pressupõem previsibilidade normativa. As pessoas que não se enquadram nos padrões necessitam avaliar os momentos e situações adequadas para confrontar, negociar ou se adaptar. Não se trata apenas da interação com o diferente, mas de preservar e garantir a segurança pois, para muitas mulheres transexuais e travestis, a interação com a cisgeneralidade pode ser muito arriscada e violenta, com a imposição de regras e sanções cruéis, muitas vezes legitimadas pela ausência do Estado e de sistemas de proteção. Em outros termos, ocorre a omissão ante os crimes praticados contra as crianças que vivem sua experiência de gênero de maneira autêntica e absolutamente natural, o que pode transcender aos contornos impostos.

A maneira de perceber o mundo à sua volta é que faz sentido para a experiência e isso faz toda diferença em como as crianças desenvolvem suas identidades, incluindo suas percepções. Quando o adulto (na família e na escola) diz que aquilo que as crianças fazem não tem nenhum sentido e, portanto, é inadequado para o gênero a elas atribuídos, temos o exercício do poder para classificar hierarquicamente a posição e o lugar dessas crianças, anulando suas percepções e suas existências singulares. Embora o foco deste trabalho esteja nas questões atinentes à gênero e sexualidade, não se pode deixar de notar que essas interdições atingem igualmente outras dimensões da vida. Ao reprimir as manifestações espontâneas nas crianças, tenta-se desfazer o conjunto de ideias e experiências constituídas no próprio processo de socialização, portanto, a repressão é dirigida às tendências que encontram maneiras de se expressar não só nas e pelas crianças, mas também nas instituições, ainda que de modo somente implícito e periférico. Em suma, as interdições se transformam em ferramentas que visam forçar ou corrigir o suposto “curso natural” da vida cisheteronormativa e cisgênero.

De maneira previsível, o modelo de dominação hegemônico impõe interdições que alcançam outras questões culturais em diferentes esferas da sociedade, ou seja, não são apenas nas experiências “generificadas” em que residem as proibições. Todo esse aparato se mostra hábil na medida em que qualquer que seja a manifestação, expressão ou diferenciação

espontânea no modo de ser e sentir da criança ou do adolescente na escola, esse é transformado em objeto de perseguição²⁰, seja por meio da agressividade bárbara ou violência camuflada e indireta, o que implica em interdições a livre experiência de todos.

Voltando às autoras Bento, Xavier e Sarat (2020), ao tratarem de categorias sexuais e sociais concernentes às identidades sexual e gênero, como características que aproximam e distanciam os humanos uns dos outros, da mesma forma atribuem marcadores raciais, sociais e religiosos como caracteres que evidenciam a diversidade humana a ser reprimida por aqueles que nutrem ódio pela diferença. Não foram explorados os aspectos desses marcadores de diferenciação e da diversidade, ainda que anunciados, pois o foco do artigo está na crítica às categorias sexo (ordem natural das coisas) e gênero (fruto de construção social).

Com base em experiência profissional e pessoal, é possível afirmar que as crianças em geral, na escola pública, relatam que há um certo isolamento ou tratamento diferenciado quando da exposição de traços e simbologias de suas crenças ou de outros aspectos (raciais, sociais, religiosos) por parte de colegas e de alguns profissionais da educação. Isso acontece de modo rotineiro com as crianças; de certo modo, tal padrão leva à “normalização” do que é tornado “anormal”, quer dizer, a diversidade e a diferença próprias (ou aquilo que produz as identidades) são percebidas, desvalorizadas e desqualificadas por aqueles que professam os padrões dominantes. Em certo sentido, esse fato é de suma importância para compreender a formação de identidades transgressoras e desviantes. De qualquer maneira, a violência está exatamente no fato de a diferença que produz o outro ser expressa como degeneração (Oyěwumi, 2021).

Considerando o exposto, pode-se pensar em reunir as diferentes noções de diferenciação, as categorias presentes na constituição das mulheres transexuais e travestis e os aspectos que envolvem não apenas orientação sexual e as identidades de gênero, mas as noções e formas de viver a religiosidade. De algum modo, todo esse complexo está configurado por raça, religiosidade, gênero, sexualidade e, não menos importante, classe. Tome-se alguns dados: a maioria das mulheres transexuais e travestis pertencem ao grupo racial e religioso que congrega a população afrodescendente (negra de pele não retinta, parda e preta), conforme enquadramento do IBGE. Outro aspecto fundamental para explicar e justificar o preconceito e

²⁰ Inclusive, se este aspecto se manifesta também no campo religioso, a exemplo do uso de símbolos de religião de matriz africana e afro-brasileira, como o kelê (que é um símbolo religioso obrigatório na iniciação, que representa o elo que une a pessoa iniciada ao seu Orixá, o qual deve ser mantido no pescoço, protegido com algodão ou tecido específico, permitindo apenas ao babalorixá tocá-lo e manuseá-lo), ou de outras religiões não-hegemônicas e desvalorizadas, torna-se ainda mais risco de ser vítima de preconceito e de repressão, justamente em razão de a criança ser portadora de um signo alvo da intolerância religiosa na escola em associação com outros atributos associados a gênero e sexualidade. Enfim, reitera-se que não são apenas as identidades de gênero feminino as perseguidas.

a violência contra essa população está relacionado ao lugar na pirâmide social ocupado por essa população. A maioria é pobre e luta diuturnamente para não sucumbir às pressões econômicas, situação manifesta no não acesso aos empregos formais, por exemplo. A desigualdade social, marca da sociedade brasileira, é elemento essencial para pensar na identidade e experiência das mulheres transexuais e travestis. Assim, adequadamente poderemos fazer uso do conceito de interseccionalidade, de modo que ele possa explicar as especificidades da violência sofrida por essa população na escola e na sociedade.

Relativo à definição de interseccionalidade, conforme postulado por Collins (2021),

a interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências (p. 15-16).

Essa definição descreve o principal entendimento desse conceito, a saber que em determinada sociedade, em determinado período, as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como identidades distintas e mutuamente excludentes. De fato, essas categorias se sobrepõem e funcionam de maneira unificada. Além disso, apesar de geralmente invisíveis, essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social (Collins, 2021, p.16).

A fim de falar sobre a religiosidade enquanto forma de organização e de resistência, considera-se que parte significativa das populações de mulheres transexuais e travestis são adeptas às religiões de matriz africana, afro brasileira e espírita kardecista, e encontra na religião a possibilidade de professar a fé, o que implica, inclusive, que para esse aspecto, há reivindicações outras por parte dessas mulheres, que lutam para serem conhecidas e reconhecidas como ialorixás (sacerdotisas) mães de santo, que é uma posição que lhes confere o direito a utilização da indumentária (baiana), assim como de outros símbolos, signos e cargos empregados nos rituais dentro da tradição nos terreiros e casas de santo.

De acordo com isso, dada a prevalência da religião católica em relação às demais religiões não dominantes e a recorrência de inaceitação por parte das religiões ortodoxas e fundamentalistas, os estudos do CEDEC (2021) constataram que no Brasil apenas 21% "LGBTQI"+ são adeptos à religião católica. Quando o resultado dessa lente é associado ao

espiritismo kardecista, somadas, as categorias "travestis e a mulher trans" correspondem ao percentual de 62%. Em relação à umbanda/candomblé, essa mesma categoria representa um percentual que corresponde a 49% (p.24-25).

Apesar disso, os conflitos motivados pelo preconceito fundamentalista impõem limites para o reconhecimento a essa população de mulheres, o que tem sido contestado frente ao patriarcalismo dominante para justificar a divisão hierárquica de lugar e do poder – ou o não lugar – nos terreiros de matriz africana, afro-brasileiro e candomblé. Tudo para dizer que, para além das suas identidades de gênero feminino, as mulheres transexuais e travestis politicamente carregam também os símbolos de sua religiosidade e de interseccionalidades, da origem étnica (racializadas), como significados da sua própria existência e fé.

Nesse sentido, tomam-se os escritos de Maria Lugones (2020), para quem a categoria raça, assim como as categorias sexo e gênero, utilizadas na divisão social hierarquizada, tomadas nos seus aspectos de diferenciação e discriminação negativa, foram criadas para justificar a inferiorização, sob a lógica supostamente natural e colonialista produtora de certa interpretação enviesada das leis da natureza. Em sua visão, tanto gênero quanto sexo são construções sociais, assim como é raça. Por sua vez, ela se apoia nas bases teóricas da pesquisadora nigeriana Oyèrónké Oyěwumi (2021), que analisa da perspectiva do feminismo as mulheres “racializadas” e os processos de hierarquização do corpo e gênero, a categoria “mulher”, fundacional nos discursos de gênero produzidos no Ocidente.

Oyěwumi (2021), a partir da visão de mundo iorubá, que se contrapõe ao mundo ocidental, fundamenta tais processos e sua lógica da hierarquização, relacionando-os aos papéis sociais atribuídos sobretudo à mulher, criados para manter a dominação masculina, social, política, cultural e econômica do homem branco. Conclui-se que essa perspectiva da divisão social de sexo e gênero, da atribuição de papéis sociais e da hierarquização, sustentada no determinismo biológico, é inerente ao pensamento ocidental, portanto, não é natural. Ora, para sê-lo, teria que ser observada em todas as culturas e sociedades e não apenas na experiência histórica do Ocidente.

Com vista a ampliar ainda mais o horizonte de análise, ressalte-se que as mulheres transexuais e travestis são trabalhadoras, inclusive quando são professoras. Esse é mais um elemento para relacionar com a transfobia no espaço escolar. No caso da produção de Bento, Xavier e Sarat (2020), o objeto ao qual se referem é “o tratamento na escola” recebido por sua entrevistada, uma aluna. No entanto, apontam que é o mesmo dirigido a quaisquer pessoas expostas a estereótipos negativos, que fogem às normas socialmente instituídos pelo “sistema binarista de gênero”. Ainda que não tenha sido objeto da análise dessas autoras, interessa pensar

se e como essa violência alcança as trabalhadoras e professoras, profissionais em educação que também são mulheres transexuais e travestis ou, em outros termos, como reagem a violência transfóbica promovida pela comunidade escolar.

O horizonte de crítica a que se detém diz respeito à ausência de um posicionamento crítico frente às tais referências do “sistema binarista de gênero”, que se institui referência às formas de organização social e escolar. Em diferentes momentos de determinadas produções acadêmicas, como é o caso de Bento, Xavier e Sarat (2020), encontram-se termos utilizados com abordagens complexas e genéricas; via de regra, a sua aplicação e comunicação vai inferir o lugar de reconhecimento de uma categoria discursiva instituída em detrimento a outra, que é anulada. O problema está no uso dessas categorias como se fossem jargões políticos. Não se questiona sua validade, mas se, na produção acadêmica, não poderiam receber um tratamento de caráter mais analítico e crítico e menos imediato e superficial, o que permite a associação direta com a realidade social mais ampla, mas não adentra na singularidade do que é estudado.

Em outro artigo, Oliveira e Barbosa (2022) descrevem a situação de violência (LGBTfobia) e a construção das identidades (LGBT+) no espaço escolar, com base na situação expostas no relato de Mika. Interpretam como uma situação de assédio sexual e *bullying* lesbofóbico.

[...] Conta que o professor o encontrou sozinho, limpando o refeitório e lhe disse que qualquer dia o pegaria e o “transformaria em mulher” [...] A situação expõe a concepção de que a vida sexual da mulher, ou de pessoas com vagina, existe necessariamente em função da complementação que, obrigatoriamente, só poderia ser encontrada no homem cis e no seu pênis (Oliveira; Barbosa, 2022, p. 38).

Não há contraposição a ideia de negação da sexualidade da mulher lésbica e de pessoas com vagina, condições que são reduzidas uma à outra sem as necessárias nuances identitárias. Entretanto, as situações expostas mostram que as distintas formas de violências, no caso a importunação sexual, são motivadas por opressão sobre as identidades de gênero; o cotidiano é vivido por essas pessoas com riscos e ameaças constantes de “estupro corretivo”. O que está envolvido nessas identidades são diferentes formas e expressões de gênero. Ao elaborar a descrição a partir do relato de Mika, são reproduzidas compreensões confusas: o gênero expresso e representado é masculino, assim se referem à mulher lésbica. “Conta que o professor o encontrou sozinho”; “disse que qualquer dia o pegaria e o transformaria em mulher” (Oliveira; Barbosa, 2022, p. 38).

A crítica esboçada aqui se relaciona ao fato de não estar claro tratar-se de uma identidade masculina ou masculinizada; não se tem registro de que mulheres lésbicas reivindicam ou se utilizam desse dispositivo, o tratamento no gênero masculino; esse também não parece ser o caso de Mika. Tal modo de tratamento parece corroborar para a invisibilidade das pessoas transgêneros, refletindo em transfobia estrutural, dada a indefinição dos critérios de tratamento, reduzindo-os aos aspectos que dizem respeito às outras populações que reivindicam o direito de tratamento conforme suas orientações e escolhas. É importante ressaltar que, além de uma violência grosseira e bárbara, o enquadramento de mulheres lésbicas por suas orientações sexuais em identidades masculinas constitui obstáculo no reconhecimento da identidade de gênero dos homens trans e transmasculinos.

Outro aspecto merece ser evidenciado: ao se referir aos termos “mulher lésbica” e “pessoa com vagina”, a conformação anatômica parece complementar e definir, por conta da existência de um ou outro genital, a identidade de gênero masculino (e feminino). Oliveira e Barbosa (2022) não formulam materialmente aspectos de diferenciação das distintas identidades. Do mesmo modo, não definem ou esclarecem como encaram as “pessoas com vagina” e não apresentam compreensão conceitual relativa a essa “nova” categoria, bem como acerca da realidade dessa população:

Mika, designado como do sexo feminino ao nascer, identifica-se como lésbica e negro; decidiu ser tratado no masculino por compreender que, na maior parte do tempo, sua expressão de gênero é assimilada pelos outros como masculina e comenta: É confuso! Você chega assim no meio da rua — que eu já passo por isso todo dia mesmo — e se apresenta como Mika; até que alguém solta um “ela” e as pessoas ficam “ela?”, procurando saber. Aí eu fico assim meio constrangido pela forma que as pessoas ficam na curiosidade. Eu prefiro “ele”. Porque aí já tá na forma (Mika) (Oliveira; Barbosa, 2022, p. 37-38).

Considerando a forma de reconhecer-se socialmente e representar-se a partir da identificação e autodeclaração, tal como os termos apresentados na entrevista, temos que Mika define-se como “lésbica e negro”. Há, aí, dois posicionamentos políticos, um que se refere à expressão de gênero, lésbica, e outro corresponde ao grupo étnico e racial, negro, com ao qual pertence. Entretanto, existem outros pontos não tratados por Mika e pelos entrevistadores que também compõem a complexidade do processo de produção de identidades, como a referência à “lésbica masculinizada” e a ausência do que poderia ser referido aos homens trans: “eu prefiro ‘ele’”; “aí, eu fico assim meio constrangido”. Difícil afirmar que se trata de uma pessoa transmasculina ou transgênero, ou, talvez, de uma identidade trans não binária (“decidiu ser tratado no masculino”), até porque está a se falar de uma pessoa em movimento, mas não se

pode, de outra parte, descartar tal possibilidade. Interessa, aqui, chamar a atenção para a necessidade de o debate englobar todas as nuances.

No artigo de Oliveira e Barbosa (2022), para se referir à sistemática violência sofrida por Mika no ambiente escolar em diferentes situações, as autoras utilizam a categoria “*bullying* lesbofóbico”. Mesmo denunciando esse tipo de violência na escola, o que não pode ser menosprezado, as autoras desconsideram as diferenças de gravidade e dos índices da violência LGBTIfóbica (a homofobia e a transfobia). A tipificação e definição precisa do que se quer destacar é uma tarefa a ser realizada no âmbito da pesquisa acadêmica. Apenas para ilustrar o que é enfatizado, embora a homofobia e a transfobia sejam compreendidas como negação atentatória aos direitos e liberdades individuais fundamentais, desde 2019, enquadradas no conceito de racismo por analogia pelo STF (Lei 7.716 de 05/01/1989), não deixa de ser problemática a redução de várias formas de violência a uma única lei, mesmo considerando que tenha sido a solução política possível na atual conjuntura brasileira, com ascensão do fascismo e das forças reacionárias na segunda década do século XXI. Mais uma vez, perde-se a oportunidade de se olhar para as singularidades da violência sofrida por mulheres transexuais e travestis.

No que diz respeito ao *bullying*, tendo no horizonte as diferenças e peculiaridades, é importante destacar que essa violência não era enquadrada como crime, sua natureza era entendida como condutas infracionais discriminatórias, cabendo medidas disciplinares para coibir a ação. Nesse aspecto, a Lei nº. 13.663, de 14/05/2018 é resultado da necessidade de eliminar práticas de violências sistemáticas, em razão de sua natureza recorrente, “especialmente de intimidação e humilhação” nos ambientes das escolas. Essa lei altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a LDBEN²¹, dispondo sobre medidas cabíveis a serem observadas e aplicadas pelas instituições de ensino público, privado e confessional no combate a essa modalidade de violência, o *bullying*. No que tange o código penal brasileiro, essa violência não estava disposta e classificada como crime, ou seja, não havia previsibilidade de punição em decorrência de tal prática, hoje há.

De sua parte, Maria (2021, p. 3) afirma, em relação as pessoas LGBTI+, que é possível observar que a escola pratica uma “[...] pedagogia que tenta ofuscar a identidade dessas pessoas com apelos ao respeito pela identidade heterossexual”, quando oferta por meio do currículo

²¹ Acresce o inciso IX: “Promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (*bullying*), no âmbito das escolas”. E o inciso X: “Estabelece ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas”. Acesso em 14/6/2023. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13663.htm

conteúdos superficiais sobre o que a autora chama de “diversidade tolerada”. No entanto, é possível perceber que em vários momentos a autora utiliza conceitos referidos à sexualidade e até mesmo à homofobia, quando na verdade está tratando acerca das questões de gênero e da violência transfóbica. Essa postura demonstra também uma falta de conhecimento para falar da população de pessoas transexuais e distinguir a violência que as atinge, que muitas vezes se distingue da homofobia. Outro ponto destacado pela autora é sobre a permanência na escola:

Frisa-se, nessa esteira, que um dos elementos que dificulta o acesso da população trans ao mercado de trabalho é sua baixa escolaridade. O problema não é de acesso à educação, mas de dificuldades de permanência na escola, especialmente quando a pessoa começa a despertar sua identidade de gênero. A escola é um ambiente hostil para quem é trans (Maria, 2021, p. 6).

Esse ambiente hostil é trazido por todos os autores em suas pesquisas, o que mostra que a transfobia, seja na educação ou na sociedade, é mais do que uma violência física, é um estado de negação dessas vidas e identidades. Na escola ela está presente na sociabilidade, nos olhares, na estereotipia, na forma como essa população é tratada, no desrespeito em relação aos pronomes de tratamento e ao nome social, na falta de acesso ou inexistência de banheiros apropriados, na obrigatoriedade de uso de uniformes inadequados, no desconhecimento, indiferença e falta de interesse por parte dos docentes, na abordagem agressiva e uma série de outros fatores trazidos em cada pesquisa. No entanto, vale ressaltar a dificuldade de encontrar dados palpáveis sobre todas essas violências e como estão interseccionadas, o que dificulta, inclusive, a criação de políticas públicas e uma abordagem também que saia do discurso e ocupe outros lugares de construção de dados sobre a realidade material e objetiva vivida pelas mulheres transexuais e travestis.

4.4 Enfrentamento da transfobia

Nesta categoria de análise, o objetivo é identificar quais as propostas formuladas para a superação da transfobia nos artigos selecionados, se apontam caminhos possíveis no enfrentamento e no combate a essa forma de violência, bem como se examinam de que maneira o espaço escolar tem ou não realizado esse trabalho, se vislumbram caminhos na erradicação da transfobia e qual a receptividade dessas propostas quando realizadas na escola.

Na produção de Franco e Cicillini (2015) não há a recomendação direta de ações e proposições para a erradicação da transfobia no espaço escolar. No entanto, por meio do relato das entrevistadas é possível perceber que ocupar o espaço de docente tem sido uma forma de

contrapor-se a essa violência, ainda que não a diminua. Essa resistência que implica em continuar a “habitar” a educação como professora pode ser observada no relato a seguir.

Apesar dos diversos obstáculos enfrentados em suas trajetórias escolares, nas suas experiências como docentes, todas as professoras da pesquisa contam histórias de êxito e reconhecimento profissional. Associado a essas histórias, relatam o desencadeamento de processos de subversão e de abalo de valores, normas e crenças. Na verdade, contam de resistências, intencionais ou não, que desencadeiam possibilidades de estruturação de novas formas de ensino e aprendizagem no que se refere às questões de gênero e de sexualidades. Confirmam que a escola consiste num dos espaços possíveis de efetivação do direito de constituírem-se como humanos (Franco; Cicillini, 2015, p. 343).

No entanto, as histórias individuais não são e nem podem se tornar a realidade de um grupo com suas diversas experiências e condições em intersecção. Ainda que as histórias de resistência surjam contra o sistema cisheteropatriarcal, a maioria das mulheres transexuais e travestis não estão nesse espaço. Por isso, é necessário ir além das estratégias de resistências individuais e pensar de que forma o sistema está organizado e construído para impedir que essas pessoas cheguem e acessem esse espaço; o mesmo se pode dizer do mercado de trabalho em geral, de modo que a prostituição deixe de ser uma das prováveis fontes de renda dessas pessoas.

Na produção de Bento, Xavier e Sarat (2020) não há recomendação de ação direta com vista a erradicar a transfobia do ambiente escolar. Entretanto, há a indicação genérica de que é necessário promover debates sobre a temática de gênero e sexualidade, entendidos como ações prescritivas para o enfrentamento, conforme informado a seguir.

O enfrentamento da transfobia escolar precisa ser um debate que percorra os caminhos da educação começando pela escola, lugar e espaço no qual, desde a primeira infância, a criança fica por muito tempo. Esse lugar precisa discutir os modelos discriminatórios, fomentar a reflexão, ensinar o respeito e a aceitação às identidades de gênero divergentes (Bento; Xavier; Sarat, 2020, p. 10-11).

Nota-se na descrição propositiva das autoras a existência de “modelos discriminatórios”, entretanto, não é anunciado o que são tais modelos. Pressupõe-se que existem práticas discriminatórias institucionalizadas e dirigidas às crianças de identidades de gênero divergentes. Por essa razão, apresentam como sugestão a necessidade de discuti-las e fomentar a reflexão acerca do respeito e aceitação dessas identidades. Não há menção direta a que identidades as autoras se referem, nem como e por que são consideradas “divergentes”. Ainda nesse quesito, para o enfrentamento da transfobia na escola, as autoras sugerem uma disciplina escolar, conforme descrito no excerto a seguir.

Como uma disciplina escolar, é fundamental que haja um debate que discuta a elaboração de políticas de enfrentamento e a conquista de direitos individuais chancelados pelo campo jurídico, avançando para a criminalização da LGBTfobia, entendida aqui como práticas discriminatórias e violentas contra pessoas gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros (Bento; Xavier; Sarat, 2020, p. 10).

Em relação às tais “divergências”, como exposto por Bento, Xavier e Sarat (2020), é importante sua definição, assim como a menção objetiva às identidades de gênero “divergentes”, pois enquadrá-las nessa perspectiva de abrangência genérica, sem considerar suas especificidades e interseccionalidades é problemático porque limita a percepção dos envolvidos. Para além desses aspectos, não há dados que sustentem essa representação da questão, bem como seu significado. Um ponto crucial: as mulheres transexuais e travestis não estão dentro das escolas regulares de ensino público, privado ou confessional. O perfil das poucas pessoas que continuam na escola, inclusive, é o das pessoas transgênero.²²

Esse aspecto expõe a limitação da literatura, de modo estruturante, pois inviabiliza a compreensão da realidade das populações de mulheres transexuais e travestis. Esse é mais um reflexo de invisibilidade que tem como consequência a transfobia estrutural. Ademais, é verdade que as identidades de gênero feminino das mulheres transexuais e travestis, em geral, são divergentes das expressas na orientação sexual dos outros grupos considerados minoritários, lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros, por exemplo, assim como são da população cisgênera (homens e mulheres). O que importa pensar é que todas as categorias de pessoas, independente das identidades de gênero ou orientação sexual, manifestam identidades próprias, com traços e características específicas, divergentes umas das outras.

Em relação à “disciplina escolar” proposta, não se sabe ao certo a que Bento, Xavier e Sarat (2020) se referem, posto que a escola não tem autonomia para instituir uma disciplina na grade curricular sem que isso seja parte de uma política mais ampla e estruturais que envolvem diretrizes educacionais. No que tange a proposta: “é fundamental que haja um debate que discuta a elaboração de políticas de enfrentamento e a conquista de direitos individuais chancelados pelo campo jurídico, avançando para a criminalização da LGBTfobia”, apesar da

²² De acordo com os estudos da ANTRA (2021), cerca de 90% das mulheres transexuais e travestis estão na prostituição, não são escolarizadas ou possuem baixa escolaridade e não tem acesso a emprego formal. São as mais assassinadas porque são as mais expostas à violência. A maioria requer, principalmente a mulher transexual redesignada, alteração de nome com equivalência a gênero. Já a pessoa transgênero não binária não tem a mesma necessidade, uma vez que se afirma em um polo ou outro, ou nos dois. A maioria das mulheres transexuais e travestis é expulsa de casa, em média, com 12 ou 13 anos. As mulheres transexuais reivindicam hormonoterapia. As travestis quase nunca são vistas publicamente com parceiro afetivo. Ambas, em sua maioria, afirmam a orientação sexual heterossexual.

importância dessa discussão na “elaboração de políticas de enfrentamento”, não são apresentadas ações afirmativas de enfrentamento à transfobia. Por essa razão, classifica-se tal proposta como genérica e prescritiva. Por fim, a escola não atende as motivações jurídicas, mas as diretrizes educacionais com suas ações formativas. O problema está no fato de tratar a violência, como é o caso da LGBTIfobia, e suas práticas discriminatórias de forma genérica, assim como o *bullying* tem virado quase sinônimo de violência escolar. Por fim, conclui que a transfobia está nesse ambiente, mas isso não significa dizer que ela é uma violência escolar descolada da violência social dirigida contra a população de mulheres transexuais e travestis.

As compreensões acerca da transexualidade e da travestilidade, assim como da transgeneridade, extrapolam as definições sexuais, comportamentais, conceituais e a previsibilidade de termos culturais enraizados estruturalmente nesse sistema rígido que “genitaliza” e “generifica” a tudo e a todos. Nada desafia mais essa dinâmica do que as experiências múltiplas, plurais e heterogêneas, o que denota a riqueza e a possibilidade de libertação e, também, do fim da ilusão de correspondência entre sexo, gênero e sexualidade. Isso significa ironicamente dizer que as experiências expressas na letra “T” desafiam as teorias e o pensamento sexista ainda presentes na sigla LGBTQ+. Diante do exposto, das contradições e dos conflitos presente no interior do movimento, é mais uma violência a negação das experiências, singularidades e reivindicações específicas contidas e não incorporadas às identidades de gênero feminino que apontam a muitos outros caminhos, a elementos não analisados, uma vez que ninguém deve ser definido com base em apenas caracteres sexuais e comportamentais. Esse tipo de enquadramento forçado que prescinde da experiência concreta de vida é característico do sistema cisheteronormativo; por isso, é fundamental a reflexão sobre como viver e experimentar relações e possibilidades fora desse contexto limitado.

Aqui, não se contrapõe às declarações feitas pela entrevistada Marisa²³, participante de uma das pesquisas analisadas, apesar de sua idade (11 anos) e de sua memória, que nos remete a um período da vida bastante complexo e extremamente significativo e indefinido. Seja como for, é relevante dizer que cada identidade (na criança, no adolescente, no adulto) tem sua experiência marcada por um contexto singular e desigual. É esse que facilita ou dificulta o seu acesso a informações, bens e serviços, públicos ou privados, como é o caso da população que não se encontra na escola. A sociedade (família, escola, Estado) é responsável por promover esse estado de coisas ou por revertê-lo.

²³ “[...] Aos 11 anos, na 5ª série, não conseguia mais esconder dos colegas de classe e da escola que eu era afeminado. Passei a ter vergonha do meu nome masculino. Meus colegas, um por um, começaram a se afastar de mim. As chacotas e as agressões começaram!” (Bento; Xavier; Sarat, 2020, p. 3).

Mais do que evidente, defende-se que as condições implicadas na transexualidade e travestilidade precisam ser consideradas em qualquer análise e em qualquer etapa da vida²⁴. Não existe o marcador temporal e nem idade própria para determinar ser ou não, entender-se ou não transexual ou travesti. Quem o faz, faz como exercício para atender as expectativas e justificativas credenciadas pela ciência, a partir de referências e critérios cisgêneros, biológicos, psicanalíticos, patológicos, entre outros. Como todas essas questões fogem do escopo deste trabalho, não é pretensão se debruçar sobre elas.

Tomemos a identidade travesti, que sempre foi carregada de orgulho, e não o contrário, pois não há “armário” que acomode a grandeza e a coragem dessa opção singular. Mesmo assim, emergem algumas questões: em que momento da história de suas vidas, as travestis e mulheres transexuais, antes do orgulho de assumir o que querem ser e são, como identidade política, escondiam-se e disfarçavam-se? Que evidências demarcam esse propósito?

No artigo de Oliveira e Barbosa (2022), o foco é detectar a violência LGBTfóbica e de que maneira ela se constrói na educação, em seus mais diversos aspectos e possibilidades. Nas considerações finais da pesquisa, os autores apontam um caminho possível no combate a LGBTfobia de modo geral, o que pode ser relacionado, de certa forma, com a transfobia, visto que se quer combater as desigualdades de gênero e sexualidade.

Evidencia-se, deste modo, a urgência da implementação de estudos e formação continuada para os profissionais da Educação nas áreas de gênero e sexualidade, pois a omissão tem sido cúmplice dos mecanismos de produção da LGBTfobia e os resultados estão, como observado ao longo deste artigo, sendo vivenciados por lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros e outras pessoas LGBTQ+ todos os dias (Oliveira; Barbosa, 2022, p. 59).

A aposta na formação continuada está presente no trabalho como uma possibilidade de construir um outro espaço de socialização em defesa dos direitos humanos e, principalmente, contra as violências naturalizadas por discentes ou docentes no espaço da escola. Essa formação busca proporcionar conhecimento e instruir uma postura capaz de dialogar diretamente com esse conhecimento e, assim, proporcionar práticas e situações de acolhimento. O mesmo pode ser encontrado no trabalho de Maria (2021), quando propõe que:

Precisamos favorecer que a educação sexual na escola aconteça de forma efetiva respeitando a diversidade sexual e de gênero; por isso, é necessário que

²⁴ A hipótese defendida é a de que a maior parte da população de mulheres transexuais e travestis, entre os 30 e 50 anos de idade, que lograram êxito em suas vidas, alcançando posto de trabalhos importantes, tiveram que fazer concessões e se subordinarem, adequando-se às regras, inclusive no ambiente escolar e familiar, como forma estratégica para sua emancipação, exceto em raríssimas exceções.

pensemos a princípio na formação de educadores, que os mesmos estejam abertos ao diálogo, à reflexão, à superação de preconceitos, que sejam pessoas comprometidas com a igualdade de Direitos e principalmente com a quebra de paradigmas (Maria, 2021, p. 10).

Pode se identificar que os quatro artigos analisados, por mais que apresentem diversas propostas no combate a transfobia ou a LGBTIfobia de forma geral, focalizam na comprovação da violência e da forma como ela está presente no espaço escolar. É possível dizer que as produções ainda direcionam sua atenção para comprovar que essa violência existe e que ela está matando de formas diversas as pessoas atingidas diretamente por ela. Mais do que denunciar a violência, é preciso anunciar novas possibilidades de combatê-la, repará-la e investir num caminho de inclusão para além dos caminhos superficiais que se apresentam, considerando também os contextos e as especificidades de cada local.

Por meio desta análise foi possível identificar que a produção sobre transfobia e educação ainda está focada em diagnosticar essa violência, o que gera automaticamente a necessidade de trabalhos que apontem para uma outra urgência: como combater a transfobia na educação após sua identificação?

4.5 Relação entre aspectos específicos e genéricos da violência de gênero: LGBTIfobia e transfobia

Esta categoria tem como objetivo apontar em que momento as pesquisas utilizam formas genéricas de termos e conceitos que, na verdade, poderiam estar mais bem definidos, o que pode levar ao esvaziamento de seu significado ou até mesmo se contrapor a ele. Muitos termos estão em disputa e ressignificação, no entanto, é preciso um cuidado epistemológico para lidar com a luta por trás de cada palavra e suas representações. Esta categoria é fundamentalmente importante porque é nela que são elaboradas as reflexões acerca da generalização das experiências e violência e de suas consequências práticas. Deseja-se expressar os desconfortos em relação ao tratamento, à linguagem dispensada à transfobia e à população de mulheres transexuais e travestis.

No artigo de Franco e Cicillini (2015), ao se referir à transfobia no espaço escolar, os autores escrevem que “poucas pessoas trans conseguem concluir os estudos elementares, restando-lhes a educação das ruas, da marginalidade e da prostituição” (Franco; Cicillini, 2015, p. 332-333). Fazem isso recorrendo a um documento oficial (Brasil, 2012). Pode-se observar, nesse trecho, o uso genérico de “pessoas trans”, visto que esse termo pretende abarcar toda uma comunidade que tem suas interseccionalidades e especificidades de experiências e

socializações. Esforçar-se para não delimitar fronteiras entre uma identidade e outra tem se tornado problemático, uma vez que as próprias experiências vividas impõem limites. As “pessoas trans” não estão nas ruas, na prostituição; as pessoas que estão nas ruas e que são brutalmente assassinadas são majoritariamente as travestis (a maior parte) e as mulheres transexuais; também não estão na escola e não são escolarizadas. Esse é um aspecto presente na literatura analisada que inviabiliza a compreensão relativa à realidade específica dessa população, refletindo-se a invisibilidade entendida como consequência da transfobia estrutural.

Percebe-se, portanto, que a não definição e o tratamento não especificado por meio do uso do termo “pessoas trans” indica a supressão do substantivo, restando apenas o prefixo para designar a categoria transgênero e mulheres transexuais. Observa-se as contradições quando os próprios autores propõem apresentar três categorias distintas (travestis, transexuais e transgênero), mas as tratando como se fossem uma coisa só. Outro aspecto que chama a atenção é o emprego do termo transexuais, no plural, englobando mulheres e homens, quando não se tem exatos os registros de homens trans (transexuais masculinos) vivendo a prostituição. Se existem é em pequeníssima escala, no entanto, necessita-se de dados para dimensionar a extensão do fenômeno.

No caso do artigo “Escola e infância: a transfobia rememorada”, Bento, Xavier e Sarat (2020), em nota de rodapé, utilizam o termo “pessoas transgêneras” para denominar travestis, transexuais, *crossdresser*, *drag queens*, *drag kings* e transformistas, baseado na identidade e na funcionalidade, segundo o ponto de vista de Jesus (2012). Segundo esta referida autora, a identidade de gênero das pessoas transgênero e cisgênero deveria ser decorrente do poder exclusivo dos indivíduos sobre os seus próprios corpos em interseção com as variadas identificações dos sujeitos realizadas por eles e por aqueles com quem se relacionam.

No Brasil, ainda não há consenso sobre o termo, vale ressaltar. Há quem se considere transgênero, como uma categoria à parte das pessoas travestis e transexuais. Existem ainda as pessoas que não se identificam com qualquer gênero, não há consenso quanto a como denominá-las. Alguns utilizam o termo *queer*, outros, a antiga denominação “andrógino”, ou reutilizam a palavra transgênero. Apresentarei um ponto de vista partilhado com alguns especialistas e militantes. Reconhecendo-se a diversidade de formas de viver o gênero, dois aspectos cabem na dimensão “transgênero” como expressões diferentes da condição trans; a vivência do gênero como: [...] 1. Identidade (o que caracteriza transexuais e travestis); OU como [...] 2. Funcionalidade (representado por *crossdresser*, *drag queens*, *drag kings* e transformistas) (Jesus, 2012, *apud* Bento; Xavier; Sarat, 2020, p. 3).

Como ativista e também pesquisadora da temática, em não havendo consenso, propõe-se distinções, como as tratadas na introdução deste trabalho. Para além das dimensões expostas,

existem questões teóricas, políticas, de visibilidade e de especificidades não ditas, que precisam de melhores contornos, especialmente para definir as distintas categorias, tanto do ponto de vista político, jurídico e educacional quanto do perceptivo, psicológico, da autodeterminação e da identificação.

A base não pode ser apenas os pressupostos atributos como inatos e/ou adquiridos, as referências cromossômicas, o determinismo biogênero, as práticas sexuais para se construir um significado para as identidades transexual e travesti. Para explicá-las, há de se presumir que são categorias múltiplas, não cabendo uma elaboração única ao modo dos conceitos “guarda-chuva”. É o caso do termo transgênero usado para nomear um conjunto amplo de uma categoria maior, indefinida, que não se adequa às formas clássicas definidas nas identidades que se constituem em conformidade à normatividade.

Nesse caso, há riscos que demarcam inclinação à banalização, tornando invisíveis as contradições, a condição peculiar de cada grupo ou pessoas, as singularidades das notáveis reivindicações da população de mulheres transexuais redesignadas. O mesmo pode ser dito relativamente às mulheres transexuais não redesignadas e às travestis, posto que existem implicações outras que merecem igualmente atenção por compreender a absoluta especificidade que compõe cada cultura, cada história, cada corpo, cada experiência consigo e com o outro, que traz os aspectos tensos e dicotômicos implicados na relação contínua de corpo e mente no processo de produção das identidades.

Seja como for, a corporeidade intui as possibilidades de mudanças, assimilando as contradições e a forma com que cada um vive sua relação com o mundo, de forma significativa. A consideração por esse aspecto poderia contribuir para desmistificar símbolos “científicos” do padrão dominante e das formas de viver o gênero. Para além disso, expõe o desafio que é compreender esse fenômeno fora racionalidade formal – aquela que não consegue enxergar que uma mesma situação pode ser composta por variáveis antagônicas e opostas, podendo produzir, igualmente, consequências que nem sempre vão na mesma direção. Enfim, apesar de tudo isso, não se pode desprezar que todo esse processo é de difícil compreensão, justamente porque sua base está no sofrimento e na dominação corporal.

A constituição desse tipo de racionalidade corpórea e material depende da sensibilidade, mas também das faculdades mentais, que não necessariamente se contrapõem, mas se conectam produzindo uma condição existencial. Se o indivíduo aprende com as experiências e é definido por meio dela, a integralidade corporal predica a superação dessa cisão, alimentando e renovando as capacidades cognitivas que, por sua vez, podem produzir outra consciência corporal. A identidade de gênero é parte essencial e constitutiva de uma experiência interior

profunda, particularmente vivida por cada pessoa “T”, que pode ou não manter a equivalência ao sexo designado no nascimento. Para Horkheimer e Adorno (1985), a profundidade interna do sujeito não consiste em nada mais senão a delicadeza e a riqueza com que ocorre a percepção do mundo externo.

Ainda que o processo de constituição da identidade e da relação com esta dimensão profunda aconteça de forma rica, permanece a condição do corpo dominado, ficando evidente as marcas das interdições, que sobrevivem mesmo com a superação da dominação inicial. Isso se verifica porque a base da civilização patriarcal impõe regras, sacrifícios, sofrimento e alienação: “a racionalidade ligada à dominação está ela própria na base do sofrimento” (Horkheimer; Adorno, 1985, p. 141).

Em relação a categoria “crianças e adolescentes transgênero”, utilizada por Bento, Xavier e Sarat (2020), não há critérios de distinção ou definição conceitual, do ponto de vista da objetividade, da sociabilidade e da existência dessas crianças e adolescentes transexuais e travestis nas instituições de ensino, exceto pelas formas como se identificam em relação à sexualidade e à genitália. Interpreta-se que se referem a essa categoria mais ampla e indefinida para abarcar maior variedade de situações, entretanto, considera-se que quando não temos dados sobre o registro de matrícula e nem o perfil definido de como se autoidentificam, talvez a ação mais honesta seja proceder a um estudo empírico e ao acompanhamento para saber quem são as crianças e adolescentes “transgênero” com matrícula efetiva em escolas regulares de ensino público, privado e confessional, bem como o número efetivo das mulheres transexuais e travestis. Muitas vezes o termo genérico para se referir a essas pessoas reproduz a invisibilidade, o que afeta objetivamente essa população.

Vale destacar que a definição do termo transgênero que inspira Bento, Xavier e Sarat (2020), de acordo com a análise realizada, refere-se às mulheres transgênero ou transexuais, apropriando-se do mesmo conceito para designar distintas categorias e identidades trans. Nesse aspecto, defronta-se como um problema, de acordo com as estatísticas e estudos acerca das populações de mulheres transexuais e travestis: elas não são escolarizadas e não estão nas escolas, portanto, não é possível tratarmos dessa população nesses espaços, quando majoritariamente elas não estão lá como sugere a palavra “transgênero”. Bento, Xavier e Sarat (2020, p. 3) se expressam nos seguintes termos:

Entendemos que um menino homossexual, por exemplo, se identifica e reivindica como menino; seu desejo e seu afeto se direcionam a outro menino e não a alguém do gênero oposto. Já uma menina transgênera, não se identifica com o gênero imposto a ela, de acordo com seu genital (pênis); ela foi designada menino, porém, se reconhece e se reivindica como menina. Tais

diferenças entre eles estão na maneira como cada um se identifica, e não em suas sexualidades.

Apesar do esforço de Bento, Xavier e Sarat (2020) em apresentar as diferenças nas formas de viver o gênero e como se constituem as distintas identidades, entendidas na manifestação do desejo e afeto, o que incomoda é que, ao tratá-las como distintas, o que de fato são, não as definem do ponto de vista político e da identidade de gênero feminino; inclusive a autoidentificação está para além da relação com a orientação sexual e genital, entretanto, a comparação é feita, conforme o disposto, com a homossexualidade.

Dessa perspectiva, Bento, Xavier e Sarat (2020) não descrevem os distintivos de diferenciação entre a homossexualidade e a transexualidade, ou seja, ambas foram classificadas como “tipo” de homossexualidade, noção que parece predominar na percepção corrente em relação à sigla LGBT+. Para ampliar a compreensão acerca desse entendimento, observa-se, a seguir, como as autoras tratam sexualidade e a orientação sexual:

Outro conceito fundamental, para continuar essa reflexão, diz respeito à orientação sexual que é parte do campo da sexualidade. Diz respeito a afeto, tesão, desejo, lugar para onde sua “bússola” aponta quando você pensa em alguém com quem poderia se envolver afetivo e sexualmente. [...] Jaqueline Jesus (2012:16) afirma que é atração afetivo-sexual por alguém. Sexualidade. Diferente do senso pessoal de pertencer a algum gênero. Os seres humanos podem se interessar pelo sexo oposto e serão heterossexuais. Agora se o interesse for por pessoas do mesmo sexo, serão homossexuais, ou ainda podem se interessar por ambos e serão bissexuais (Jesus, 2012, p.16 *apud* Bento; Xavier; Sarat, 2020, p. 8-9).

A pergunta que emerge quando se faz esse tipo de generalização é a seguinte: qual seria, então, a situação das mulheres transexuais e das travestis? Aqui não se analisa a experiência individual; ela conta significativamente, mas, por vezes, pode confundir a depender de outros aspectos não analisados da interseccionalidade e subjetividade implicados. A experiência individual pode ser destacada para representar e constituir a identidade coletiva e o contrário. Seja como for, é importante a definição do que são essas identidades (mulheres transexuais, travestis, mulheres transgêneras, mulher trans) a partir da autodeterminação e da autoidentificação. É importante conhecer quem são, como são e se podem ser heterossexuais, lésbicas, gays ou bissexuais. Caso contrário, há mais uma vez a invisibilização da existência de pessoas e de suas identidades que contrariam a normatividade do que é ser mulher, por exemplo, pois não se enquadram nos critérios e no contexto de análise generalizada das formas de existência divergentes e da violência a elas dirigida. As consequências dessa diluição, independentemente do quanto fortalece o conjunto dessas identidades, a rigor, podem reforçar

as severas formas de opressão, o que se reflete em um processo de conscientização acerca das diferenças que desconsidera as singularidades existenciais e culturais das mulheres transexuais redesignadas, por exemplo.

A hipótese aqui sustentada é a de que a maioria das mulheres transexuais redesignadas, com identidade de gênero feminino, manifesta orientação sexual heterossexual. Isso implica dizer que não podem ter uma outra orientação sexual, mas são exceção, devendo ser objeto de estudos a fim de conhecermos toda a riqueza e as nuances das formas de existência humana. Trata-se de uma armadilha normalizar discursos e debates em torno dessa temática, sem prever o que é e o que não é considerado na compreensão das diferentes formas de afeto, de existir e desejar, supostamente inerentes às homossexualidades e às transexualidades, desconsiderando a diversidade sexual e humana que caracteriza as mulheres transexuais e as travestis para além da referência do sexo genital e do gênero designado socialmente.

Oliveira e Barbosa (2022) descrevem a situação que expõe a concepção pessoal e social da identidade sexual de Mika presente em seu relato. Interessa para análise o seguinte excerto, que culmina em compreensões difusas ou confusas:

Além da situação de violência vivida dentro da escola, Mika explica como outras situações cotidianas também são violentas para ele. No dia da entrevista citada, conta que passou por uma revista policial, ressaltando que a situação é comum já que ele é um jovem negro. Relata que sempre que possível, nessas situações, ele e as outras pessoas presentes apressam-se em lhe identificar como mulher lésbica no intuito de evitar que a revista seja feita por um policial homem, mas que é frequente que escute dos policiais comentários como “pra sociedade é homem, mas na hora da revista é mulher, né?” (Oliveira; Barbosa, 2022, p. 40).

Nessa passagem, as autoras falam sobre situações diversas do cotidiano de Mika, decorrentes de sua decisão: “decidiu ser tratado no masculino por compreender que, na maior parte do tempo, sua expressão de gênero é assimilada pelos outros como masculina” (Oliveira; Barbosa, 2022, p. 40). Considera-se que há incompreensões relativas à descrição do posicionamento da entrevistada e a forma como é representada. Assim, não sabemos se as autoras se referem a estereótipos de gênero (lésbica masculinizada) ou a expressão de gênero masculina, expressas nas identidades dos homens trans, do transmasculino ou nas outras identidades trans masculinas e não binárias.

A própria resposta à abordagem policial reforça a imprecisão: “no intuito de evitar que a revista seja feita por um policial homem” a entrevistada recorre a uma espécie de disfarce. Não é definida se sua intenção é livrar-se da violência policial em virtude da sua orientação

sexual (mulher lésbica) e do contexto da violência homofóbica ou de esconder sua identidade de gênero masculino e se preservar da transfobia. Observa-se, nesse trecho, que há a definição expressa e estereotipada na fala do policial; a sua percepção contém todos os elementos do preconceito: “pra sociedade é homem, mas na hora da revista é mulher, né?” Em sua visão, sem conhecer Mika, vaticina que ela possui identidade masculina e essa parece ser a imagem social destacada pela autoridade policial, embora longe de ser respeitada. Tal percepção só é possível na medida em que a imagem concebida é determinada pela situação de violência já incorporada subjetivamente à experiência do algoz, mas, em certa medida, também da vítima.

Dessa maneira, considera-se perigoso difundir a ideia de que as identidades de gênero masculino (homens trans, transmasculinos, lésbicas masculinizadas, entre outras pessoas trans não binárias), utilizam-se dessa possibilidade de disfarce para obter benefícios: “parecer mulher” para não ser identificada e sofrer a violência. Não se contrapõe às declarações da entrevistada, que indicam as estratégias de sobrevivência as quais ela lança mão, entretanto, chama atenção os conteúdos do discurso, dos relatos, das descrições e interpretações presentes nos trechos selecionados. Há aspectos que inviabilizam a compreensão da experiência que constitui a identidade da população alvo da transfobia institucional e estrutural, que reforçam sua invisibilidade. O não compreendido em relação aos homens trans, transmasculinos e outras identidades trans não binárias é o que mais representa a realidade dessa população plural. Percebe-se, portanto, que não houve critérios discricionários por parte das autoras para representar nem o grupo alvo da homofobia (a lesbofobia), nem da transfobia.

Além dessa questão importante, o artigo de Oliveira e Barbosa (2022) apresenta os termos “travestis e pessoas trans” na perspectiva de desenvolver o conceito e tratar o processo de construção das subjetividades dessa população. As autoras recorrem às formas clássicas que determinam o que é ser homem e mulher para explicar o que são pessoas cisgênero e atribuir sentido ao conceito relativo a pessoas transgênero. Afirmam que “a cisnormatividade determina a obrigação de que mulheres serão aquelas nascidas com vaginas e homens aqueles nascidos com pênis” (Oliveira; Barbosa, 2022, p. 48). Sobre as travestis, nessa estrutura discursiva organizada para apresentá-las, recorrem a outro autor:

A caracterização de uma travesti apresenta formas variadas de expressão. [...] O seu processo de feminilização geralmente se inicia na adolescência, passa, na maioria das vezes, pela ingestão de hormônios e aplicação de silicone, sendo comum a afirmação de uma identidade feminina pela adoção de um nome, substituindo seu registro masculino (Loiola, 2009, *apud* Oliveira; Barbosa, 2022, p. 48).

Postula-se que os aspectos que definem essa população plural não se encontram arraigados a concepções limitadas, especialmente a genital. Essa também tem sido uma forma de produzir e reproduzir, no âmbito acadêmico, a violência transfóbica. De outra parte, nota-se a ausência da representação conceitual e de concepções sobre as pessoas transgênero. Insiste-se que a diferenciação se estabelece com base no modo como cada identidade se organiza e estrutura, institui-se e constitui não só fisiologicamente, mas também do ponto de vista social, político, cultural e psicológico. Não é confortável para essas pessoas a estrutura discursiva organizada que se apega a formas e definições rígidas, em geral, porque não se consegue explicar e justificar a fuga de tal determinação de gênero. A existência dessa população é dinâmica, contendo, nesse processo, características e direções próprias e não redutíveis a preconceções.

Não se nega a existência de barreiras físicas, simbólicas e reais que levam à introjeção do enquadramento social e impedem a fuga do padrão normativo de gênero, mesmo ante seu não reconhecimento. O que se quer enfatizar é o que o processo de feminilização e/ou masculinização envolve questões de identificação consigo mesmo, mas também envolve fatores externos. No caso das mulheres transexuais, travestis e transgênero, há outras situações e subordinações, muitas vezes indesejáveis, que dificultam o respeito e reconhecimento. Tudo isso pode influir na autoidentificação e autodeclaração.

Quando uma identidade é afirmada e comunicada, existem barreiras que dificultam a compreensão tal qual declarada. A rigor, são interdições, pois as alterações que fogem à normatividade são negadas. Assim, ser transexual, travesti ou outras identidades “T” exige uma batalha constante por reconhecimento. A construção de cada identidade é condicionada por diferentes fatores de ordem moral, política e social, que definem o convencional e o quanto, em cada sociedade, é permitido de fuga do padrão. O problema é que as alterações corporais e de identidade, por mais subjetivas que possam ser e decorrentes da experiência individual, estão submetidas, às vezes mais, às vezes menos, à perspectiva dominante do que é ser homem e mulher, o que influencia a direção e o lugar (ou o não lugar) dessas pessoas na sociedade.

Se as identidades “T” se manifestarem com traços convencionados como masculinos, automaticamente serão enquadradas e lidas dessa perspectiva normativa (genital) masculinizada. Por exemplo, as mulheres transexuais redesignadas não nascem com genitália feminina, mas a constituem; e isso, inclusive, é apenas um aspecto que compõe a sua pessoa, não as definindo por completo. No entanto, é a aparência o que continuará contando para aqueles que não conseguem reconhecer outras possibilidades de construção da identidade de gênero. Mais uma vez, temos reforçado o preconceito e a violência. Seja como for, a identidade

de gênero feminina dessa população está para além desta determinação, do corpo sexuado e da cirurgia de redesignação sexual; temos um componente da subjetividade e da experiência que produzem feminilidade, mulheridade e o ser mulher que passa bem longe da determinação biológica. Entretanto, no imaginário social, é comum afirmar tal determinação como fator predominante para invalidar as experiências dessas mulheres. De certa forma, o mesmo acontece nos discursos produzidos no mundo acadêmico: a autoimagem e a subjetividade são eliminadas e depuradas; em seu lugar fica a abstração genérica e qualquer traço aparente é tomado para estereotipar negativamente quem não se encaixa na normatividade.

Para Bento (2017), os conflitos com o corpo são precedidos de uma etapa anterior. Em geral, têm início na infância, quando os e as transexuais, ainda crianças, são obrigados a se vestir e a se comportar de acordo com o que se supõe ser o natural para o seu corpo.

A relação não é “tenho um/a pênis/ vagina, por isso não posso usar calça/vestido”, mas “quero usar um/a vestido/ calça. Por que não posso?” Desta forma, a estética dos gêneros assume um papel importante na explicação dos conflitos. Seja quando relatam suas infâncias (momento em que surgem os primeiros sinais de insatisfação com o gênero imposto), ou quando tentam se inserir e serem reconhecidos como membros legítimos do gênero identificado, a importância da estética emerge com considerável frequência em suas narrativas (Bento, 2017, p. 19-20).

Dessa maneira, no que tange às categorias “transgênero” e “pessoas trans”, em Oliveira e Barbosa (2022) a indefinição e imprecisão resvala a um outro problema genérico. Ao apresentá-las associadas à definição conceitual da categoria oposta, pessoas cisgênero, expõem o determinismo biogênero e genital que utilizam para se referir a essas pessoas, quer dizer, ainda que de um modo respeitoso, adotam a mesma perspectiva de que quem nasce com pênis é homem e quem nasce com vagina é mulher, a presunção heteronormativa.

O grande desafio está em romper com essa lógica, se a intenção for de fato reconhecer outras possibilidades de se conceber a identidade de gênero. Trata-se de esforço que requer, sobretudo, a descrição objetiva e honesta e a sensibilidade apurada, de modo que essa categoria de pessoas seja representada e tenha definido um lugar social em conformidade com seus desejos, disposições e inclinações. Do contrário, teremos a reprodução de uma construção baseada em noções deterministas e concepções uniformizadoras, corolárias do colonialismo patriarcal, cultural e estético e da standardização capitalista, que interpretam o contexto social desprezando as singularidades e negando outras experiências, conseqüentemente, sendo incapazes de nomeá-las; isso inclui as mulheres transexuais e travestis.

Em um país diverso e com grande extensão territorial como o Brasil, obviamente, em

termos de condições materiais e de oportunidades, viver essas identidades e experiências pode apresentar diferenças significativas. Em cidades grandes e desenvolvidas há uma realidade; em cidades pobres e pequenas há outra. Quem é considerado diferente em um lugar também é considerado no outro, no entanto, a probabilidade de encontrar uma posição social, abrigo e proteção contra a violência é maior em localidades com maior estrutura no que diz respeito aos serviços públicos. Mostra disso é a maior possibilidade de as mulheres transexuais e travestis usufruírem da educação, ainda que isso não seja garantia de estarem livres da violência. Seja como for, em ambos os lugares permanece a invisibilidade, seja pela negação ou não reconhecimento, seja pela repressão violenta.

O que determina, autoriza ou legitima as experiências e identidades de gênero feminino divergentes não são narrativas ou discursos acadêmicos que reduzem e reproduzem uma à outra – embora contribuam para isso –, mas a materialidade da existência em um contexto singular de realidade, o que inclui as condições de vida e o acesso ou não à educação, trabalho, moradia, lazer e saúde. A difusão dos discursos normativos (clínicos, médicos e científicos) que reforçam estereótipos e preconceitos é parte integrante de um complexo de violência, pois denota a estratégia de produção de uma visão universalista e histórica única, que iguala todas as formas de opressão e a luta contra elas. No entanto, como é possível depreender, as condições de enfrentamento da violência e de afirmação das identidades que variam conforme as circunstâncias nas quais os indivíduos vivem e sofrem. Se é assim, a produção acadêmica deveria refletir toda a complexidade social que envolve a vida das mulheres transexuais e travestis, o que poderia proporcionar maior conhecimento sobre a transfobia.

O problema, conforme o que aqui é apresentado, está em antes mostrar o que caracteriza o processo de construção da feminilização e constituição das identidades “travestis e pessoas trans”, de maneira objetiva, visto que não possuem o órgão genital feminino. Apesar de anunciar que as travestis apresentam “formas variadas dessa expressão”, ancoradas na obra de Loiola (2009), não foi expressa e suficientemente exposta a diferenciação e a variação envolvida nas subjetividades e nas maneiras de viver o gênero feminino dessa população.

Apesar da tentativa superficial de desconstruir a ideia de homem e mulher como dado natural (biogênero), em relação às diferentes subjetividades presentes na população aqui considerada, não foram apresentadas críticas mais contundentes. Dessa forma, o emprego do termo genérico “pessoas transgênero” ou “trans” tem como intenção incorporar um número indefinido de identidades plurais e não compatibilizadas às formas clássicas (mulheres transexuais e travestis), tal como nomeadas nos manuais de diagnósticos. No entanto, tal fórmula pode gerar equívocos, uma vez que essa maneira ampliada reconhece os fatores

dinâmicos implicados na produção de identidades, mas pode ser também responsável por promover a invisibilidade e, conseqüentemente, contribuir para a transfobia estrutural.

Não se pretende estipular traços, características e padrões determinantes à população transgênero que a defina relativamente a outras identidades (mulheres transexuais e travestis), ao contrário, considera-se essencial o duplo movimento: distinguir as singularidades de cada experiência e modo de ser em relação a gênero e sexualidade e, ao mesmo tempo, não perder de vista os aspectos de que produzem a interseccionalidade. Chama-se a atenção para os discursos que atenuam e relativizam as peculiaridades, principalmente remetendo ao contexto genérico da violência a qual todas essas identidades estão submetidas. Nesse caso, os conceitos aglutinadores tendem a ser esvaziados de conteúdo social, político e existencial.

Nesse sentido, destaque-se uma questão a respeito da hormonoterapia, presente no trabalho de Oliveira e Barbosa (2022), cujo referência é Preciado (2002). As autoras se posicionam assim em relação ao contexto médico farmacêutico dos hormônios sexuais, responsáveis por alterações no processo de construção das diferentes subjetividades das “travestis e pessoas trans”:

A este respeito é relevante a afirmação de Preciado (2002) de que substâncias que são naturalmente manipuladas e utilizadas nos contextos médico-farmacêutico, inclusive hormônios sexuais, precisam ser compreendidas como drogas político-sociais que têm efeitos sobre os corpos de todos os indivíduos – inclusive os cis-hétero – provocando e produzindo alterações em seus comportamentos, libidos e corpos. [...] Compreende-se, pois, que o processo da construção das diferentes subjetividades de travestis e pessoas trans envolve, muitas vezes, mas não necessariamente, tratamentos hormonais, terapêuticos e cirurgias plásticas, incluindo implantes de silicone, mastectomia e redesignação sexual (Oliveira e Barbosa, 2022, p. 48-49).

É relevante afirmar que aquilo que é essencial para as populações de mulheres transexuais e travestis pode não ser para a categoria de “pessoas trans”. Esse fato precisa de compreensão. Sobre os processos denominados de transição, quando ocorrem tardiamente, oferecem conseqüências indesejáveis ao corpo que não foi submetido ao processo de bloqueio hormonal em momento anterior, em geral, na adolescência. Trata-se de processos que retardam ou eliminam as características, o que pode contribuir positivamente para a afirmação da identidade. Seja como for, o corpo construído das mulheres transexuais e travestis tem sido sua única ferramenta política, possibilitando meio de subsistência e de resistência. Por isso, negar acesso aos *processos de transição* e ao conhecimento sobre àqueles e àquelas que buscam alterações corporais é mais uma faceta da violência e da transfobia. Resta dizer que, quando isso acontece, abre-se a brecha aos métodos e técnicas clandestinos, como a utilização do

silicone industrial para modificar o corpo, assim como a prostituição e exploração sexual das pessoas que só desejam ser conforme suas inclinações e disposições e só querem o reconhecimento de suas identidades. A necessidade de sobrevivência e a violência estrutural a que estão submetidas as mulheres transexuais e travestis, nesse caso, acentua os riscos à vida e a falta de oportunidades para essa população.

Ainda sobre os aspectos não apreendidos pela generalização dos termos empregados para se referir às distintas identidades de gênero, a população específica das mulheres transexuais e travestis não tem representada sua realidade plural. As mulheres transexuais redesignadas necessitam do estrogênio e de acompanhamento especializado, justamente em virtude da ausência de certos hormônios no organismo. E isso não é opcional para que a feminilização aconteça, mas necessário, uma vez que somente assim é possível a modulação hormonal e equilíbrio corporal. Enfim, esses fatores são responsáveis por eliminar ou atenuar os traços e as características indesejáveis e proporciona o controle das alterações de comportamento e libido. Por isso, é vital a utilização e o acompanhamento hormonal.

O emprego genérico dos termos para se referir a toda essa pluralidade nega – ou pelo menos oculta – a existência, a experiência, as necessidades e as reivindicações dessas categorias representadas pela letra “T” (mulheres transexuais, travestis, homens trans etc.). É perigoso introduzir um discurso com elementos generalizantes sem pensar nas consequências. Se desejamos, como sociedade, uma situação em que a democracia e inclusão de fato se realize, faz-se necessário o reconhecimento das nuances, sem que isso implique em negar as intersecções essenciais. Sem isso, as políticas públicas, que são objetos de disputa e existem em razão de produzir igualdade, serão sempre parciais e incompletas. Cabe lembrar que as populações a serem alcançadas por estas políticas são majoritariamente pobres e oficialmente desempregadas e sem oportunidades.

Evidentemente não se negligencia a influência do capitalismo no condicionamento dessa problemática na realidade e de toda a organização social, que converge para manter os paradigmas normativos estabelecidos intactos. Por isso, a luta política é muito mais complexa do que aparenta. Embora a busca seja por certo equilíbrio, ao mesmo tempo os processos políticos de diferenciação têm efeitos que promovem o desequilíbrio e as desigualdades sociais. Por exemplo, é preciso romper com o colonialismo ainda presente nas políticas públicas, que impõe uma estrutura que favorece a interiorização da experiência da “racialização”²⁵ e da

²⁵ A maioria das mulheres transexuais e travestis que se beneficiariam de políticas públicas e sociais promotoras da igualdade e da democracia de oportunidades são pobres e negras.

normatividade de gênero. Suas influências são percebidas nos discursos produzidos como um conjunto de conhecimentos que vão estabelecer-se em torno da referência e do processo seletivo, classificador e excludente de corporificação e generificação. Seria impensável descrever qualquer experiência humana fora dessa relação entre a objetividade e a subjetividade. Portanto, as políticas públicas e a luta pela promoção da democracia deveriam estar assentadas nesse princípio. Isso vale para os critérios e a linguagem científica que nomeia as experiências, visando estabelecer a verdade, muitas vezes, pelo esforço de fazer prevalecer teorias centradas no conhecimento que apenas atualizam e reproduzem a visão estreita acerca de gênero e sexualidade (natureza e biogênero definindo o que é ser homem e mulher).

Interessa pensar que o processo de construção e desconstrução de identidades é integrado às condições objetivas favoráveis ou desfavoráveis que determinam o lugar e o não lugar dessas experiências e as possibilidades de aceitação. Sendo nomeado diferente, em função de regras e regulamentos, hierarquias, normas e interdições, corpos na sua objetividade concreta e na sua subjetividade, tem sua existência diretamente associada a essas condições. A depender do que está em jogo, tudo isso pode produzir a desintegração das diferentes experiências e identidades individuais e coletivas, especialmente as representadas na letra “T”.

Postula-se que, apesar dos avanços, esses grupos ainda são enxergados com preconceito, pois predomina o que a grande maioria da sociedade impõe, inspirada e baseada na matriz cishegemônica heterossexista. Não se admite uma dimensão social e cultural ampliada, com “novos” modos de expressão feminina, o que inclui identidades de gênero constituídas nas relações plurais, complexas e transgressoras de sociabilidade. Pode-se afirmar que não se sustenta na realidade a noção de que “a sociedade se divide em corpos-homens e corpos-mulheres, aqueles que não apresentam essa correspondência fundante tendem a estar fora da categoria do humano” (Bento, 2017, p. 20).

Reduzir a história aos mecanismos econômicos apartados dos valores ideológicos que afetam as individualidades não é uma alternativa segura, pois tende a fragmentar a luta política, uma vez que isola os fatores de ordem material dos fatores culturais e identitários. Isso somente favorece os interesses corporativos de categorias melhor representadas na distribuição de poder, mesmo sendo as que menos necessitem desse alcance, posto que suas experiências já são reconhecidas e aceitas, ainda que a rigor também sofram com as interdições e com a normatividade que nega a espontaneidade e a riqueza da diversidade humana.

A pluralidade das experiências e das identidades transexuais mostra a necessidade de problematizar as referências acerca da representação, das compreensões e do exame das contradições, especialmente quanto à ideia de que existe um referencial único para conceber

gênero e sexualidade, masculino e o feminino, e, ao mesmo tempo, que se lute contra as relações de poder, aí, implicadas.

[...] O fato de se sugerir pontos de convergência entre uma narrativa e outra, não é suficiente para se concluir que haja um núcleo central de representação sobre o masculino e o feminino compartilhado exclusivamente e da mesma maneira por aqueles que vivem a experiência transexual (Bento, 2017, p. 29).

A propósito, no trabalho de Maria (2021, p. 4) aparece a informação de que a “homofobia, nas escolas, atinge com maior violência e crueldade principalmente travestis e transexuais que vivem um completo sentimento de exclusão e estigmatização”. Aqui, é possível identificar mais um exemplo do tratamento genérico a que a transfobia está submetida nos trabalhos analisados. A homofobia se refere diretamente ao preconceito e discriminação enfrentados pela orientação sexual, o que recai sobre homossexuais, bissexuais ou pansexuais. Não existe correspondência direta entre homofobia ou transfobia, visto que o que é enfrentado pelas travestis, transexuais e pessoas transgênero está para além da sua sexualidade e orientação, embora isso possa motivar a violência, a depender do caso; trata-se de compreender que é a identidade de gênero construída e assumida que provoca o ódio, a violência, a negação daqueles que não aceitam a existências de manifestações divergentes de feminino. É isso que a transfobia expressa.

As diversas generalizações encontradas nos artigos, que confundem a transfobia com a homofobia, são reflexos diretos do não aprofundamento da análise e da necessidade de fazê-lo. Não é benéfico para pesquisas que se propõem a trabalhar diretamente com mulheres transexuais e travestis não imergir com profundidade na violência específica a qual estão sujeitas diretamente. Além dessa confusão ocasionada pelo tratamento genérico, ainda existe a falta de compreensão sobre a complexidade do conceito de transfobia e sobre a forma que esse se materializa na vida dessa população. Por mais que os artigos elaborem propostas de combate a este tipo de violência e proponham ações educativas e políticas, verifica-se a necessidade de mais investigações, pois o tratamento dado tende a ofuscar singularidades decisivas do processo de formação das identidades, podendo, muitas vezes, estimular aquilo que se quer combater, a falta de informação, a pobreza na elaboração teórica, o desprezo pela reparação histórica e pelo conhecimento acerca do tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A narração não visa, como a informação, a comunicar o puro em-si do acontecido, mas o incorpora na vida do relator, para proporcioná-lo, como experiência, aos que escutam. Assim, no narrador, fica a marca do narrador, com a impressão da mão do oleiro sobre o pote de argila.

Walter Benjamin

"A vida começa quando a violência acaba"

Maria da Penha

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as especificidades no que tange o tratamento dado às identidades de gênero femininas, expressas na experiência das mulheres transexuais e travestis, de modo a destacar fatores e aspectos que as distinguem do preconceito generalizado (a homofobia) direcionado a toda população LGBTI+. Para isso e por óbvio, delimitou-se à transfobia e, conseqüentemente, às populações de mulheres transexuais e travestis, visto que são as mais impactadas social, político e psicologicamente por esse tipo de violência, segundo os dados das fontes analisadas. Dessa maneira, para alcançar esse objetivo, optou-se por realizar uma pesquisa qualitativa de caráter analítico descritivo, que se utiliza de fontes bibliográficas e documentais como sustentação das análises. Portanto, foram selecionados como fonte quatro artigos científicos, que tratam sobre a transfobia na educação, definidos como objetos centrais, dialogando com documentos e relatórios de pesquisas oficiais, já públicos.

Para a coleta dos dados e informações (fontes), optou-se pela plataforma de periódicos da CAPES, compreendido o período de 2012 a 2022, início que demarca essa discussão de forma mais ampla no Brasil até a atualidade. Foram adotadas as contribuições teóricas da Teoria Crítica da Sociedade, principalmente pautada na primeira geração, as quais subsidiaram o entendimento da construção social da violência. Houve contribuições de outro(a)s autores(as) para a análise e compreensão do preconceito e da violência de gênero, e, por conseguinte, da transfobia. No que tange os procedimentos de análise, adotou-se o método de fichamento nos moldes definidos por Severino (1976), a fim de selecionar as partes mais relevantes das obras escolhidas como fonte, de acordo com os critérios e o objetivos estabelecidos para o problema desta pesquisa, que é: analisar como a transfobia é tratada e analisada na produção acadêmica, considerando o modo como tal produção retrata a existência desse fenômeno na escola e na educação. Dessa maneira, foram desenvolvidos cinco eixos de análise, interligados no fichamento, para a sistematização e organização de todo o material coletado. Esta forma de estruturação possibilitou relacionar os

trabalhos analisados com os dados empíricos da realidade social da população alvo desta investigação.

No campo mais específico para análise, ao fazer as escolhas sobre este objeto em tela – a transfobia – foi possível perceber que a maior parte das produções acadêmicas estão voltadas para examinar a homofobia enquanto uma violência LGBTI+ generalizada, como um fator que aprofunda ainda mais a carência ou escassez de dados estatísticos (oficiais) e indicadores que estabelecem o traço genuíno da transfobia, especialmente das formas como ela acontece e é enfrentada no ambiente escolar. Evidencia-se, nesta pesquisa, que há poucos estudos que se debruçam de forma aprofundada sobre a especificidade da violência. Como já afirmado em diversas passagens desta dissertação, as diversas generalizações encontradas nas fontes confundem a transfobia com a homofobia, difundindo a ideia de que a primeira é complemento da última.

Contudo, é fundamental afirmar que em todas as fontes analisadas, de alguma maneira, encontram-se vestígios de denúncias a respeito das violações de direito e da violência, indicando que a transfobia é a principal responsável pela "evasão escolar" (essa expressão bastante difundida nesses estudos) da população de mulheres transexuais e travestis. É interessante ressaltar que nessas pesquisas analisadas não existe um padrão definido para se referir ao distanciamento (ausência) da escola. Há várias denominações que compreendem e/ou representam esse movimento de ruptura no processo de escolarização, como: a exclusão, a expulsão compulsória ou involuntária etc. Em síntese, não há informações concretas que respondam ou correspondam à realidade vivida por essas populações, principalmente e sobretudo, como acontecem o processo de escolarização e os distanciamentos das instituições de ensino público, exceto pela hostilidade do ambiente. Quanto a essa questão, verifica-se que não existe acompanhamento (registro) específico (intra e extra) institucional dos números a esse respeito. Observa-se, nessa constatação, que é preciso falar sobre a ausência da experiência dessa população no contexto escolar, e o que impossibilita a trajetória regular de escolarização, que afeta todas as fases da vida, da infância à fase adulta, sem desconsiderar a necessidade de acompanhamento efetivo e a responsabilidade com a formação ampla e irrestrita.

No que se refere às hipóteses desta pesquisa, uma questão fundamental é relativa à experiência dessas mulheres expostas a violência genérica (*bullying* e homofobia) na escola. A invisibilidade da identidade de gênero feminino da população de mulheres transexuais e travestis tem-se revelado como o diagnóstico preciso que demarca a negação dessas identidades plurais, nesses espaços, seja pela ausência, seja pela constante indefinição nas formas de representá-las nas descrições. A transfobia leva à violência e as descrições também. Mais do que evidente, é a

barbárie cometida contra essa população, fruto do ódio e da aversão ao feminino, herança da cultura do patriarcado e da visão de mundo burguês que é representada pela cultura dominante.

Nesse sentido, a predominância do emprego de termos genéricos e do caráter epistêmico indefinido do tipo de situação investigada abrigados debaixo do mesmo conceito guarda-chuva, baseados em noções de unidade ou uniformidade, são responsáveis pelo apagamento e a persistência da invisibilidade, trazendo a urgência de debates acerca desses critérios, principalmente para os pesquisadores que defendem essa temática e a categoria suprimida (apagada), como é o meu caso. Observa-se a contínua difusão e a valorização de estudos sobre a violência por orientação sexual e sobre os aspectos dos estereótipos de gênero masculino e feminino.

Toma-se, como exemplo, a pesquisa do CEDEC (2021) – "mapeamento de pessoas trans no município de São Paulo", um estudo inédito e importantíssimo que sistematiza um conjunto de informações acerca dessas populações na maior e mais rica cidade do país. "O estudo procurou responder a questões como: quão diversificada é a população trans, distinta por marcadores raciais, de classe social, geracionais e religiosos". Logo na introdução, o emprego do termo "trans" é usado para se referir a "um grupo diversificado de pessoas, cujas identidades de gênero diferem em graus e expressões diversas do sexo em que foram designadas ao nascer". Esta abordagem está pautada nos Princípios de Yogyakarta (2007). No terceiro parágrafo, faz menção aos dados da Associação Nacional das Travestis e Transexuais - ANTRA para justificar a incidência (2,0%) populacional que integra a categoria "trans" no Brasil. Nesse mesmo parágrafo afirma: "excluída, até então, dos censos populacionais"(p.8).

No primeiro parágrafo da página seguinte, recorre-se mais uma vez aos dados que representam o perfil das "pessoas trans" assassinadas, "de acordo com o último dossiê ANTRA (2019): ocorreram no Brasil 124 assassinatos de "pessoas trans", sendo 121 travestis e mulheres transexuais e 3 homens trans (p.9)". Ao incluir as travestis e "mulheres trans" numa categoria única e separar homens trans em outra, subentende-se que a demarcação ocorre pela incidência dos homens trans nos índices de assassinatos. No que tange às questões relacionadas ao perfil, há neste documento a classificação das vítimas, que são: "pessoas transexuais"; jovens - idade média de 15 a 29 anos (59,2%); grupo étnico - (82%) preto e pardo; a incidência das mulheres transexuais e travestis como profissional do sexo (67%). O parágrafo conclui dizendo: "que são as "pessoas trans" mais expostas aos atos de violência e sujeitas aos estigmas impostos pelos processos de marginalização (ANTRA, 2020, p. 9).

Conforme o diagnóstico, compreende-se que a população das travestis foi condensada no percentual das "pessoas transexuais" que, em tese, nesse estudo, assim como é em outros,

funde-se a uma única categoria – "mulher trans", e revela-se como um prefixo ou sinônimo no *hall* da transexualidade. Poder-se-á partir dessa constatação para pensar nas interferências discursivas que colocam em risco uma série de questões complexas, sem aprofundar-se ao significado de pluralidade compreendido para estas distintas populações, em que o próprio estudo se propõe. Por isso é necessário situar na abordagem a justificação fundamental desta unidade acerca da formulação. Cumpre observar que todos esses elementos confundem até mesmo a leitura analítica, a medida em que as condições de generalidade permeiam tal debate.

Trata-se, pois, de observar no que consiste os resultados. Neste estudo CEDEC (2021), por exemplo, no que se referem aos indicadores que representam a vida escolar – o nível de escolaridade relacionado a identidade de gênero, dessa tal "população trans" – entrevistada, observa-se que o percentual de 29% corresponde ao índice das travestis que possuem até o ensino fundamental I completo; e 21% o índice da "mulher trans". Já no item que trata do ensino fundamental completo, o mesmo critério, o percentual que representa o índice das travestis que completaram esta etapa da educação diminuiu para 26%, a "mulher trans" manteve o mesmo (21%) percentual. Em se tratando do ensino médio, o índice das travestis que concluíram esta etapa subiu significativamente, apresentando um índice de 39%. A "mulher trans" tem o índice de 48%. No quesito que investiga o índice no ensino superior completo, as travestis apresentam um percentual de 7% e a "mulher trans" 9%. A categoria das travestis aparece em todos esses índices de escolaridade, inclusive com um percentual que representa um índice acima da denominada "mulher trans", exceto na última etapa que compõe a educação básica. Nessa lógica, a nossa compreensão, portanto, de um ponto importante a ser destacado é que entre as etapas que compõem a educação básica e os ciclos (fundamental para o médio) de transição, identifica-se que há uma brusca mudança no índice percentual em relação às distintas categorias. Não se identificou como isso acontece e o que significa. Em tese, essa disparidade percentual de 21% (EF) para 48% (EM) da incidência da "mulher trans" entre as etapas, é que para a continuidade e a conclusão da etapa posterior (EM) desta escolaridade, predica a regularidade dessa etapa (EF) anterior (p.23-24). Por fim, questiona-se em que condições ela conclui o ensino médio sem o registro de incidência e regularidade no ensino fundamental?

Nesta pesquisa (p.19) também, no campo – Perfil sociodemográfico, foi encontrado um gráfico circular, no qual são atribuídas categorias distintas em relação à identidade de gênero. O gráfico mostra que, de um total de 1.788 "pessoas trans" entrevistadas, 6% correspondem à categoria não binária; 23% à categoria das travestis; 48% à categoria "mulher trans"; 23% à categoria homens trans. Como pesquisadora de posse desses dados e indicadores, como proceder para identificar a incidência que indica os níveis de escolaridade da população de mulheres

transexuais e das pessoas transgênero nessa pesquisa, ou automaticamente uma se converte na outra? E como é possível construir o perfil sociodemográfico (condições de vida) a partir desses dados de pesquisa, e não exclusivamente deste estudo, que me afastam do referencial (o objeto alvo) de interesse em pesquisar?

Convém observar que no terceiro parágrafo (p. 23), 48% representam o perfil (escolaridade) da categoria "mulheres trans", grupo que possui ensino médio completo (que é ideal) na cidade de São Paulo. De acordo com esse estudo, mais da metade (51%) da população entrevistada conclui o ensino médio. Do ponto de vista da pesquisa, como educadora e pesquisadora, pensando na delicadeza que é esta temática, para não divergir, interpreta-se que talvez, poder-se-á tomar a interpretação de uma "nova categoria" analítica (à medida que nesses dados revela-se a ascensão) privilegiada, por sinal, se comparada a outras tantas, que apresentam incidência inferior para os níveis de escolaridade em relação a essa categoria universal – "mulher trans", apenas 21% possui apenas até o ensino fundamental I completo; Isso sem falar, nas mulheres que tem incompleto ou até mesmo as que não foram alfabetizadas, ou elas não existem? Como pensar na vida dessa população a partir desta lente de compreensão?

O Brasil segue, segundo o IBGE (2022), com altas taxas de analfabetismo, mesmo tendo recuado de 6,1% para 5,6%. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua – PNAD, em relação à educação, pela primeira vez a população brasileira (53,2%) entre a faixa de 25 anos ou mais, conseguiu concluir o ensino médio, etapa que compõe a educação básica. E a taxa de escolarização das pessoas entre 15 e 17 anos no Brasil, subiu de 89,0% em 2019 para 92,2%. Por isso, intenta-se saber e submeter-se a esta leitura e análises, por que há nessa categoria – "mulher trans" – melhores condições apresentadas a perspectivas de vida e de escolaridade em relação às categorias (mulheres transexuais e travestis) que se encontram em regime de prostituição e exploração sexual de acordo com esses mesmos estudos. Afinal, elas estão ou não dentro das escolas? Se elas não estão na escola regular (educação básica), como alcançam o ensino superior? Quem (as) se define como essa categoria, qual é esse retrato?

Por isso é interessante pensar no perfil e a indefinição dessa denominada "mulher trans" ou "mulher transgênera", pois essas nomenclaturas provocam a obliteração ora da mulher transexual, e ora das travestis, ou até a diluição uma na outra. Esses fatores são constatados regularmente nas pesquisas, como é o caso de uma utilizada neste estudo como fonte: "poucas pessoas trans conseguem concluir os estudos elementares" (Franco e Cicillini, 2015, p.332-333). Para dialogar com essa afirmação, dada a incompreensão, retoma-se à pesquisa do CEDEC (2021), que ao tratar dos indicadores que representam os níveis de escolaridade por identidade

de gênero, informa que 64% dos homens trans e 68% não binários concluíram o ensino médio. Em relação a esses dados e as diferenças verificadas, é interessante observar que esse resultado corresponde às distintas categorias "pessoas trans", que concluíram o ensino médio (p.24), e esse percentual inclusive, por óbvio, está acima da média nacional segundo os dados do PNAD (2022). Para completar as minhas alegações sobre os dados de pesquisa, somente 5% dos homens trans e 2% dos não binários possuem até o ensino fundamental I completo. Ou seja, se compararmos esses índices que representam o quadro das travestis e da denominada "mulher trans" é bem destoante. Fatidicamente, não há dados e informações sobre o contexto sociodemográfico também da população de mulheres transexuais redesignadas e intersexos.

Nesse sentido, essa invisibilidade pode ser causada pela obliteração ou redução a uma única categoria (analítica) resultado das formas de tomar uma categoria pela outra, principalmente e não exclusivamente, pela descrição dessas populações distintas e plurais, expostas a concepções homogeneizadoras e parâmetros normativos, a persistência homofóbica com uma espécie de violência impessoal, como destacado nas fontes analisadas. É de se notar principalmente que a problemática gira em torno da perspectiva e abordagem do preconceito generalizado adotado nas pesquisas. Estas considerações neste estudo têm por finalidade destacar o que envolve esses processos complexos, de difícil compreensão, seja nos dados, na maneira de identificação nas entrevistas ou nas formas de diferenciar, pois isso tem se tornando uma questão problemática para quem analisa.

Finalmente, destaca-se na pesquisa CEDEC (2021) o percentual elevado que representa a presença dessa "mulher trans" 34%, e as travestis 46% na prostituição, respectivamente. As entrevistadas declaram ser profissionais do sexo, acompanhantes e garotas de programa (p. 34). Todavia, no item que trata das ocupações secundárias de trabalho da "população trans", o percentual aponta o índice de 24% das travestis, 32% mulher trans e 0% homens trans, 5% não binária, como atividade secundária, são garotas de programa. Quando se trata do questionamento sobre a frequência com que se prostituem, cerca de 27% das travestis e 39% das "mulher trans" afirmam *nunca* ter se prostituído (CEDEC, 2021, p.39).

Destaca-se a necessidade de manter atenção sobre todos esses os aspectos, ao requerer a universalidade para tratar ou designar identidades distintas e indistintas, assim como observadas nas fontes destas pesquisas, sobretudo porque são responsáveis por influenciar outras pesquisas, documentos e manuais etc. Essa difusão provoca o apagamento das distintas identidades (categorias) de gênero feminino – mulheres transexuais – travestis – transgênero "mulher trans". Interessa pensar: é verdade (dado) que existem mais “mulheres trans” do que travestis? Outro ponto: o que estaria por trás da concepção que não as reconhece nas primeiras fases da

vida, posto que elas não são descritas assim, e a transgeneridade é esta fase contida nessa etapa, e que ser mulheres transexuais e travestis são destino da fase que compreende a juventude e a fase adulta?

Esse é o caso da segunda fonte, que utiliza termos e expressões genéricas, como "crianças e adolescentes transgênero". Interessa registrar que essa fonte trata dessa temática na infância a partir da memória, não faz menção à idade das entrevistadas. Não há por parte da pesquisadora a pretensão negativa dessas experiências no ambiente escolar, ao contrário. Aliás esta dissertação, em seu texto introdutório, inicia-se destacando essa questão (uma criança/adolescente – homem trans – transmasculino) provocativa, que é a busca da família (genitora, mãe, responsável) por uma escola ideal no que se refere ao acolhimento do filho, que tem um perfil incomum, inclusive das demandas, do uso do pronome, nome de tratamento, entre outras especificidades. Nesse aspecto também é interessante pensar, por que é essa mulher, mãe, dessa criança que peregrina em busca desse espaço, para pensar qual o nível de comprometimento do (genitor – pai – responsável) nessa empreitada.

Do outro lado, esse contexto poder-se-á simbolizar as camadas de violência de gênero, o "abandono dessa mulher", "família" – da criança, da outra parte (genitor - pai - responsável) que pode ter ou não a circunstância, e o fato da criança apresentar essa especificidade. Essa é apenas uma provocação, que carece de estudos empíricos para tratar ou conferir melhor essa questão. Para isso, entende-se, como pontuado nas análises, que é interessante saber e pensar sobre os perfis: quem são essas crianças com matrícula efetiva em escolas regulares de ensino público. Nesse âmbito, como professora de carreira que completou 20 anos de efetivo exercício no dia 04/04/2024, percebo que há uma ausência profunda das adolescentes, jovens (mulheres) transexuais e travestis femininas na escola, e na educação de maneira geral, inclusive na academia.

Por isso é igualmente essencial pensar nas consequências da difusão de um pensamento limitado centrado na ideia trágica do estereótipo e da expressão (aparência) de gênero (masculino/feminino) por exemplo, daquilo que parece ser, mas não é, como um mecanismo da fuga, do disfarce ou artístico, associado à identidade de gênero feminino. Há diferenças, e elas precisam ser sublinhadas, pois quando se omite ou ignora a existência de peculiaridades, tanto na percepção quanto nas dimensões ou nos limites conceituais que as constituem, nesse caso, a transfobia ganha espaço, posto que, para serem entendidas, carecem de ser distinguidas, por exemplo, das homossexualidades. Enfim, toma-se como premissa a irrefutável necessidade de reformulação e ajustamento dos limites conceituais e práticos que imprimem significados e especificidades à violência de gênero, à homofobia e à transfobia.

Apesar de as pesquisas reconhecerem algumas das implicações, apontando para algumas das dificuldades relatadas por essa população, essas não apresentam dados que mensurem as realidades concretas, as peculiaridades e as consequências que enfrentam as populações das mulheres transexuais e travestis de modo mais específico. Se considerarmos essa relativização como um fator que aprofunda ainda mais os níveis dessa violência sexual e social (inviabilidade e invisibilidade da temáticas nos espaços de privilégio – família/escola/trabalho), assim como as consequências nefastas decorrentes objetivamente desse processo, logo perceberemos que o alvo maior é sempre a população que manifesta identidades de gênero feminino (travestis e mulheres transexuais). Enfim, o que se ressalta é que as diferenças de tratamento e o não reconhecimento da especificidade da violência sofrida por essas pessoas expressam, produzem e reproduzem desigualdades sociais. Por fim, destaque-se que não há muitas ações (políticas sociais e/ou educacionais) e estratégicas de enfrentamento da violência transfóbica. No campo científico, as pesquisas trazem seu caráter prescritivo genérico, sem especificar o diagnóstico do seu veredito; a maioria delas se propõe a formulações, sugerindo o aprofundamento de outras e mais pesquisas empíricas. Em contrapartida, o Estado, na esfera política e educacional (nos planos federal, estaduais e municipais), avança muito lentamente na questão mais geral do combate à violência de gênero e ao preconceito contra a população LGBTI+, mas continua impondo proibições e restrições às discussões relacionadas a gênero e sexualidades nas suas mais variadas e diversas manifestações.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. *Educação contra a barbárie*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANDRADE, Luma Nogueira de. *Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.
- ANTRA. *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020* / Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs). – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. 136p.
- ANTRA. *Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras*. Bruna Benevides (org.). Brasília: Distrito Drag, 2022. 144 p.
- BENTO, Berenice. *Na escola se aprende que a diferença faz diferença*. Estudos Feministas, Florianópolis, v.19 n.2, p. 549-559 maio-ago.2011.
- BENTO, Berenice. *O que pode uma teoria?* Estudos transviados e a despatologização das identidades trans. Revista Florestan, São Carlos, n°2, p.46, 2014.
- BOURDIEU. P. *A dominação Masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos (MDH). — *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH); Plano Nacional de Promoção a Cidadania (PNDCDH)*. 3ª reimpressão, simplificada. – Brasília, DF, p.33-37, 2018. Acesso dia 01/12/2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DIAGRMAOPNEDH.pdf>
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). — *Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal - Diversidade* / Supremo Tribunal Federal – Brasília : STF, Secretaria de Documentação, 2020. 188 p. Atualizada até o DJE de 7 de julho de 2020 e o Informativo STF 983. Acesso dia 08/02/2023. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/publicacaoPublicacao-Tematica/anexo/diversidade.pdf>>.
- BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. tradução de Renato Aguiar. - 21ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.
- CABRAL, M.; BENZUR, G. Cuando digo intersex. Un diálogo introductorio a la intersexualidad. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 24, p. 326–330, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644695>. Acesso em: 3 dez. 2023.
- CALIXTO, T. G. FRANÇA, M. H. *LGBTfobia no ambiente escolar: desafios da prática docente*. In: Congresso Nacional de Educação. 2016
- CEDEC – Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. *Mapeamento das Pessoas Trans na Cidade de São Paulo: relatório de pesquisa*. São Paulo, 2021.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGER, Sirma *O que é interseccionalidade*. In: Interseccionalidade.

Tradução Rane Souza. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2021.

CROCHÍK, José Leon. Preconceito, indivíduo e sociedade. *Revista Temas em psicologia*. Ribeirão Preto, v. 4, n° 3, p. 47-70, 1996.

CROCHÍK, José Leon. Preconceito: Relações com a ideologia e com a personalidade. *Revista Estudos de psicologia*. Campinas, V.22, n°3, p. 309-319, 2005.

CROCHÍK, José Leon. *Preconceito e educação inclusiva*. Brasília: SDH/PR, 2011.

CROCHÍK, José Leon. Formas de violência escolar: preconceito e bullying. *Revista Movimento*. Rio de Janeiro, Ano 2, n°3, p. 29-56, 2015.

DICIO. *Dicionário Online de Português*. Disponível em: <https://www.dicio.com.br>. Acesso em: 09 abr. 2024.

DUBET, François. A ESCOLA E A EXCLUSÃO. Tradução: Neide Luzia de Rezende *Cadernos de Pesquisa*, n. 119, p. 29-45, 2003.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da costa Albuquerque e José Augusto Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

HORKHEIMER, Max. *Preconceito*. In: ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Temas básicos de Sociologia*. Tradução de Álvaro Cabral. 2ª ed. São Paulo: Cultrix, 1973, p. 172-183.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidades de gênero: conceitos e termos - Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião*. 2ª edição – revista e ampliada. Brasília Dezembro, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, V.20, n°2, p. 101-132, 1995.

LOURO. *Gênero, sexualidade, educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Rio de Janeiro. Vozes, 1997.

LOURO. *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Rio de Janeiro. Vozes, 2003.

LUGONES, María. Colonialidade e Gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Pensamento Feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-85.

MARCUSE, H. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

MARCUSE, H. *Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. – 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2007, p72. [1818- 1883].

OYĚWÙMI, Oyèrónké. *A invenção da mulher: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. tradução: Wanderson Flor do Nascimento. – 1ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SANTOS, Thais Emília de Campos dos. *Educação de crianças e adolescentes intersexo*. – Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Programa de Pós-graduação em Educação – Faculdade de Filosofia e Ciências. Marília, 2020. 180p.

SANTOS, Thais Emília de Campos dos. *Manifesto intersexo*. ABRAI - Associação Brasileira Intersexo. Educação: Teoria e prática, Rio Claro, v.33, n.66, 2022.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. *Conhecer para proteger: enfrentamento a violência contra bebês, crianças e adolescentes*. – São Paulo: SME / COPED, 2020.

SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1995.

SEVERINO, Antônio J. *Metodologia do trabalho científico*. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 1976.

SEVERINO, Antônio J. *Metodologia do trabalho científico*. 20ª ed. rev. e ampl. – São Paulo: Cortez, 1996.

TRAVESTI. In MICHAELIS: *Dicionário escolar língua portuguesa*. 3ª ed. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2008.

WILLIAMS, R. *Cultura e Sociedade - 1780-1950*. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

WOLF, Sherry. *Sexualidade e socialismo: história, política e teoria da libertação LGBT comunista*. Tradução: Coletivo LGBT Comunista. São Paulo: Autonomia, 2021.